



LEVANTAMENTO E ESTUDOS VISANDO A MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PLANEJAMENTO URBANO E DO PATRIMÔNIO DE CAMPO GRANDE/MS

VOLUME I



FAPEC
Fundação de Apoio à Pesquisa
ao Ensino e à Cultura

PLANURB
Agência Municipal
de Meio Ambiente
e Planejamento Urbano

CAMPO GRANDE
PREFEITURA

**Levantamento e estudos visando a modernização e
aperfeiçoamento do planejamento urbano e do patrimônio de
Campo Grande – MS**

**PRODUTO 2 - ANÁLISE DOS DADOS
RELATÓRIO FINAL**

VOLUME I

EQUIPE EXECUÇÃO

Ângelo Marcos Vieira de Arruda

Prof. Doutor Arquiteto e Urbanista - Coordenador

Fabiany Sampaio Bertucci

Arquiteta e Urbanista

Mestranda em Recursos Naturais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

Lais Caroline Bertolino de Almeida

Arquiteta e Urbanista

Mestranda em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade Programa de Pós-Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – POSARQ/UFSC

Lusianne de Azamos Torres

Arquiteta e Urbanista

Mestranda em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (PPGEO) CPAQ/UFMS

Paulo Eduardo Barbosa de Abreu

Arquiteto e Urbanista

Regina Maria de Oliveira Scatena da Silva

Arquiteta e Urbanista

Ana Caroline Oliveira da Silva

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo

Daniella Nunes Silveira

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo

Emely Burgos Cavaleiro

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo

Tatiane Xavier de Souza

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 -- Análise -- qualidade de vida.....	21
Figura 2 -- Mapa do Plano Diretor de 1995 -- Campo Grande/MS.....	28
Figura 3 -- Mapa do Plano Diretor de 2006 -- Campo Grande/MS.....	32
Figura 4 -- Mapa do Zoneamento -- Campo Grande/MS.....	46
Figura 5 -- Evolução dos Loteamentos aprovados -- 2015.....	49
Figura 6 -- Carta de Drenagem.....	51
Figura 7 -- Carta Geotécnica.....	57
Figura 8 - Porcentagem de Vazios Urbanos áreas privadas (37,57%).....	59
Figura 9 - Áreas de Domínio Público e Espaços Livres (12,50%).....	62
Figura 10 -- Perímetro urbano de 1960 e a malha urbanizada.....	64
Figura 11 -- Mapa da densidade bruta -- CG.....	66
Figura 12 -- Localização Região Centro.....	69
Figura 13 -- Localização Região Bandeira.....	71
Figura 14 -- Localização Anhanduizinho.....	73
Figura 15 - Localização Lagoa.....	74
Figura 16 -- Localização Imbirussu.....	76
Figura 17 - Localização Segredo.....	77
Figura 18 -- Localização Prosa.....	79
Figura 19 - Hotel Americano.....	82
Figura 20 -- Edifício Olinda, primeiro prédio com elevador na cidade.....	82
Figura 21 - Edifício Nacao.....	83
Figura 22 - Edifício São Miguel.....	84
Figura 23 - Vista aérea da cidade nos anos 1950. Em primeiro plano, o Hotel Gaspar com cinco andares.....	84
Figura 24 e 25 -- Edifícios Rio Branco e Joselito.....	85
Figura 26 -- Edifício Galeria São José, o mais alto prédio de Campo Grande em 1964.....	86
Figura 27 e 28 -- Edifícios Antares e Concord.....	87
Figura 29 -- vista aérea da cidade em 1979.....	88
Figura 30 -- Vista aérea atual de Campo Grande.....	89
Figura 31 -- Mapa da área de influência da Verticalização de Campo Grande 2015.....	90
Figura 32 - Mapa do Zoneamento em vigor em 2015.....	92
Figura 33 - Mapa da verticalização da Região Centro - Campo Grande/MS.....	93
Figura 34 - Mapa de Verticalização da Região Prosa - Campo Grande/MS.....	94
Figura 35 - Carta de Vulnerabilidade do Município de Campo Grande/MS. -(Mapa 24).....	96
Figura 36 - Carta de Potencialidade do Município de Campo Grande/MS. (Mapa 25).....	97
Figura 37 - ZEE - Campo Grande, (Mapa1.).....	98
Figura 38 - Numeração das microbacias de Campo Grande/MS.....	98
Figura 39 - Matriz metodológica de carta de gestão.....	99
Figura 40 - Classificação por microbacia.....	99
Figura 41 - Classificação final da Zona Urbana de Campo Grande/MS (Mapa 30).....	100
Figura 42 - Classificação final das Zonas de Campo Grande/MS (Mapa 29).....	101
Figura 43 - Carta de Gestão do Território - Mapa final.....	102
Figura 44 - Rodovias 2015.....	106
Figura 45 - Terminal Intermodal de Cargas e Porto Seco.....	107
Figura 46 - Estrutura ciclovária de Campo Grande, 2014.....	108
Figura 47 - Estrutura do Programa Municipal de Acessibilidade Arquitetônica em Edificações e Logradouros Públicos.....	110
Figura 48 - Mapa de Cobertura de Rede de Água/2015.....	113
Figura 49 - Mapa de Cobertura de Rede de Esgoto/2015.....	115
Figura 50 - Mapa de Pavimentação Asfáltica/2014.....	116
Figura 51 - Carta Geotécnica Campo Grande/MS.....	117

Figura 52 - . Morada dos Baís. Fonte: Observatório 2017.....	139
Figura 53 - Colégio Oswaldo Cruz.	139
Figura 54 - Loja Maçônica, de 1922.....	140
Figura 55 - . Casa do Artesão, de 1923	140
Figura 56 - Casa de Eduardo Machado, na Rua XV de Novembro.....	142
Figura 57 - Edifício São Miguel.	144
Figura 58 - Edifício Seba.	144
Figura 59 - Edifício Comercial, Rua 14 de Julho com a Rua Maracaju.	145
Figura 60 - Primeira residência moderna em Campo Grande, na rua Barão do Rio Branco, 1455, Arquiteto Israel Barros Correia.	148
Figura 61 - Antigo Albergue noturno, projetado em 1958 pelo Engenheiro Gabriel do Carmo Jabour.....	148
Figura 62 - Delimitação da ZEIC centro, área de produção do inventário.....	149
Figura 63 – Ficha do inventário, 2017.....	167

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Análise das oficinas comunitárias com opiniões referentes ao Plano Diretor por Região Urbana.....	33
Tabela 2 - Análise das oficinas comunitárias com opiniões referentes ao Plano Setorial por Região Urbana.....	38
Tabela 3- Análise das oficinas comunitárias com opiniões referentes ao Plano de Bairro/Região por Região Urbana.	41
Tabela 4 - Total dos Vazios Urbanos em Campo Grande.	60
Tabela 5 - Vazios Urbanos em Campo Grande para Espaços Livres Total, Tipologia.	61
Tabela 6 – Densidade em Campo Grande.	65
Tabela 7 – Densidade Bruta e Líquida de Campo Grande.	66
Tabela 8 - Análise comparativa da densidade líquida.	68
Tabela 9 - Indicadores de densidade – Região Centro.	70
Tabela 10 - Indicadores de densidade – Região Bandeira.	72
Tabela 11 - Indicadores de densidade – Região Anhanduizinho.	73
Tabela 12 - Indicadores de densidade – Região Lagoa.	75
Tabela 13 - Indicadores de densidade – Região Imbirussu.....	76
Tabela 14 – Indicadores de densidade – Região Segredo.	78
Tabela 15 – Indicadores de densidade – Região Prosa.	80
Tabela 16 – Verticalização em Campo Grande em 2015.	91
Tabela 17 – Lista de Bens de Interesse Cultural.	152

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Frota de veículos - municipal, estadual e nacional.	109
Gráfico 2 - Abastecimento de água em Campo Grande/MS.	113
Gráfico 3 - Domicílios não abastecidos por esgoto.....	115

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	17
PARTE 1 - OS ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM CAMPO GRANDE	21
1. ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES URBANÍSTICAS VIGENTES E ANTERIORES.....	21
1.1 Plano Diretor	21
3.1.1 Lei Complementar 5/95 de 22 de novembro de 1995	24
3.1.2 Lei Complementar n. 94, de 6 de outubro de 2006	28
3.1.3 Análise de documentos do projeto do Plano de 2017	32
1.2 Lei do Zoneamento	44
1.3 Lei de Uso e Ocupação do Solo.....	46
1.4 Lei do Parcelamento do Solo	47
1.5 Lei da Carta de Drenagem	50
1.6 Lei da Carta Geotécnica.....	56
2. ANÁLISE DOS VAZIOS URBANOS EM CAMPO GRANDE	59
3. ANÁLISE DA DENSIDADE URBANA EM CAMPO GRANDE.....	63
3.1 Evolução da densidade em Campo Grande	64
3.2 A densidade urbana em Campo Grande	65
4. ANÁLISE DA VERTICALIZAÇÃO EM CAMPO GRANDE.....	80
4.1 Evolução da verticalidade em Campo Grande.....	81
4.2 A verticalidade atual em Campo Grande	89
5. ANÁLISE DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – ZEE-CG	94
6. ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA	103
6.1 Sistema Viário e Transporte	103
6.2 Acessibilidade	109
6.3 Saneamento básico.....	111
6.4 Abastecimento de água.....	112
6.5 Abastecimento de esgoto.....	113
6.6 Pavimentação Asfáltica	116
6.7 Sistema de Drenagem.....	116

6.8	Resíduos Sólidos	119
PARTE 2 - PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO EM CAMPO GRANDE		
		123
1.	PATRIMÔNIO	123
1.1	Definições	123
1.2	Legislações	124
1.2.1	Constituição Federal e Decreto-Lei Nº 25, 30 de novembro de 1937.....	124
1.2.2	Patrimônio Material	126
1.2.3	Patrimônio Imaterial.....	126
1.2.4	Patrimônio Arqueológico.....	128
1.2.5	Paisagem Cultural	129
1.3	Ferramentas de proteção	129
2.	HISTÓRICO DO LUGAR.....	132
2.1	Mato Grosso do Sul	132
2.2	Campo Grande.....	135
2.3	Estilos Arquitetônicos em Campo Grande – MS	137
2.3.1	Ecletismo	137
2.3.2	Art Nouveau.....	141
2.3.3	Art Déco.....	142
2.3.4	Modernismo	145
3.	INVENTÁRIO	149
3.1	Delimitação da Área	149
3.2	Critérios para a identificação dos bens de interesse cultural no centro de Campo Grande	150
3.3	Análise das listas de Bens de Interesse Cultural	151
3.4	Ficha de Inventário.....	164
3.5	Levantamento de Campo	168
3.6	Reuniões Técnicas.....	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		176

APRESENTAÇÃO DA FAPEC

Levantamento e estudos visando a modernização e aperfeiçoamento do planejamento urbano e do patrimônio de Campo Grande/MS.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 2/2017, CELEBRADO EM 30 DE JUNHO DE 2017. PARTES: AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO (PLANURB) E A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA (FAPEC). FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO XXIII, DA LEI FEDERAL N. 8.666/93 – ESTATUTO JURÍDICO DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS PÚBLICOS E SUAS ALTERAÇÕES, E DEMAIS ELEMENTOS ENCARTADOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 37877/2017-87. OBJETO: A REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTOS E ESTUDOS VISANDO A MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO PLANEJAMENTO URBANO E LEVANTAMENTOS PARA SUBSIDIAR A REVISÃO DA LEI COMPLEMENTAR N. 161, DE 20 DE JULHO DE 2010. PRAZO: O PRESENTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERÁ VIGÊNCIA DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, A PARTIR DA DATA DE SUA ASSINATURA, PODENDO SER PRORROGADO A PEDIDO DAS PARTES CONVENCIONADAS. ASSINATURAS: BERENICE MARIA JACOB DOMINGUES E HERBERT ASSUNÇÃO DE FREITAS. CAMPO GRANDE-MS, 3 DE JULHO DE 2017. BERENICE MARIA JACOB DOMINGUES DIRETORA-PRESIDENTE DA PLANURB - PÁGINA 7 - quinta-feira, 6 de julho de 2017 DIOGRANDE n. 4.932

Conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado por esta Agência Municipal, este contrato possui dois trabalhos:

1. Os Estudos de Planejamento Urbano em Campo Grande que tem como objetivo principal promover levantamentos e estudos visando a modernização e aperfeiçoamento do planejamento urbano, como pesquisas, análise documental e levantamentos visando aperfeiçoar a discussão de planejamento e do Plano Diretor de Campo Grande
1. Patrimônio Cultural e Arquitetônico em Campo Grande que tem como objetivo principal efetuar o inventário do patrimônio cultural arquitetônico situado na região central da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a partir da pesquisa sobre o objeto Patrimônio Cultural, apresentando uma base teórica para a identificação destes.

Nesse sentido, cumprindo o que determina o supracitado Plano de Trabalho, estamos encaminhando, a seguir o RELATÓRIO FINAL do que já

denominamos no Relatório anterior de Projetos 1 - PROJETO 1. OS ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM CAMPO GRANDE e 2 - PROJETO 2. PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO EM CAMPO GRANDE para identificação dos mesmos.

Herbert Assunção

Secretário-Executivo da FAPEC

APRESENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO

Consta do Plano de Trabalho que o Relatório Final do Contrato FAPEC/PLANURB deve conter:

I - PARTE 1. OS ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM CAMPO GRANDE - Análise dos dados e documentos:

- ✓ Análise das legislações urbanísticas vigentes:
 - Plano Diretor Vigente;
 - Lei do Zoneamento;
 - Lei do Uso e Ocupação do Solo;
 - Lei do Parcelamento do Solo;
 - Lei da Carta de Drenagem;
 - Lei da Carta Geotécnica.
- ✓ Análise dos documentos do projeto do Plano Diretor 2017;
- ✓ Análise dos Vazios Urbanos em Campo Grande;
- ✓ Análise da Densidade Urbana em Campo Grande;
- ✓ Análise da Verticalização em Campo Grande;
- ✓ Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Campo Grande/MS – ZEE-CG;
- ✓ Análise da Infraestrutura (transportes, acessibilidade, saneamento, pavimentação, drenagem, etc.);
- ✓ Levantamento de proposições para o aperfeiçoamento do planejamento urbano em Campo Grande.

II - PARTE 2. PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO EM CAMPO GRANDE, com:

- ✓ Produção de mapas apresentando todos os dados pertinentes ao bem inventariado (localização, classificação, descrição, etc.);

- ✓ Produção de Fichas de Inventário para cada bem inventariado, baseado nos modelos disponíveis pelo IPHAN e outras cidades que possuem inventário de patrimônio;
- ✓ Produção do relatório final apresentando todos os resultados encontrados nas análises dos dados e documentos e o próprio inventário;
- ✓ Divulgação de todos os dados por meio de eventos e palestras, como também em meio digital.

O que temos a seguir é o cumprimento das obrigações de trabalho, de acordo com o planejamento realizado desde o mês de junho e que se encerra com este Relatório Final, dividido em duas partes, conforme estruturado.

Ângelo Marcos Vieira de Arruda

Coordenador do Programa Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS

Paulo Abreu

Coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Ambientais e do Projeto de Extensão.

APRESENTAÇÃO

A cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, segundo a estimativa do IBGE possui atualmente mais de 850 mil habitantes, assim nos questionamos, que cidade queremos quando completarmos 1 milhão de habitantes? Essa preocupação e outros temas do planejamento da cidade são discutidos na revisão do Plano Diretor de Campo Grande que deve ter a participação de seus habitantes na sua elaboração, resultando em uma lei de diretrizes urbanísticas com duração de 30 anos, e revisão a cada 10 anos.

É através do Plano Diretor que a cidade se estrutura, um instrumento que define os rumos futuros da cidade, juntamente com outros como: a Lei do Uso e Ocupação do Solo, Zoneamento Ambiental, Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias, Gestão Participativa, Planos Setoriais.

Ao longo do ano de 2017 a PLANURB, a Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano da cidade realizou, com a colaboração do Observatório de Arquitetura e Urbanismo / UFMS, leituras comunitárias nos 74 bairros de Campo Grande e nos 2 distritos (Anhanduí e Rochedinho) para a elaboração de propostas e identificação de potencialidades e problemas nos bairros e distritos. Apresentando as características dos bairros e regiões através de vídeos explicativos e informativos.

Para a realização desse trabalho foram realizadas pesquisas teóricas sobre os temas de planejamento urbano, conceitos de cidade compacta, urbanismo sustentável e plano diretor. Além de análises dos instrumentos do planejamento urbano da cidade: o plano diretor vigente, o zoneamento, Lei De Uso E Ocupação, Parcelamento Do Solo, Carta De Drenagem, Carta Geotécnica e o Zoneamento Ecológico - Econômico Do Município; das informações sobre as infraestruturas existentes, perfis socioeconômico da cidade; levantamento do patrimônio histórico e cultural e dos estudos realizados sobre a cidade, como os trabalhos de extensão sobre os Vazios Urbanos de Campo Grande/MS e Estudos da Densidade, Verticalização e Sustentabilidade em Campo Grande/MS, elaborados pelo Observatório de Arquitetura e Urbanismo/UFMS.'

INTRODUÇÃO

As cidades são espaços complexos, um local de transformações, de inovações, tecnologias, cultura etc, que através da vivência no espaço urbano, usos, funções e outros elementos, refletem aspectos sobre as relações sociais, econômicas, da origem e do seu desenvolvimento. Para Leite (2012) as cidades se reinventam, se renovam, é um organismo. Hoje, a maior parte da população mundial vive em cidades, há um crescimento estimado pela ONU-HABITAT de que em 2030 chegemos a 60% da população em cidades. Esse crescimento pode ocorrer de forma desordeira, sem planejamento, ocasionando ocupações dispersas, desigualdades socioespaciais, baixas densidades, poluição, problemas de mobilidade, que geram muitos conflitos, e que se opõem ao conceito da cidade como um lugar para se viver com qualidade de vida.

Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, possui uma população estimada em 2015 de 843.120 habitantes, segundo o IBGE, sendo que, aproximadamente 99% da população mora na cidade, em um perímetro de 359 km² e uma densidade de 23,48hab/ha. Campo Grande então, se caracteriza por ser uma cidade vazia, com extensa malha urbana, desarticulada e dispersa, devido a descentralização da população, o surgimento de “periferias”, novas organizações urbanísticas como condomínios fechados, shoppings centers e outros.

Com a instituição do Estatuto da Cidade (2011) foi regulamentado e estabelecido princípios e instrumentos implementadores das diretrizes urbanísticas referentes à política de desenvolvimento da cidade e a função social da propriedade, previstos na Constituição Federal de 1988. Estabelecendo regras para implantação do Plano Diretor da cidade que deve contar com a participação popular na sua formulação através de audiências públicas, reuniões técnicas e referendos.

Nos modelos atuais de processo de planejamento urbano são considerados os conceitos de cidades compactas, sustentáveis, um modo de vida

com menos impacto no meio ambiente, resgatando e valorizando as características sociais, econômicas, culturais e históricas das cidades. Discutidos pelos teóricos: Jane Jacobs (1969), Romero (2011), Jan Gehl (2012), Leite (2012), entre outros importantes referenciais na contextualização do tema.



PARTE I - OS ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM CAMPO GRANDE

PARTE 1 - OS ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM CAMPO GRANDE

1. ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES URBANÍSTICAS VIGENTES E ANTERIORES

1.1 Plano Diretor

“Plano diretor é um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano converjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos.” (SABOYA, 2007, p. 39)

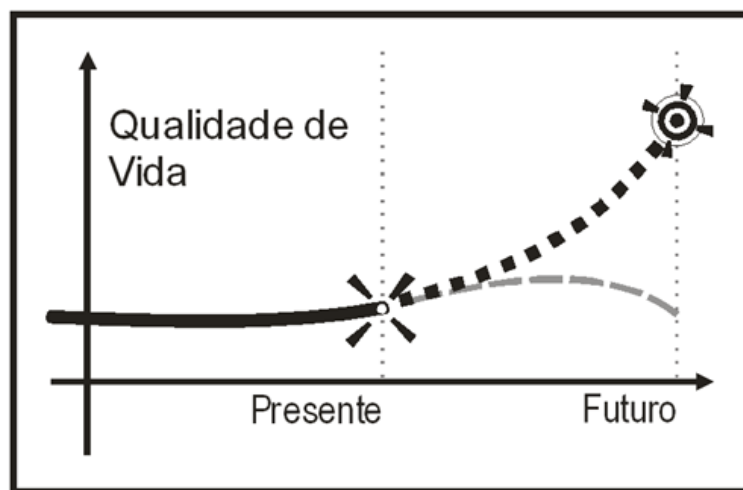


Figura 1 — Análise — qualidade de vida.

Fonte: Renato Saboya, 2007.

Algumas tentativas de definição do Plano Diretor:

Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados. (ABNT, 1991)

Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de

sua região, apresentaria um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1999, p. 238)

É *plano*, porque estabelece os objetivos a serem atingidos, o prazo em que estes devem ser alcançados [...], as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. É *diretor*, porque fixa as *diretrizes* do desenvolvimento urbano do Município. (SILVA, 1995, p. 124 – grifos no original)

O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano. (BRASIL, 2002, p. 40).

Através do estabelecimento de princípios, diretrizes e normas, o plano deve fornecer orientações para as ações que, de alguma maneira, influenciam no desenvolvimento urbano. Essas ações podem ser desde a abertura de uma nova avenida, até a construção de uma nova residência, ou a implantação de uma estação de tratamento de esgoto, ou a reurbanização de uma favela. Essas ações, no seu conjunto, definem o desenvolvimento da cidade, portanto é necessário que elas sejam orientadas segundo uma estratégia mais ampla, para que todos possam trabalhar (na medida do possível) em conjunto na direção dos objetivos consensuados.

O planejamento urbano em Campo Grande não é um processo recente. Desde meados de 1905 se fala em planejamento urbano no município.

A cidade deu início a este processo com seu primeiro Código de Posturas, no ano de 1905, sua primeira lei onde apresentou proposições a respeito da urbanização.

Sucessivamente, em 1909 surge o Rocio, um plano de alinhamento de ruas e praças tornando-se a primeira planta urbana que foi desenvolvida e aplicada na cidade. Em 1938, Saturnino de Brito desenvolve uma nova planta

urbana, com mais detalhes técnicos, dispondo de levantamento fotográfico e cadastral dos imóveis. Este trabalho apresentou a localização precisa de todos os imóveis bem como dos demais elementos urbanos existentes. Este plano resultou em um Decreto – lei nº 39, de 31 de Janeiro de 1941, que culminou ao primeiro Plano de Uso do Solo de Campo Grande, com determinação de: zoneamentos, taxas máximas de ocupação e recuos, tipologia construtiva, gabarito de prédios e regras para o parcelamento do solo.

O primeiro Plano Diretor de Campo Grande foi desenvolvido na década de 1960, elaborado pela empresa Hidroservice. O Plano foi uma evolução para a época, mesmo não ocorrendo participação popular. A Elaboração do Plano e Complementação Urbana de Campo Grande, projetado por Jaime Lerner, foi implementado no ano seguinte.

Em 1987 foi criada a Unidade de Planejamento Urbano de Campo Grande – PLANURB, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU. No ano seguinte ocorreu o surgimento da Constituição Federal (1988), e em 2001 foi estabelecido o Estatuto da Cidade, apresentando parâmetros gerais para o desenvolvimento urbano e exigindo a lei do Plano Diretor aos municípios.

Com respeito as determinações que surgiram, foi criado o Plano Diretor de 1995, Lei Complementar nº 5 de 22 de novembro de 1995. Decorrente da revisão obrigatória do Plano, em 2006 surgiu a Lei Complementar n. 94, de 6 de outubro de 2006, instituindo a política de desenvolvimento e o Plano Diretor, no qual está vigente até o momento.

Neste momento, o Plano Diretor passa por uma revisão, que se iniciou em 2016 com a participação de consultoria realizada pela empresa URBTEC, e se finda em 2017 com a PLANURB – Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano.

3.1.1 Lei Complementar 5/95 de 22 de novembro de 1995

O Plano Diretor de Campo Grande de 1995, é instituído pela Lei Complementar 5/95 de 22 de novembro de 1995, contemplando 21 artigos sobre o desenvolvimento urbano da cidade. Sua estrutura apresenta:

- Título I: Das disposições gerais;
- Título II: Da política de desenvolvimento do município:
 - Capítulo I: Das finalidades e diretrizes;
 - Capítulo II: Do meio ambiente e do saneamento;
 - Capítulo III: Do sistema municipal de planejamento;
 - Capítulo IV: Do processo permanente de planejamento.
- Título III: Da política urbana do município de Campo Grande:
 - Capítulo I: Dos objetivos e princípios;
 - Capítulo II: Do Plano Diretor de Campo Grande;
 - Capítulo III: Do Transporte Público, da Circulação e da Segurança do Trânsito; e
 - Capítulo IV: Da Habitação Popular.
- Título IV: Das disposições finais.

O Plano é apresentado como o conjunto de diretrizes e meios instituídos para a implementação da Política Urbana do Município que está definido como princípios para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade.

Seguindo sua estruturação da Lei, o Plano define a Política de Desenvolvimento do Município de Campo Grande como finalidade pela busca do pleno desenvolvimento de seu potencial econômico, redução de desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços públicos essenciais e a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, nos termos da Lei Orgânica. São definidas quatorze diretrizes, nas quais apresentam entre eles: mecanismos institucionais de capacitação técnica, priorização da utilização racional dos recursos naturais,

implementação da política urbana no município, reestruturação do poder público municipal e gestão, promoção do acesso à informação, parcerias entre sociedade civil organizada, estímulo à formação de organizações produtivas comunitárias, estímulo a legalização de atividades econômicas do setor informal, fomento às atividades do comércio, criação de meios de descentralização territorial e incremento diversificação e à especialização de atividades econômicas, participação em consórcios intermunicipais, programas que incentivem o município a ser um polarizador econômico, e implementação de programas visando a viabilização de produtos turísticos.

Em relação as questões ambientais e de saneamento, o Plano já apresentava preocupações relacionadas a elaboração de um zoneamento ambiental, com definições de áreas de proteção; elaboração de Plano Diretor de águas Superficiais e Subterrâneas; proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental; educação ambiental; fomento a estudos de pesquisa; definições de critérios dos recursos para a prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento básico.

Do sistema municipal de Planejamento, são apresentados os órgãos competentes, entre eles a Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN; e o Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Campo Grande – PLANURB, como também os Conselhos Municipais.

Da Política Urbana do Município de Campo Grande, tinha como finalidade o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, com os seguintes princípios:

- I. Descentralização Urbana e Administrativa com a equilibrada distribuição das atividades sociais, econômicas e dos serviços públicos;
- II. Valorização das comunidades que compõem a cidade, desenvolvendo projetos, programas e planos urbanos baseados nas suas características sócio culturais e respeitando suas vocações econômicas;

- III. Promoção do acesso à moradia, aos equipamentos urbanos e comunitários e aos serviços públicos;
- IV. Compatibilização do uso e ocupação do solo ao interesse da coletividade, no que se refere à utilização da infraestrutura urbana, preservação e melhoria da qualidade ambiental e promoção da justiça social.

O Plano Diretor é apresentado como o instrumento básico da Política Urbana do Município de Campo Grande, estabelecendo as seguintes diretrizes:

- I. Estabelecimento de critérios que assegurem a função social da propriedade imobiliária;
- II. Instituição de instrumentos para a gestão do desenvolvimento urbano;
- III. identificação, recuperação e preservação do patrimônio urbanístico, cultural, natural e construído da cidade;
- IV. estabelecimento de meios de controle da qualidade ambiental urbana;
- V. implantação de programas especiais de cadastramento do patrimônio imobiliário público municipal, visando regularizar sua situação e controlar sua utilização;
- VI. instituição de Planos Locais, instrumentos para a descentralização do desenvolvimento e das ações do planejamento urbano;
- VII. instituição de instrumentos de descentralização administrativa;
- VIII. A propriedade imobiliária urbana cumpre sua função social quando o exercício dos direitos a ela inerentes se submete aos interesses da coletividade.

Neste Plano já é apresentado o interesse de promover os Planos Locais, onde contemplam:

- I. A infraestrutura em rede existente e projetada;
- II. O sistema viário hierárquico;
- III. Observância à Carta Geotécnica;
- IV. Definição das áreas sujeitas ao parcelamento compulsório.

Em relação as questões de mobilidade urbana, o Plano abordava:

- I. quanto ao transporte público: Ver tópico
 - a) integração das ações relativas ao transporte público às soluções urbanas globais;
 - b) priorização do transporte coletivo;
 - c) integração de linhas de transporte coletivo visando o menor custo para o usuário;
 - d) criação de linhas especiais de transporte coletivo;
- II. quanto à circulação:
 - a) hierarquização do sistema viário;
 - b) incentivo à iniciativa privada para implantação e operação de terminais de cargas e passageiros;
 - c) incentivo ao transporte não-motorizado;
- III. quanto a segurança do trânsito:
 - a) implantação de sistema municipal de atendimento de emergência a acidentes de trânsito;
 - b) disciplinamento do transporte escolar com objetivo de dar maior segurança ao menor estudante;
 - c) implantação de programas especiais para o aumento da segurança de pedestres e ciclistas;
 - d) definição de critérios de iluminação e sinalização diferenciados, segundo a hierarquização do sistema viário, visando a segurança do transporte motorizado, de pedestres e ciclistas.

No que trata à habitação popular, era abordado:

- I. promoção do acesso da população carente à propriedade da sua moradia;
- II. assentamento prioritário das populações situadas em áreas de risco o mais próximo possível do seu local de origem;
- III. urbanização das áreas regularizadas;
- IV. promoção de projetos comunitários de construção de habitações populares e de obras de saneamento básico;

- V. implantação de projetos de Urbanização de Áreas de Interesse Social, conforme Lei nº 2.824, de 29 de julho de 1991.

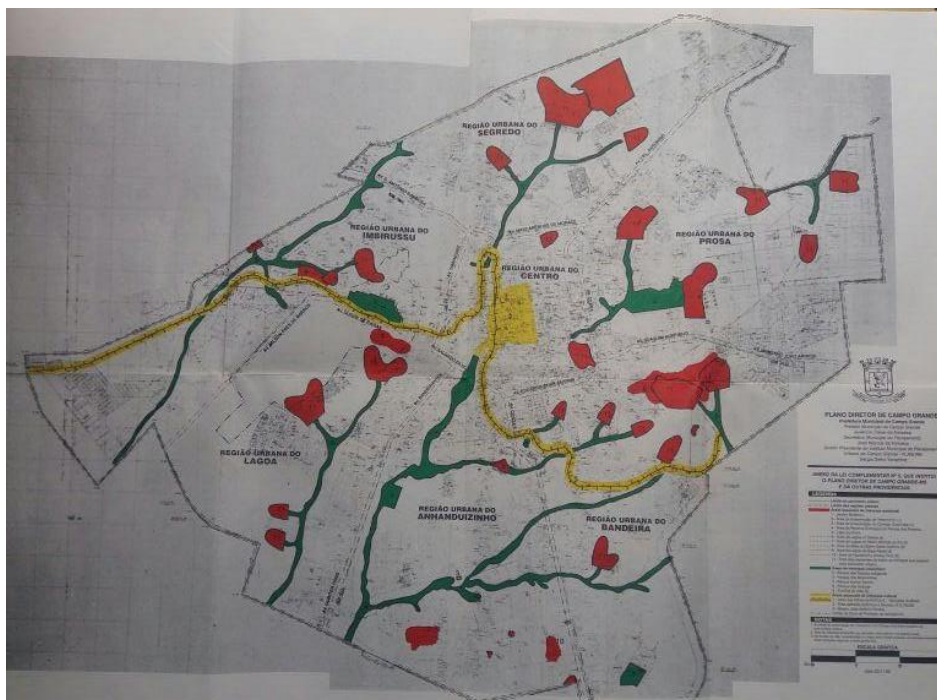


Figura 2 – Mapa do Plano Diretor de 1995 – Campo Grande/MS.

Fonte: PLANURB (2016).

3.1.2 Lei Complementar n. 94, de 6 de outubro de 2006

A Lei Complementar n. 94, de 6 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor de Campo Grande está estruturado apresentando normativas sobre a política do desenvolvimento do município, o sistema de planejamento, sobre as diretrizes do Plano Diretor, os aspectos locais, ordenamento do uso e ocupação do solo e a descrição dos perímetros.

Os objetivos da política de desenvolvimento de Campo Grande estabelecem os seguintes objetivos:

- I. Criar mecanismos institucionais de capacitação técnica dos recursos humanos do Poder Executivo Municipal e da comunidade;

- II. Promover o acesso à informação sobre avanços científicos e tecnológicos de interesse da comunidade, bem como a difusão de tecnologias existentes ou alternativas para o incremento das atividades produtivas;
- III. Estimular a legalização das atividades econômicas do setor informal, dispensando às microempresas e às empresas de pequeno porte, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas tributárias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de Lei;
- IV. Incentivar a implantação de atividades geradoras de emprego e renda próximas às concentrações habitacionais, ressalvadas as condicionantes ambientais, urbanísticas e a legislação específica.

Ademais, a normativa apresenta diretrizes para o transporte público e a mobilidade, estabelecendo integração das ações relativas ao transporte público às soluções urbanas globais, priorização do transporte público, redução dos custos de operação do sistema de transporte público, criação de linhas especiais, etc.

Se tratando da habitação de interesse social, a lei determina um capítulo específico para apresentar diretrizes para este tema:

- I. Promoção do acesso da população carente à moradia digna dotada de infraestrutura básica, saneamento ambiental e com disponibilidade de serviços públicos;
- II. Regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais de uso e ocupação do solo e edificação, considerando a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;
- III. Urbanização e implementação de melhorias habitacionais das áreas regularizadas;
- IV. Implementação de ações restritivas a qualquer tipo de ocupação em área de risco;

- V. Promoção de projetos comunitários de construção de habitações de interesse social e de obras de saneamento básico;
- VI. Implementação de projetos habitacionais em Zonas Especiais de Interesse Social, conforme legislação municipal específica;
- VII. Estímulo à participação de associações, cooperativas e empresas privadas, na construção de empreendimentos habitacionais de interesse social, na forma de seu regulamento.

O Plano Diretor de 2006 tem como diretrizes o ordenamento da ocupação e expansão urbana, tentando buscar a distribuição equânime das atividades, principalmente das terciárias, e otimizar a infraestrutura técnica e social instalada; manter o atual limite da área urbana; valorizar as áreas de fundo de vale com a implantação de parques lineares, com utilização da rede hidrográfica para suprir as áreas verdes da cidade; e delimitar e estabelecer critérios de uso e ocupação, com garantia da permeabilidade do solo e promovendo a recuperação das matas ciliares de proteção dos cursos d'água.

Os instrumentos do Estatuto da Cidade utilizados no Plano são: operação urbana consorciada, outorga onerosa do direito de construir, transferência do direito de construir; direito de superfície, e direito de preempção.

O ordenamento territorial para o desenvolvimento urbano da cidade foi determinado por macrozonas:

- I. Macrozona de Adensamento Prioritário – MZ1 – destinada a intensificação do uso e ocupação do solo, principalmente quanto a ocupação dos vazios urbanos, lotes e glebas não utilizadas ou subutilizadas, de forma a otimizar a infraestrutura e os serviços públicos existentes;
- II. Macrozona de Adensamento Secundário – MZ 2 – destinada ao uso e ocupação gradual, acompanhando a expansão da infraestrutura e serviços públicos à medida que sejam disponibilizados, face às condições estabelecidas na lei municipal;

- III. Macrozona de Adensamento Restrito – MZ 3 – constituída por áreas reservadas para futuro adensamento estimulando-se os usos de lazer, recreação e cultura, habitacional unirresidencial, hortifruticultura, bem como parcelamento com lotes de, no mínimo 5.000m²;
- IV. Zonas Especiais de Interesse Ambiental – ZEIA – com finalidade de garantir áreas de permeabilidade e qualidade ambiental, constituem reservas lineares, distribuídas pelas três macrozonas, buscando proteger áreas portadoras de vegetação arbórea nativa ou revegetadas, matas ciliares dos córregos e suas nascentes, áreas marginais aos córregos, áreas brejosas ou alagadiças impróprias à urbanização, preservando-se o potencial construtivo;
- V. A Zona Especial de Interesse Social – ZEIS – constitui reserva de lotes e glebas para programas públicos de regularização fundiária e formação de estoque de terras para produção habitacional, em acordo com a Política Municipal de Habitação.
- VI. A Zona Especial de Interesse Cultural – ZEIC – destinada à proteção do patrimônio histórico, ambiental, arquitetônico, paisagístico e se estenderá, além da área delimitada, demais bens tombados pelo patrimônio histórico municipal, estadual e federal e seu entorno, a qualquer tempo.

As delimitações físicas de cada zona são possíveis de verificar no mapa do Plano Diretor de Campo Grande – 2006, a seguir:

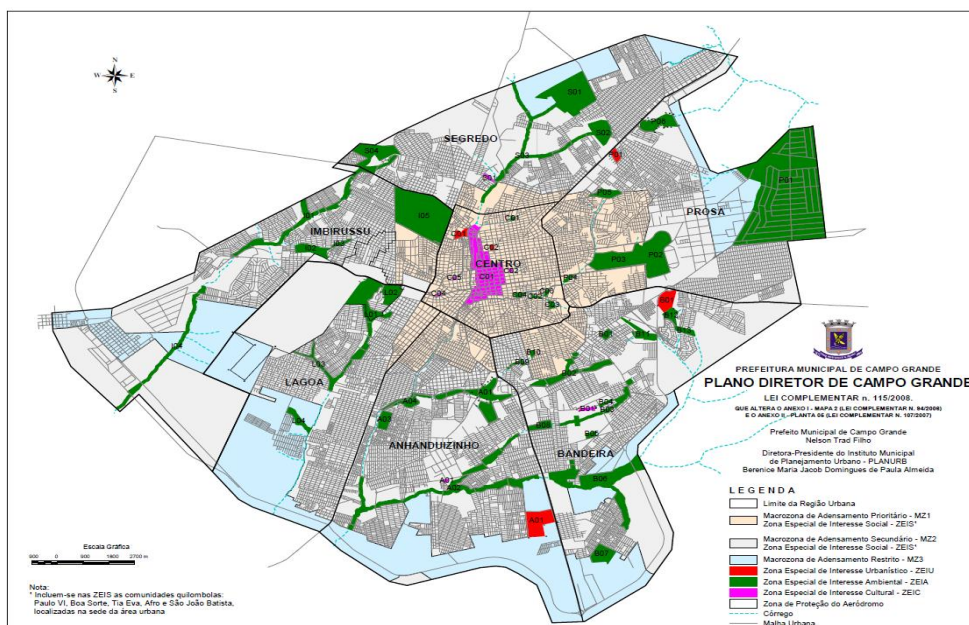


Figura 3 – Mapa do Plano Diretor de 2006 – Campo Grande/MS.

Fonte: PLANURB (2016).

A Lei também prevê os Planos Locais e Setoriais com a finalidade da urbanização, recuperação ou requalificação de bairros ou áreas da cidade, que apresentem características e necessidades particulares, devendo apresentar soluções integradas para as diversas funções urbanas. Os Planos Locais contemplam a infraestrutura em rede existente e projetada, hierarquia viária, carta geotécnica, áreas sujeitas ao parcelamento compulsório e restrições aos índices urbanísticos e ao direito de construir.

3.1.3 Análise de documentos do projeto do Plano de 2017

3.1.3.1 Análise da Leitura Comunitária

A análise das oficinas comunitárias se deu a partir do levantamento dos resultados das oficinas com a compilação dos dados diante de três segmentos do planejamento urbano: plano diretor, plano setorial e plano de bairro/região.

Tabela 1 - Análise das oficinas comunitárias com opiniões referentes ao Plano Diretor por Região Urbana.

PLANO DIRETOR	
REGIÃO ANHANDUIZINHO	"Há dois hospitais na Região que não possuem leitos suficientes para atender a população."
	"As empresas não podem receber recursos públicos e terra se não demonstrarem os benefícios para a sociedade."
	"As empresas privadas que prestam serviços públicos devem publicar informações sobre as contrapartidas para a população."
	"Há necessidade de se diversificar a economia e avaliar os pontos positivos e os impactos dos grandes empreendimentos antes de sua implantação."
	"O orçamento de Campo Grande está entre os 34 municípios do Brasil acima de 1 bilhão. Não falta orçamento, falta gestão de recursos."
	"A cidade tem especulação imobiliária e vazios urbanos, isso onera os bairros de menor renda."
	"Não há necessidade de aumentar o perímetro urbano. Existem áreas para uso e construção no município."
	"Melhorar o acesso à infraestrutura dos dados do Município - Transparência dos índices. Para auxiliar no controle social e na fiscalização."
	"Promover programas habitacionais em áreas com infraestrutura para o atendimento do déficit habitacional."
	"Aprimorar o controle e gestão do solo para evitar a ocupação em áreas públicas, com fiscalização efetiva."
	"Que as entidades do 3º setor recebam maior fiscalização quanto ao cumprimento de suas atividades sociais e assim recebam incentivos como concessão."
	"Há necessidade de se garantir a acessibilidade, pois calçadas, quando existem, são estreitas e o comércio utiliza parte do passeio."
	"Calçadas estreitas e com obstáculos e utilização inadequada dificultam a mobilidade e a acessibilidade."
	"Faltam alternativas de transportes (moto, sandcar passageiro, vans)."
	Faltam estacionamentos para idosos e deficientes na Região."
	"Não tem acessibilidade nos equipamentos públicos."
	"Há monopólio do transporte público. Deve haver transparência no serviço de transporte."
	"O número de passageiros no transporte público supera os limites da segurança."
REGIÃO DO LAGOA	"Falta integração entre os órgãos municipais (sobre políticas habitacionais). A política habitacional não atende a demanda e deveria priorizar a fixação das pessoas nas suas regionais."

	<p>“A legislação não é acessível à população em geral. A comunicação é falha e não é uma via de mão-dupla, não há retorno de demandas. A participação popular é limitada e deveria ser ampliada.”</p>
	<p>“A cidade cresce induzida pelos interesses imobiliários.”</p>
	<p>“O transporte público não atende às demandas, não há diversificação de horários e itinerários. O valor da tarifa é alto e a qualidade do transporte é ruim. O mobiliário urbano não é adequado à temperatura local. Há monopólio de empresa.”</p>
	<p>“As calçadas são ruins, falta padronização de largura e manutenção, não favorecem a acessibilidade. Não há compatibilidade entre as diversas infraestruturas.”</p>
	<p>“O uso de bicicletas deveria ser incentivado, além da adequação de infraestrutura viária. A implementação de ciclovia e/ou ciclofaixas seria bem-vinda.”</p>
REGIÃO DO CENTRO	<p>“Campo Grande tem sua economia baseada em comércio e serviços, sobretudo público.”</p>
	<p>“A política econômica é frágil e oferece incentivos para empresas que nem sempre trazem benefícios à população local.”</p>
	<p>“A distribuição das atividades econômicas não é equilibrada na cidade.”</p>
	<p>“A posição central de Campo Grande favorece a atração de pessoas de outras partes do estado, sobretudo para serviços de saúde e educação, além da busca por serviços e comércio em geral.”</p>
	<p>“Ampliar as políticas voltadas à preservação e valorização do patrimônio cultural. Os planos existentes devem ser revistos, implementados e adequados à realidade atual.”</p>
	<p>“A política econômica deve ser voltada para o interior do município, favorecendo as empresas locais.”</p>
	<p>“Em função de um planejamento equivocado e desarticulado houve o abandono da Região do Centro.”</p>
	<p>“É preciso aprofundamento sobre o caráter consultivo ou deliberativo dos conselhos.”</p>
	<p>“A constituição do CMDU deve respeitar o que determina a Conferência das Cidades.”</p>
	<p>“O envolvimento da sociedade nos conselhos deve ser ampliado e qualificado, bem como os canais de comunicação entre a população e o poder público.”</p>
REGIÃO DO BANDEIRA	<p>“O VLT e as ciclovias deveriam ser retomadas como opção para a mobilidade.”</p>
	<p>“A cidade desenvolveu, mas não levou em conta o meio ambiente. Ex. Av. Ernesto Geisel e Córrego Grande.”</p>
	<p>“A cidade cresceu, mas o crescimento não foi acompanhado de novos equipamentos e mais infraestrutura.”</p>

	"O desenvolvimento da cidade não acompanhou o desenvolvimento social (aumento do desemprego)."
	"Importância do Parque das Nações Indígenas como ponto turístico da cidade."
	"Descentralização dos espaços públicos de lazer, levando esses espaços com qualidade às demais regiões da cidade."
	"Desenvolver as centralidades da cidade para otimizar o comércio, serviços, trânsito."
	"Ampliar e desenvolver a coleta seletiva."
	"Melhorar a qualidade dos espaços de lazer da cidade."
	"Há negligência de fiscalização o que possibilita o surgimento de ocupações irregulares induzidas."
	"Falta transparência dos critérios de seleção dos benefícios pela política habitacional."
	"A dinâmica urbana atual leva à construção de conjuntos de habitação social em áreas sem infraestrutura."
	"Há vazios urbanos e há muita gente sem casa."
	"A política vem de cima para baixo, com poucos espaços para a participação."
	"Legislativo não respeita os conselhos, o que dificulta a gestão democrática."
	"Há concentração de recursos urbanístico em áreas que já são dotadas de infraestrutura e serviços. Há necessidade de se direcionar recursos para áreas não servidas."
	"Administração pública está voltada mais para interesses econômicos do que para as necessidades da população (saúde, educação, asfalto, esgoto, lazer, transporte)."
	"Acompanhar e monitorar a implantação do plano diretor e execução por meios dos conselhos."
	"Ampliação das gestão democráticas para mais áreas das políticas públicas e fortalecimento dos conselhos regionais."
	"Maior publicidade para os eventos de discussão da cidade e dos espaços participativos."
	"Consultar a população antes de executar projetos, para usar melhor os recursos públicos por meio das associações comunitárias."
	"Fortalecimento da sociedade civil para melhoria do bairro, gestão participativa da população."
	"Compatibilizar a constituição do CMDU com o Conselho Nacional das Cidades."
	"Prever o crescimento da cidade sem a necessidade de expandi-la (perímetro urbano)."
	"O transporte público precisa de maior integração para interligar a cidade (interbairros)."

	“Falta qualidade na infraestrutura de transporte público (terminais, ônibus, abrigos, Banheiros dos terminais, ampliar os terminais).”
	“Garantir a aplicação da norma de acessibilidade em obras públicas e privadas.”
	“Padronizar o mobiliário urbano de transporte em toda a cidade.”
	“Aplicar e aprimorar as normas de sinalização viária e urbana.”
REGIÃO IMBIRUSSU	“Dar incentivos fiscais às pequenas e médias empresas com estudos de viabilidade socioeconômica.”
	“Propor uma nova destinação de uso público para área pública próxima a 7DP e ao Terminal Júlio de Castilhos, hoje utilizada para fins privados.”
	“Aprimorar e incentivar a criação de incubadoras e cooperativas populares.”
	“Favorecer a aprovação local e o comércio local para a geração de emprego e renda.”
	“Implantação de hospitais veterinários por região.”
	“Garantir transparência com relação aos processos de estudo de impacto de vizinhança.”
	“As empresas deveriam assinar Termos de Ajuste de Conduta para, em tempo, realizarem as suas obrigações sob pena de não poderem continuar as suas atividades.”
	“Tem áreas vazias no município que podem ser destinadas a conjuntos habitacionais.”
	“Criação e implantação de subprefeituras nas 7 regiões.”
	“Os espaços participativos devem anteceder decisões urbanas. As audiências públicas não podem ocorrer depois que a decisão já foi tomada.”
REGIÃO DO PROSA	“Há necessidade de novos modais. O metrô seria uma possibilidade.”
	“Existe uma má distribuição de investimentos e equipamentos públicos (sempre nas mesmas regiões).”
	“Falta de políticas públicas locais voltadas à população dos loteamentos periféricos e seu consequente cumprimento.”
	“Promover a implementação de normas que visem a responsabilidade com os resíduos.”
	“Ampliar e fortalecer a fiscalização de arborização urbana.”
	“Estimular o uso de energia solar.”
	“As concessões de água, lixo, transporte, energia deverão prestar contas para a sociedade através da apresentação dos custos e lucro.”
	“Nos casos de incentivo às empresas e demais instituições, tais como cessão de áreas o poder público deve estabelecer normas e critérios transparentes e discutir com os conselhos o que realmente é relevante e fazer valer o que foi estabelecido nos contratos.”
	“A expansão da cidade se dá na periferia da área urbana, criando vazios urbanos intermediários, muitas vezes induzidos pela especulação imobiliária.”

	“Expansão da cidade muitas vezes ocasionada por invasão de áreas públicas.”
	“Atualizar o portal da transparência no cumprimento e execução de recursos públicos.”
	“Que o CMDU seja eleito nas Conferências das Cidades conforme o Estatuto das Cidades.”
	“Revisão do Plano Diretor a cada 5 anos e redimensionamento das metas a cada dois anos.”
	“Melhorar os canais para receber denúncias de invasões de áreas públicas para não prejudicar o acesso à habitação social.”
	“Que as diretrizes estabelecidas nas oficinas comunitárias sejam observadas durante o processo de revisão da Lei de Ordenamento do uso e Ocupação do Solo.”
	“O portal público deve abrir canais para a população participar.”
	“É necessário disponibilizar os documentos do Plano Diretor, de forma acessível à comunidade.”
	“Maior divulgação das atribuições dos Conselhos Regionais e do CMDU e capacitação das entidades de base.”
	“Tornar eficientes os instrumentos para coibir a especulação imobiliária.”
	“Promover a implementação de auditorias sociais para fiscalização do cumprimento de projetos, serviços e uso de recursos públicos.”
	“Os conjuntos habitacionais devem ser pulverizados em diversas áreas pequenas e com a utilização de pequenos empreendimentos locais.”
	“Garantir a acessibilidade a todos os tipos de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.”
	“Fiscalização da acessibilidade incluindo a manutenção constante da infraestrutura de mobilidade.”
	“Penalizar quem não cuida das calçadas, incluindo o poder público.”
	“Rever as concessões de serviços públicos de transporte, estimulando a competitividade.”
	“Planejar os itinerários e linhas de ônibus da cidade.”
REGIÃO DO SEGREDO	“Não há um projeto de desenvolvimento, o crescimento é desordenado.”
	“As imobiliárias exercem grande poder na dinâmica urbana e influência em função de interesses particulares.”
	“Novos empreendimentos da construção civil na região do Segredo, em geral com mão de obra de fora de Campo Grande.”
	“Há muitos vazios urbanos que são objeto de especulação imobiliária.”
	“A região do Segredo é uma das que mais valorizaram nos últimos tempos em Campo Grande.”
	“É importante a descentralização da administração público para maior proximidade com a região (sub prefeituras e sub secretarias).”
	“A política habitacional deve priorizar na região a regularização

	fundiária.”
	“É necessário ouvir a população antes de o poder público tomar as decisões.”
	“As calçadas são pequenas e utilizadas de maneira indevida por comerciantes.”
	“Há conflito de competências e responsabilidade no trecho urbano da BR 163 entre gov. Federal e Município e não são feitas obras para isso.”
	“Necessidade de revisão do contrato de concessão do transporte público. Não são feitas as melhorias necessárias.”

Fonte: Relatório 3 – Plano Diretor de Campo Grande, 2017, URBTEC. Dados trabalhados pelo Observatório de Arquitetura e Urbanismo UFMS.

Tabela 2 - Análise das oficinas comunitárias com opiniões referentes ao Plano Setorial por Região Urbana.

PLANO SETORIAL	
REGIÃO ANHANDUIZINHO	“Há centralidade dos eventos culturais na cidade. A região do Anhanduizinho não tem eventos culturais apesar de ter espaços.”
	“Os condomínios e outras grandes construções acabaram com as APPs.”
	“A região foi sobrecarregada com muitos “ônus” da cidade, como o lixo, o aterro sanitário, indústria poluidora, presídio, etc.”
	“As pessoas estão se deslocando para acessar serviços como saúde, em unidades de saúde em outras regiões.”
	“A cobrança de impostos como o IPTU sobre imóveis da população de baixa renda sobrecarrega os trabalhadores moradores.”
	“A juventude não tem benefícios para procurar emprego. Existem programas em outros municípios que podem ser aproveitados.”
	“Promover programas habitacionais em áreas com infraestrutura para o atendimento do déficit habitacional.”
	Faltam estacionamentos para idosos e deficientes na Região.”
	“Não tem acessibilidade nos equipamentos públicos.”
	“Deve haver revisão da localização dos terminais de ônibus.”
REGIÃO DO LAGOA	“O uso de bicicletas deveria ser incentivado, além da adequação de infraestrutura viária. A implementação de ciclovia e/ou ciclofaixas seria bem-vinda.”
REGIÃO DO CENTRO	“Em função de um planejamento equivocado e desarticulado houve o abandono da Região do Centro.”
	“O transporte público é desarticulado e não há integração.”
	“Falta de transparência na composição da tarifa.”
	“A acessibilidade não é respeitada, seja no interior dos ônibus, seja no âmbito das calçadas e vias públicas (estacionamentos), além de edifícios públicos.”
	“O VLT e as ciclovias deveriam ser retomadas como opção para a mobilidade.”

REGIÃO DO BANDEIRA	“Há negligência de fiscalização o que possibilita o surgimento de ocupações irregulares induzidas.”
	“Falta transparência dos critérios de seleção dos benefícios pela política habitacional.”
	“A dinâmica urbana atual leva à construção de conjuntos de habitação social em áreas sem infraestrutura.”
	“Faltam infraestrutura e serviços básicos acompanhando o surgimento dos conjuntos habitacionais. Serviços básicos, escolas, comércio, infraestrutura, água, asfalto, esgoto.”
	“Falta estímulo para o uso da estrutura escolar em horários alternativos (noite), com cursos e eventos.”
	“Maior controle e fiscalização das áreas públicas e transparência nos uso destinados a elas (futura utilização).”
	“Apoio à legalização das associações comunitárias e capacitação das lideranças comunitárias.”
	“Revisão do IPTU e do ITR.”
	“Para reduzir o vandalismo por parte dos jovens, por meio de trabalhos e apropriação dos espaços públicos por eles, trabalhar com a arte da juventude (grafite) com sua visão sobre os lugares.”
	“O transporte público precisa de maior integração para interligar a cidade (interbairros).”
	“Transporte coletivo não leva em consideração o clima local.”
	“Falta qualidade na infraestrutura de transporte público (terminais, ônibus, abrigos, Banheiros dos terminais, ampliar os terminais).”
	“Transparência do contrato de concessão e das tarifas.”
	“Iniciar estudos para implantação do metrô ou VLT.”
	“Compatibilizar o dimensionamento vários dos corredores de transporte, para maior fluidez.”
	“Implementação de centro de controle do percentual junto ao transporte coletivo para que o município enquanto poder concedente, tenha real controle sobre a utilização das gratuidades.”
	“Integração entre os vários tipos de transporte permitindo maior fluidez no trânsito. Ciclovias ligadas aos terminais.”
	“Ampliar e conectar a malha cicloviária existente e integra o modal cicloviário aos outros modais.”
	“Implantar bicicletários nos terminais de ônibus.”
	“Criar diretriz para as empresas incentivarem o uso da bicicleta. Banheiros, vestiários, bicicleta como transporte e não só lazer.”
	“Infraestrutura para mais tipos de transporte (bicicletas, ônibus), não só veículos motorizados. Infraestrutura para as vias exclusivas para ônibus, terminais com bebedouro.”
	“Aprimorar a sinalização de vias e bairros e criar políticas de educação contra o vandalismo.”

	“Promover acessibilidade no sistema viário e no transporte público.”
REGIÃO IMBIRUSSU	“O processo para a aprovação de novas indústrias é moroso e burocrático.”
	“Dar incentivos fiscais às pequenas e médias empresas com estudos de viabilidade socioeconômica.”
	“Implantação de hospitais veterinários por região.”
	“Promover estudos de impacto do Rio Imbirussu.”
	“Deve-se dar transparência aos incentivos fiscais recebidos pelas empresas. E dos compromissos assumidos para receberem esses benefícios.”
	“Aluguel em Campo Grande é caro, o que leva as pessoas a procurarem alternativas como as ocupações irregulares.”
	“Há várias ocupações irregulares na região de Imbirussu e pouca fiscalização.”
	“Garantir transparência e controle na distribuição das casas populares - fila habitacional, com amplo acesso à informação.”
	“Necessidade de ampliação do Aeroporto Internacional.”
	“Reestruturar a Av. Júlio de Castilho e entorno para melhoramento e crescimento do comércio, com adequação dos retornos e mais vagas de estacionamento.”
	“Retorno do trem do Pantanal com a criação da 1ª estação a partir do Aeroporto Internacional com ligação através de galerias subterrâneas.”
	“Reativação e investimentos na malha ferroviária inclusive para turismo cultural.”
REGIÃO DO PROSA	“Promover a implementação de normas que visem a responsabilidade com os resíduos.”
	“Ampliar e fortalecer a fiscalização de arborização urbana.”
	“Revisar o Plano de Arborização, fortalecendo os instrumentos de manejo e manutenção da arborização, contemplando todo o território municipal.”
	“Os conjuntos habitacionais devem ser pulverizados em diversas áreas pequenas e com a utilização de pequenos empreendimentos locais.”
	“Os novos conjuntos habitacionais devem seguir os dispositivos do Estatuto da Cidade.”
	“A duplicação da BR 163 isolou alguns bairros, surgindo a necessidade de revisão do Plano de Transporte. Não foi respeitado o planejamento anterior.”
	“Os horários dos ônibus para a região são mal planejados e tem um intervalo muito longo. Melhorar as informações das rotas.”
	“Há necessidade de consulta popular e pesquisa sobre questões relativas ao transporte.”
	“Garantir a interligação e a ampliação das redes cicloviárias.”
	“Discutir com os conselhos as linhas de ônibus e seus trajetos.”
	“Garantir a constituição de pontos de transporte coletivo com abrigos adequados.”

REGIÃO DO SEGREDO	“Não há mão de obra especializada. A qualificação deve-se dar de forma descentralizada (nos bairros).”
	“Não há atratividade econômica em função dos altos impostos e taxas.”
	“Há estrutura de equipamentos públicos, mas faltam profissionais para atendimento da população.”
	“A mata do segredo é um potencial para a região, precisa receber novos investimentos (o projeto Florestinha não foi acabado).”
	“As imobiliárias exercem grande poder na dinâmica urbana e influência em função de interesses particulares.”
	“Novos empreendimentos da construção civil na região do Segredo, em geral com mão de obra de fora de Campo Grande.”
	“Falta conscientização da população sobre a importância da participação coletiva.”
	“A região enfrenta problemas com alagamentos. Exe.: Bairro Otávio Pécora, Seminário, N. Sra. Graças, Rachid Neder, Pref. Heráclito.”
	“A política habitacional deve priorizar na região a regularização fundiária.”
	“Estimular atividade de contraturno dos adolescentes e jovens (como o centro poliesportivo Nasser).”
	“É preciso divulgar e incentivar os projetos desenvolvidos pelas associações comunitárias.”
	“Há ciclovias mas não há integração entre elas.”
	“Falta de investimentos da concessionária no transporte coletivo. Não há manutenção dos ônibus e terminais.”
	“Necessidade de regulação e fiscalização do comércio ambulante nos terminais.”

Fonte: Relatório 3 – Plano Diretor de Campo Grande, 2017, URBTEC. Dados trabalhados pelo Observatório de Arquitetura e Urbanismo UFMS.

Tabela 3- Análise das oficinas comunitárias com opiniões referentes ao Plano de Bairro/Região por Região Urbana.

PLANO DE BAIRRO/REGIÃO	
REGIÃO ANHANDUIZINHO	“O eco ponto não saiu do papel por falta de recursos orçamentários.”
	“O parque Ayrton Senna é uma referência para o bairro e a região, porém está subaproveitado como área para a população (interdição de equipamentos pelos Bombeiros).”
	“Existem equipamentos culturais que estão em condições ruins de utilização, por exemplo a subutilização do Parque Ayrton Senna e do estádio Morenã, das piscinas olímpicas.”
	“As áreas verdes foram prejudicadas com a ampliação de outros bairros e de grandes construções em outras áreas da cidade.”
	“Gasta-se muito em áreas muito ricas (já consolidadas). O ônus foi democratizado e o benefício é direcionado.”

	"A população está envelhecendo e não estão sendo previstos equipamentos públicos para esta população."
	"Houve aumento do trabalho informal na região."
	"Faltam programas de distribuição de renda e programas sociais."
	"Houve crescimento populacional na região, porém o crescimento não foi acompanhado de equipamentos públicos."
	"Houve crescimento desigual na cidade, a Região do Alphaville e do Parque dos Poderes tem infraestrutura e são valorizadas. A região do Anhanduizinho não recebeu os mesmos investimentos em infraestrutura e equipamentos."
	"Há coleta seletiva de resíduos incentivada pelo pagamento dos bens entregues (caso da Energisa)."
	"O crescimento da região nos últimos 10 anos é marcado pela implantação de diversos conjuntos habitacionais. Houve alguma melhoria na infra mas não houve aumento da capacidade dos equipamentos (exe.: aumento no número de pontes)."
	"A possibilidade de maior utilização dos terrenos com condomínios foram importantes para a coabitação regular das famílias."
	"O aumento da taxa de ocupação dos terrenos melhorou o aproveitamento dos terrenos para a acomodação das famílias."
	"Existem áreas de inundação de risco, inclusive área que seria destinada ao parque linear."
	"A lei de diretrizes orçamentárias não atende o Plano Diretor e as demandas dos Conselhos Regionais."
	"O maior crescimento da cidade se dá nas Regiões norte e sul da cidade."
	"Cada Conselho Regional deve ter 1 membro do conselho para acompanhar e fiscalizar o Plano Diretor."
	"Ampliação de parcerias entre as associações de moradores e município, descentralizado ações do CRAS."
	"Falta acessibilidade, as calçadas são inadequadas."
	"Não tem abrigo ou mobiliário adequado nas paradas de ônibus."
	"Faltam sinalização e meios de segurança de trânsito em algumas das vias importantes da região (vias comerciais e corredores de ônibus)."
	"Melhorar os serviços de concessionárias antes de ampliar."
	"Executar as ações previstas no Plano Diretor de Mobilidade."
	"Deve haver revisão da localização dos terminais de ônibus."
REGIÃO DO LAGOA	"Embora tenha havido melhoras na economia, as más gestões contribuíram localmente para o agravamento da crise nos últimos anos."
	"Há problemas com a implantação e manutenção da infraestrutura urbana. A ativação da economia local é resultado da ação espontânea e não organizada pelo poder público."

	<p>“Há ações importantes como a criação de parques e retirada de ocupações irregulares. Contudo, falta educação ambiental por parte da população e controle por parte do poder público na questão da poluição do ar (odor) e das águas. Há assoreamento e despejo de esgoto.”</p> <p>“Há equipamentos de saúde e educação, porém, não atendem todas as demandas. Faltam equipamentos de lazer, esporte e cultura. Parque lineares poderiam ser criados.”</p>
REGIÃO DO CENTRO	
REGIÃO DO BANDEIRA	<p>“Faltam espaços públicos de lazer com usos mais diversificados (esportes, turismo, eventos, lazer, preservação).”</p> <p>“Falta manutenção e adequação dos parques e áreas de lazer (estádios, autódromo).”</p> <p>“Importância da Lagoa Itatiaia para a identidade local (qualidade ruim hoje).”</p> <p>“Maior articulação da assistência social com as associações comunitárias e qualificá-las.”</p> <p>“A moradia pode ser resolvida não só através da construção de mais casas, mas com a ocupação de imóveis ociosas também. Ex. Hotel Campo Grande.”</p>
REGIÃO IMBIRUSSU	<p>“A Estação do Polo Industrial é patrimônio cultural da região do Imbirussu.”</p> <p>“A obra do Aquário do Pantanal gastou mais recursos que outros similares e a obra não avança.”</p> <p>“Na região da Júlio de Castilho, quanto às áreas ociosas, criação de uma calçada para feiras livres e espaços de recreação e lazer.”</p> <p>“Necessidade de compatibilizar usos que são conflitantes (Exe.: frigorífico, baile funk, boates e residência, depósito de areia.”</p> <p>“Reestruturação da área da Embrapa para facilitar a locomoção da população e integração entre os bairros.”</p> <p>“Existem imóveis vazios que poderiam ser utilizados para moradia de interesse social.”</p> <p>“Fiscalização pelos conselhos regionais da política de habitação.”</p> <p>Aperfeiçoar o zoneamento urbano e obedecer criteriosamente as leis.”</p> <p>“A Vila Operária está carente de infraestrutura viária e de iluminação.”</p>
REGIÃO DO PROSA	<p>“Garantir a constituição de pontos de transporte coletivo com abrigos adequados.”</p>
REGIÃO DO SEGREDO	<p>“Existe reserva ambiental na São Julião que está ocupada e sendo degradada sem a preocupação do poder público.”</p> <p>“A cachoeira do Inferninho é um patrimônio da região, porém hoje não conta com a infraestrutura ou recursos, e pode se tornar atrativo turístico, também a usina velha.</p> <p>“É necessário se preocupar com a ocupação do solo no Segredo, para não gerar problemas de drenagem em toda cidade.”</p>

	"Pode-se aproveitar a vista a partir da avenida de Euler de Azevedo com um potencial paisagístico (vista de Campo Grande e do pôr do sol)."
	"Melhorar a distribuição dos equipamentos em áreas com maior necessidade."
	"Há uma área utilizada para descarte de entulho entre o exército e o antigo frigorífico."
	"Houve vários investimentos provenientes do PAC na região (habitação, obras viárias e de drenagem)."
	"Necessidade de limpeza constante das margens do Rio Segredo."
	"Falta estrutura para a prefeitura executar a limpeza pública, hoje os órgãos estão sucateados."
	"A coleta seletiva não é uniforme na região."
	"Há necessidade de separar a atual SEINTRHA em uma secretaria de obras e secretaria de serviços públicos."
	"Há dificuldades com o descarte de resíduos sólidos-entulhos, os locais de descarte estão muito longe da região."
	"Há pouca sinalização (faixas) de pedestres no entorno das escolas."
	"Necessidade de melhoria viária na rotatória da Euler de Azevedo e Tamandaré."
	"Necessidade de regulação e fiscalização do comércio ambulante nos terminais."
	"Há problemas de drenagem nos terminais de transporte da região."
	"Necessidade de revisão do contrato de concessão do transporte público. Não são feitas as melhorias necessárias."
	"As linhas coletoras - Bairro/terminal têm boa frequência. As linhas entre terminais são muito demoradas no período noturno, feriados, domingos. Nem as coletoras atendem."
	"Os terminais de transporte público não possuem estrutura adequada (exe.: banheiros, segurança)."

Fonte: Relatório 3 – Plano Diretor de Campo Grande, 2017, URBTEC. Dados trabalhados pelo Observatório de Arquitetura e Urbanismo UFMS.

1.2 Lei do Zoneamento

O zoneamento é um dos instrumentos urbanísticos utilizados nos planos diretores, dividindo a cidade em áreas com diretrizes e índices urbanísticos diferenciados para o uso e ocupação do solo. Segundo Leung (2002), o zoneamento tem como objetivos: o controle do crescimento urbano, proteção às áreas inadequadas para a ocupação, minimizar os conflitos entre usos e atividades, controle (através do tipo de uso e o seu porte), hierarquia viária, entre outros.

Em Campo Grande, no ano de 1941, através das diretrizes do escritório de Saturnino de Brito, foi publicado o Código de Obras da Cidade que determinava o primeiro zoneamento para a cidade aplicado até final dos anos 60. Esse decreto – lei dividiu a cidade de Campo Grande em zonas de construção, criando a Zona Central ou Comercial, a Industrial, a Residencial e as Zonas Mistas.

Nos anos 1960 a Hidroserviço Engenharia, empresa contratada pela Prefeitura Municipal elaborou o Plano de Desenvolvimento Integrado que instituiu 6 zonas na cidade: Centro Principal, Área Atacadista, Área Comercial Mista, Zona Industrial e Zonas Residenciais de média e baixa densidades e 5 zonas de planejamento: Centro Principal de negócios e comércio, Zona Residencial em geral, Zona comercial mista, de expansão do centro principal, zona industrial e atacadista e zona de proteção paisagística.

Nos anos 1970 o arquiteto urbanista Jaime Lerner, com alguns arquitetos do setor público elaboraram propostas que acarretaram em modificações no zoneamento e índices urbanísticos da cidade o que duraram 10 anos. Trazendo novidades como a criação de um novo zoneamento urbano baseado no adensamento.

Na década de 1980, cria-se a PLANURB, setor responsável pelo planejamento urbano da cidade e é instituído o zoneamento por categorias funcionais e por compatibilidade locacional.

Atualmente o zoneamento de Campo Grande é regido pela Lei Complementar 74/2005, conhecida com a Lei de Uso e Ocupação do Solo de Campo Grande – Anexo II Planta 3. Nesse zoneamento a cidade é dividida em: Z1, Z2, Z3, Z4, Z5, Z6, Z7, Z8, Z9, Z10, Z11, Z12 e Z13, e os corredores: C1, C2, C3, C4, C5 e C6. Sendo que cada um possui categorias de usos permitidas - residencial, comércio varejista, comércio atacadista, serviços e industrial, tipo de parcelamentos permitido, especial; índices urbanísticos para cada zona – taxa de ocupação, taxa de permeabilidade, coeficiente de aproveitamento, índice de elevação; lotes mínimos (entre 250m² à 5000m²) e recuos mínimos. As zonas mais permissíveis para ocupação são as: Z11 e Z12 com taxa de ocupação igual a 1 no térreo e com o coeficiente de aproveitamento igual a 6.

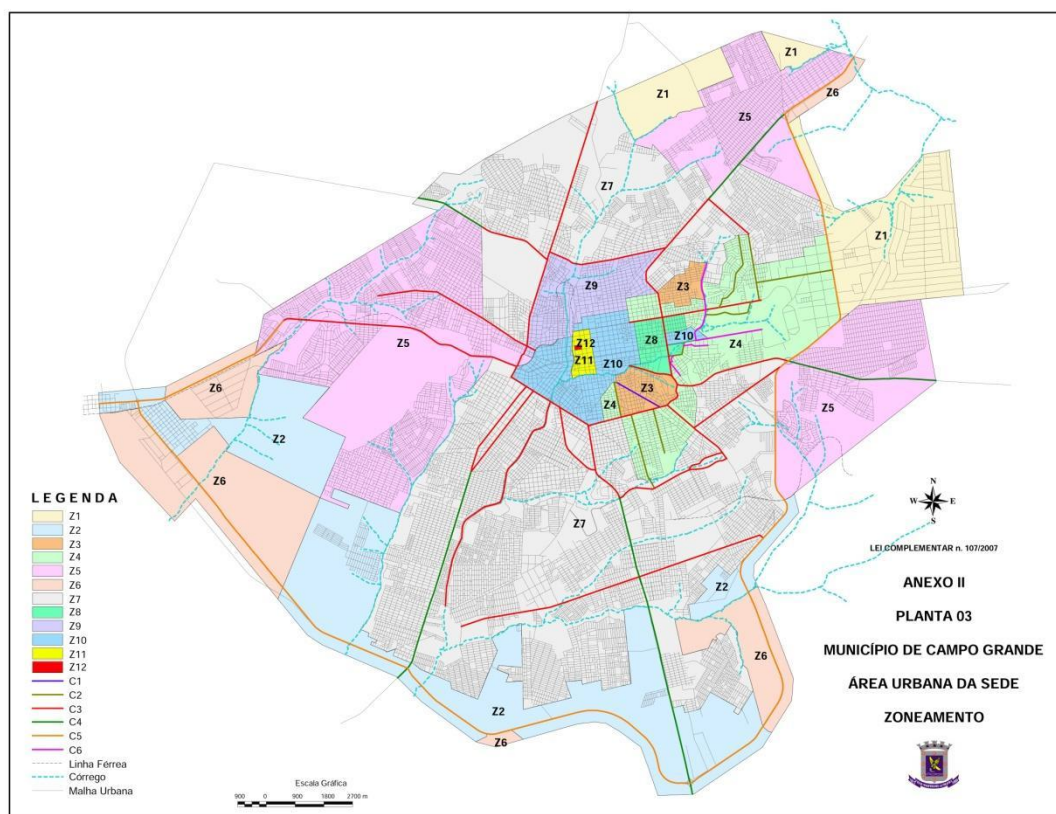


Figura 4 – Mapa do Zoneamento – Campo Grande/MS.

Fonte: PLANURB (2016).

1.3 Lei de Uso e Ocupação do Solo

A lei do uso e ocupação do solo é um dos mecanismos para o planejamento e ordenamento urbanístico, definindo a maneira que a edificação pode ocupar o terreno em função dos índices urbanísticos incidentes sobre o mesmo, ou seja, o que pode ou não pode ser construído e o seu porte nos lotes da cidade. Esse instrumento tem como, principais, objetivos: organizar o território potencializando as suas aptidões; controlar a densidade populacional e a ocupação do solo; otimizar os deslocamentos e melhorar a mobilidade urbana e rural; evitar as incompatibilidades entre funções urbanas e rurais; eliminar possibilidades de desastres ambientais.

Através dos estudos de Saturnino de Brito, foi instituído o primeiro Código de Obra que além de conter o zoneamento da cidade, estabelecia os usos, recuos e taxas de ocupação, até os anos 60 quando foi decretada a primeira legislação do uso do solo de Campo Grande, a Lei 1429/ 1973 e posteriormente a Lei do Uso do solo 1747/1978 que apresentava as propostas de Jaime Lerner apresentando as vocações das principais avenidas e usos mistos.

Em 1988, aos a criação da PLANURB, foi promulgada a Lei 2567/ 1988 que instituíu um novo uso e ocupação do solo que estabelecia regras para o uso do solo e meio ambiente.

Atualmente o uso e ocupação do solo estão regrados pela Lei Complementar nº 74/2005 que apresenta: as áreas urbanas, as 7 regiões urbanas, 74 bairros, 13 zonas e 6 corredores viários; definição da hierarquia viária estabelecidas em vias arteriais, coletoras, locais e ciclovias; diretrizes urbanísticas para o uso e ocupação do solo; Estudo de Impacto de Vizinhança; uso e ocupação do solo; parcelamentos; penalidades e 7 anexos – Anexo 1 contendo os mapas: da divisão territorial do município; perímetro urbano; perímetro urbano dos distritos de Anhanduí e Rochedinho; Anexo 2 contendo as plantas: das regiões urbanas, dos bairros, zoneamento e hierarquia viária; Anexo 3 contendo a tabela dos índices urbanísticos e categorias de usos por zonas e corredores; Anexo 4 contendo as tabelas das categorias das atividades de uso: industrial, comércio atacadista, comercial varejistas, serviços, residencial e especial; Anexo 5 compatibilidade locacional; Anexo 6 vagas para estacionamento; Anexo 7 vias de circulação hierarquizadas.

1.4 Lei do Parcelamento do Solo

Segundo Arruda, a preocupação com o planejamento urbano de Campo Grande sempre esteve presente nos planos urbanísticos desde a sua fundação em 1872. O Código de Posturas da cidade de 1905 já tratava desse tema, com uma preocupação com o saneamento e limpeza urbana. O primeiro loteamento de

Campo Grande data de 1909, elaborada pelo engenheiro Nilo Javary Barém, caracterizada pela regularidade da malha, uma trama ortogonal, com uma avenida larga central. Em 1937 foi editada a primeira lei de loteamento do país, portanto, Campo Grande elabora o Código de Obras da cidade (1941) contendo diretrizes para o loteamento na cidade, o que durou até 1960. E tratava uma testada mínima para o lote de 12m e profundidade de 30m, exceção para a área central que poderia ter 10m de testada.

Em 1965, a cidade passa a ter um novo Código de Obras com novas medidas para o lote (8m de testada na área central e nos demais 10m e área mínima de 300m², as ruas obedeciam à regra de 9m de largura no mínimo e leito carroçável de 6m, com um índice de 16m² de área verde por habitante para loteamentos futuros e quadra máxima de 300m de comprimento).

Em 1973 a lei 1429/73 apresenta a obrigatoriedade de infraestrutura para os loteamentos, criava a faixa non aedificandi de 15m nas margens dos córregos.

A partir dos anos 1980 iniciou-se a participação particular no parcelamento e loteamento na cidade, principalmente na periferia e implantação de conjuntos habitacionais populares. Nessa época também com a criação da PLANURB e do CMDU, foi aprovada a Lei 2567/88 com conceitos urbanísticos, criando vários tipos de loteamentos com distintas exigências de infraestrutura e percentuais de áreas públicas, prazos de aprovação, doação de áreas para a implantação de equipamentos comunitários e a preocupação com o meio ambiente, principalmente com as áreas de fundo de vale, áreas brejosas e instáveis e a carta geotécnica.

Atualmente os requisitos para o parcelamento em Campo Grande estão incluídos na Lei Complementar nº 74/2005 – Lei de Uso e Ocupação do Solo, contendo os índices urbanísticos, regras de ocupação e parcelamento e cuidados com meio ambiente e áreas não suscetíveis à ocupação urbana.

Os loteamentos podem ser do tipo Padrão – L1 com lotes e testadas mínimos definidos pelas zonas que se localizam, áreas de domínio público de 20% da área total; Loteamento de interesse Social – L2 com lotes mínimo de

200m², com testada mínima de 10m e nas esquinas mínimo de 15m, áreas de domínio público de 10% da área total; L3 – Loteamento fechado com lotes e testadas mínimos definidos pelas zonas que se localiza, exceto na Z1 onde a área mínima é de 500m² e testada mínima de 15m, as áreas de domínio público são de 12% da área total, as vias de circulação interna possuem configuração diferenciada com largura mínima de 13m de testada a testada e outros serviços públicos como coleta de lixo, limpeza urbana e iluminação pública não serão realizados dentro desses loteamentos; e o L4 Atacadista/Industrial deverão ter lotes e testadas mínimos definidos pelas zonas que se localizam, áreas de domínio público de 5% até 15% da área total.

A legislação prevê as infraestruturas necessárias para cada tipo de loteamento assim como o prazo de aprovação, dimensionamento de quadras e vias. Campo Grande possui (em 2015) 283 loteamentos aprovados com 84.480 lotes em uma área total loteada de 48.141.846,84m² sendo que 6.681.847,34m² são de domínio público e 604.134,39m² área reservada.

Mapa 14

EVOLUÇÃO DOS LOTEAMENTOS APROVADOS - 2015

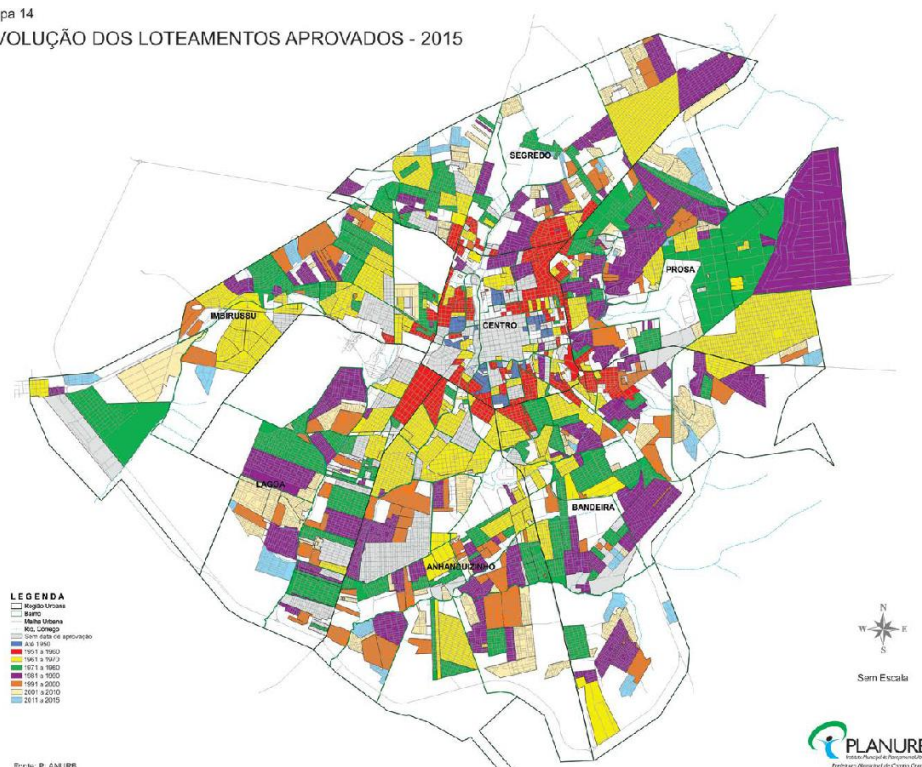


Figura 5 – Evolução dos Loteamentos aprovados – 2015.

Fonte: PLANURB (2016).

1.5 Lei da Carta de Drenagem

A carta de drenagem é um documento cartográfico que visa subsidia as ações de planejamento tanto do poder público quanto do privado, compreendendo em um mapa síntese representando as bacias hidrográficas e os diversos graus de criticidade hierarquizados. (PLANURB, 1997).

A Carta de Drenagem de Campo Grande (1996) subdivide a Drenagem a rede hidrográfica de Campo Grande em 10 micro-bacias, sendo elas: Bandeira (Córregos Bandeira e Cabaça), Prosa (Córregos Sóter, Prosa e Revellieu), Anhanduí (Rio Anhanduí), Lageado (Córrego Lageado), Gameleira (Córrego Gameleira), Bálsamo (Córrego Bálsamo), Imbirussu (Córrego Serradinho), Coqueiro (Córregos Botas e Coqueiro), Segredo (Cascudo e Maracaju) e Lagoa (Córrego Buriti). Apresentando as áreas totais das bacias e suas respectivas áreas permeáveis e impermeáveis. Sendo que a bacia do Botas-Coqueiro a mais permeável (96,28%) e do Anhanduí a menos permeável (70,77%).

solapamentos, insuficiência no sistema de captação de águas pluviais e contaminação por efluentes domésticos. De acordo com PLANURB (1997) as bacias do Segredo, Prosa e Anhanduí são as que se encontram mais degradadas.

No perímetro urbano de Campo Grande, o Rio Anhanduí é o principal curso d'água, destacando-se como contribuintes os Córregos Lageado, Imbirussu, Bandeira, Prosa, Segredo, entre outros. Sendo o Rio Anhanduí tributário do Rio Pardo, que por sua vez é afluente do Rio Paraná. Nessa bacia encontra-se instaladas 02 (duas) Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), a Salgado Filho e Aero Rancho. No entanto, notam-se sinais de degradação principalmente pelo lançamento de esgotos domésticos de forma clandestina, nas galerias de águas pluviais.

Os Córregos inseridos na Bacia Hidrográfica do Segredo são: Maracajú, Cascudo e Segredo. Ainda nessa bacia está localizado o Parque Estadual da Mata do Segredo. O Córrego Maracajú, localizado na Rua Maracajú, encontra-se totalmente canalizado. Embora a região próxima ao mesmo seja contemplada com rede pública de esgoto, percebe-se que existe contaminação pelo lançamento de esgoto clandestino nas galerias de águas pluviais.

Na bacia hidrográfica do Prosa além do Córrego Prosa, os Córregos Sóter, Desbarrancado, Joaquim Português, Revellion e Vendas. De acordo com Peixoto Filho et al. (2007), a bacia do Córrego Prosa, levando em consideração o ponto de vista ambiental e a qualidade de vida da população, é uma das regiões mais favorecidas do Município de Campo Grande, visto que possui grandes áreas de interesses ambientais, culturais e urbanísticos, como os Parques das Nações Indígenas, o Parque do Sóter, Parque Estadual do Prosa e Parque dos Poderes.

O Córrego Prosa possui suas cabeceiras protegidas, e isso se deve a sua localização, dentro do Parque Estadual do Prosa. Da mesma forma que o Córrego Segredo, o Córrego Prosa está localizado em grande parte na região central, justamente parte em que os córregos apresentam-se com maiores sinais de poluição.

A bacia hidrográfica do Lageado possui pouca densidade populacional, no entanto é muito importante para o município, já que representa o segundo maior sistema de abastecimento de água de Campo Grande, a Captação do Lageado.

A ocupação da bacia hidrográfica do Bandeira é caracterizada por ser parte residencial e predominantemente comercial, possuindo em grande quantidade as seguintes atividades: postos de combustíveis, garagens de ônibus, oficinas mecânicas, funilarias dentre outros. Além de esgotos domésticos verifica-se a presença de óleos e graxas nos córregos dessa bacia. No Campus da UFMS existe uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN), que em parte se encontra na área da microbacia do Córrego Cabaça.

A bacia hidrográfica do Bálsamo é totalmente desprovida de rede coletora de esgoto, o lançamento dos efluentes domésticos é realizado predominantemente em fossas sépticas e sumidouros.

Bacia hidrográfica do Gameleira está localizada na região Sul de Campo Grande, apresenta pouca densidade populacional. Enquanto a Bacia hidrográfica do Lagoa está localizada na região a oeste da área central de Campo Grande e está parcialmente habitada.

A bacia hidrográfica do Lagoa que é composta pelos Córregos Buriti e Lagoa.

Na bacia hidrográfica do Imbirussu existe a ETE Cooptrabalho que atende o conjunto Cooptrabalho, sendo os efluentes tratados lançados no Córrego Imbirussu. O Córrego Imbirussu, na sua nascente, está prejudicado pelo desmatamento oriundo de lavouras e pastagens. No perímetro urbano após receber seu afluente, o Córrego Serradinho, atravessa uma região sem grandes degradações antrópicas. No entanto a jusante o Córrego Imbirussu recebe o esgoto do Núcleo Industrial de Campo Grande, sendo a qualidade da água seriamente afetada.

A bacia hidrográfica do Coqueiro é totalmente desprovida de rede coletora de esgotos, os moradores utilizam-se de fossas sépticas e sumidouros para disposição de seus efluentes, o que compromete a qualidade da água subterrânea do local.

Os córregos presentes nessa bacia não recebem lançamento de esgotos clandestinos, salvo pequeno trecho do Córrego Botas, na região do Colúmbia, o mais afetado dessa bacia, mas não pelo lançamento de efluentes domésticos, mas sim pelo assoreamento devido ao trabalho desordenado de areeiros na região.

Na carta de drenagem são apresentados 6 graus de criticidades apresentando os problemas atuais e potenciais e com propostas de serviços e obras necessárias para cada:

- Grau de Criticidade I: Bacias Bandeira, Lagoa e Gameleira;
- Grau de Criticidade II: Bálsamo e Imbirussu;
- Grau de Criticidade III: Lageado;
- Grau de Criticidade IV: Prosa e Coqueiro;
- Grau de Criticidade V: Segredo;
- Grau de Criticidade VI: Anhanduí.

A Carta de Drenagem apresenta recomendações gerais para projetos:

- Implantar obras e/ou medidas para dissipação de energia das águas pluviais nos pontos de lançamentos;
- Dimensionar adequadamente as calhas e travessias do sistema de drenagem, compatibilizando o volume d'água às dificuldades do terreno;
- Implantar sistema adequado para captação e drenagem de águas superficiais nos taludes de corte e aterro;
- Adequar à solução de coleta e dissipação das águas servidas às dificuldades de escoamento e infiltração no solo;
- Prever cuidados específicos nos trechos de declividade acentuada onde há concentração de águas pluviais;
- Implantar canaletas ou interceptar o fluxo de águas nos locais problemáticos quanto ao desenvolvimento de erosão no leito viário;
- Evitar o escoamento de grandes volumes de águas pluviais no leito das vias, privilegiando o seu lançamento na drenagem natural;
- Implantação de revestimentos retentivos em áreas de pouco tráfego, ex: (áreas de estacionamento, vias locais);

- Implantar canaletas gramadas em loteamentos condominiais de baixa densidade de ocupação e de relevo suave;
- Proteção das margens e cabeceiras dos cursos d'água.

Além das ações preventivas e corretivas e planos urbanísticos gerais. Nos planos de obras são indicadas obras de retenção temporária, revestimentos retentivos, canaletas gramadas.

O decreto 12680/2015 estabelece o Plano Diretor de Drenagem urbana de Campo Grande apresenta os principais resultados e ações a serem desenvolvidas no município nos próximos anos. Inicia com um diagnóstico analítico das 10 bacias hidrográficas existentes na cidade, apresenta medidas de controle e alternativas, análises de benefícios x custo, projetos e programa municipal de drenagem.

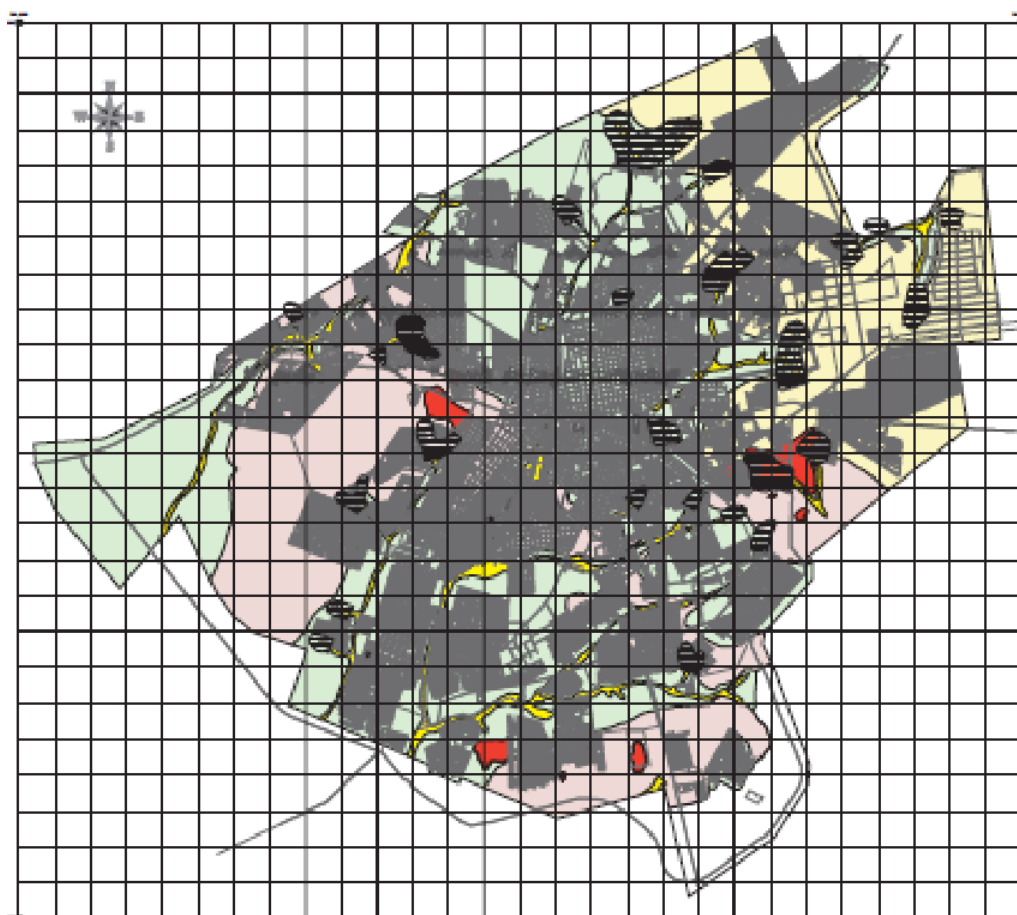
No diagnóstico ambiental analítico das bacias hidrográficas é caracterizado a vegetação do cerrado, a fauna, o meio físico (geologia, geomorfologia, as características do solo e os recursos hídricos), caracterizando as 10 bacias hidrográficas – Coqueiro, Ribeirão Botas, Gameleira, Lageado, Lagoa, Imbirussu, Prosa, Segredo, Bandeira e Anhanduí.

Campo Grande, segundo o plano de drenagem (2015), encontra-se numa região onde as bacias hidrográficas são de pequeno porte, assim as águas pluviais não foi fator de impedimento para o crescimento da cidade. Diante disto, não houve preocupações anteriores com a estruturação de um serviço modelar de planejamento da microdrenagem urbana. Hoje se desenvolve projeto de macrodrenagem nas bacias dos córregos Prosa, Sóter, Segredo e Anhanduí, estando executados 30% dos canais a céu aberto. Cabe destacar também pela sua formação geotécnica, as Bacias dos Córregos Lagoa, Sóter, nas proximidades do Aeroporto Internacional, São Conrado, Santa Emília, Conjunto União, Nova Campo Grande e o Bairro Tiradentes, onde o lençol freático encontra-se praticamente ao nível do terreno natural nos períodos chuvosos.

1.6 Lei da Carta Geotécnica

A Carta Geotécnica é um documento cartográfico que possui informações sobre todas as diferentes feições geológicas e geomorfológicas presentes no município e o seu comportamento geotécnico nas ocupações urbanas, definindo áreas ocupáveis e não ocupáveis, ou seja, um instrumento básico para a o planejamento urbano e para planos diretores.

A Carta Geotécnica de Campo Grande foi elaborada em 1991 pela PLANURB com o objetivo de subsidiar as ações de planejamento urbano da cidade com critérios e recomendações de uso e ocupação do solo, criando as unidades homogêneas. Buscando estabelecer recomendações de acordo com as condicionantes do meio físico (geologia, geomorfologia, pedologia), estabelecendo critérios para correção e prevenção quanto à ocupação de áreas degradadas e de proteção dos recursos naturais.



CARTA GEOTÉCNICA PARA OCUPAÇÃO URBANA DE CAMPO GRANDE - MS						
UNIDADE	DESCRIÇÃO	USO	RECOMENDAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	RECOMENDAÇÃO
I	Áreas de alta resistência	Resistência média a alta	Áreas de alta resistência	Áreas de alta resistência	Áreas de alta resistência	Áreas de alta resistência
II	Áreas de resistência média	Resistência média	Áreas de resistência média	Áreas de resistência média	Áreas de resistência média	Áreas de resistência média
III	Áreas de resistência baixa	Resistência baixa	Áreas de resistência baixa	Áreas de resistência baixa	Áreas de resistência baixa	Áreas de resistência baixa
IV	Áreas de resistência muito baixa	Resistência muito baixa	Áreas de resistência muito baixa	Áreas de resistência muito baixa	Áreas de resistência muito baixa	Áreas de resistência muito baixa
V	Áreas de resistência extremamente baixa	Resistência extremamente baixa	Áreas de resistência extremamente baixa	Áreas de resistência extremamente baixa	Áreas de resistência extremamente baixa	Áreas de resistência extremamente baixa

Figura 7 – Carta Geotécnica.

Fonte: PLANURB (2016).

Apresenta 5 unidades homogêneas classificadas em função das características dos terrenos e das solicitações da urbanização, estabelecendo critérios e recomendações para o uso e ocupação do solo:

- Unidade Homogênea I: Caracterizada por relevo de colinas, suave ondulado e ondulado com predomínio dos solos argilosos e argilo-arenosos de textura média e argilosa, associados aos basaltos e arenitos intertrapeanos da Formação Serra Geral. São terrenos que apresentam baixa a média suscetibilidade à erosão e baixa a média permeabilidade do solo. Os problemas atuais e potenciais são: as dificuldades localizadas com fundações profundas e dificuldade na absorção de efluentes. São terrenos que possibilitam maior concentração urbana e corresponde a 50% da área da cidade.

- Unidade Homogênea II: Caracterizada por relevo de colinas, suave ondulado, com o predomínio dos solos arenosos (extremamente porosos) do arenito da Formação Caiuá. Apresentam alta suscetibilidade a erosão e alta permeabilidade do solo. Ocorrem ravinas e boçorocas. Apto à urbanização, com recomendações específicas.

- Unidade Homogênea III: Caracterizada por um relevo representado por platôs e colinas, suave ondulado com embaciamentos localizados, predominam os solos areno-argilosos e silte-arenoso da formação Serra Geral. Apresentam níveis de água muito próximo às superfícies, baixa capacidade de suporte e carga. Essas áreas são mais críticas para ocupação e correspondem a 33% do território.

- Unidade Homogênea IV: Caracterizada por várzeas e fundo de vales, predominam os solos aluviais e hidromórficos, em geral mal drenados, ocorrendo áreas alagadiças. A degradação acelera o processo de assoreamento dos cursos d'água.

- Unidade Homogênea V: Áreas de enchentes e inundações, que recomenda - se proteção cabeceiras e das margens.

2. ANÁLISE DOS VAZIOS URBANOS EM CAMPO GRANDE

Análise dos Vazios Urbanos em Campo Grande

Conforme trabalho do Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS, Vazios Urbanos em Campo Grande, conceitua-se vazio urbano como qualquer área privada, desocupada ou subocupada (ocupação menor que 25% de sua área), localizada no interior do perímetro urbano, independente de possuir, ou não, infraestrutura e serviços públicos. As demais áreas vazias públicas foram classificadas como espaços livres ou áreas de domínio público.

Foram analisados os 793 parcelamentos dos 74 bairros das sete regiões urbanas de Campo Grande, o trabalho identificou um expressivo número de áreas privadas com nenhuma ocupação, ou seja, um quarto de todo o perímetro urbano da cidade, algo em torno de 25,74 % que correspondem a 9.241,61 hectares que, somados aos mais de 4.246 hectares que tinham ocupação de até 25%, totalizam 13.488,46 hectares, ou seja, 37,57% do perímetro urbano são de áreas privadas consideradas vazios urbanos. (Figura 8)

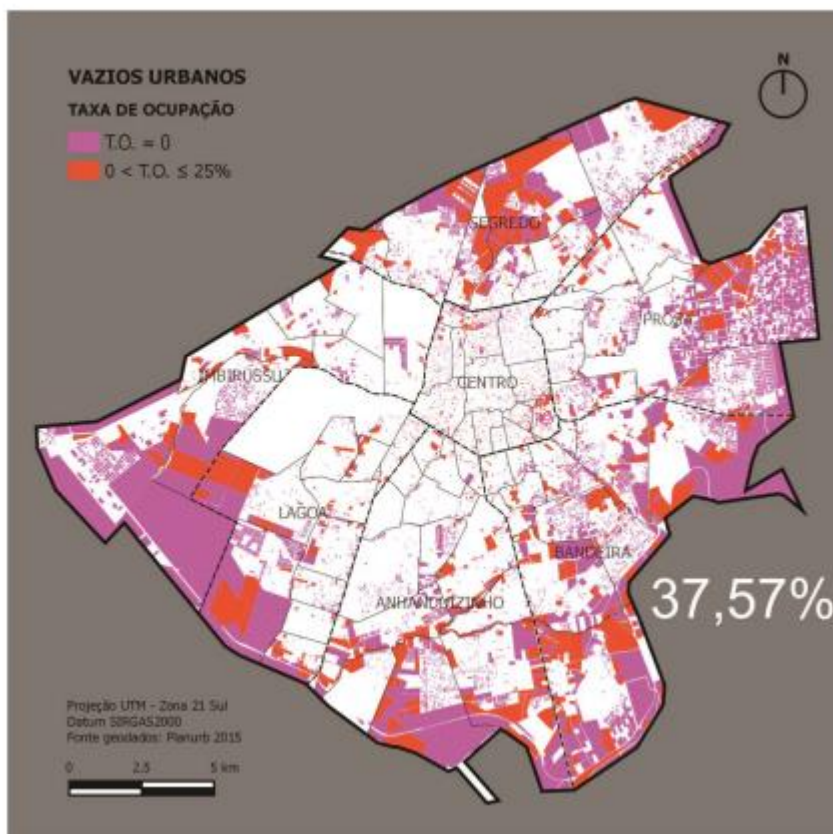


Figura 8 - Porcentagem de Vazios Urbanos áreas privadas (37,57%).
Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS.

Já as áreas de domínio público somam 1.701,08 hectares (4,74%) e outros 2.785,36 hectares (7,76%) de espaços livres que totalizam 12,50% ou 4.486,44 hectares. Se totalizarmos as áreas privadas com ocupação de até 25% com as áreas de domínio público e os espaços livres tem-se algo em torno de mais de 50% do perímetro envolvido com uma pequena ou nenhuma ocupação territorial, conforme a Tabela 4.

CIDADE DE CAMPO GRANDE	PERÍMETRO URBANO	VAZIOS URBANOS PRIVADOS Taxa de Ocupação de 0%	VAZIOS URBANOS PRIVADOS Taxa de Ocupação menor ou igual a 25%	VAZIOS URBANOS PRIVADOS TOTAL	ESPAÇOS LIVRES	ÁREAS DE DOMÍNIO PÚBLICO
ÁREAS (ha) Em %	35.903,77 100,00%	9.241,61 25,74%	4.246,84 11,83%	13.488,46 37,57%	2.785,36 7,76%	1.701,08 4,74%

Tabela 4 - Total dos Vazios Urbanos em Campo Grande.
Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS.

Através destes estudos ficou constatado as áreas privadas vazias, com taxa de ocupação de 0%, formam 9.241,61 hectares ou 25,74% de todo o perímetro urbano, estão localizados expressivamente nas bordas do perímetro urbano. Constituem enorme estoque de terra urbana disponível para a urbanização futura. Grande parte dessas glebas e áreas está nas Zonas Z1, Z2 e Z6, com baixos coeficientes de aproveitamento. Essas zonas correspondem às antigas Zonas de Transição (ZT) da Lei municipal n. 2.567/1988, que foram criadas como áreas de estoque da urbanização futura.

TIPOLOGIA ESPAÇOS LIVRES	PRAÇAS (ha)	PARQUES (ha)	CANTEIROS (ha)	TERMINAIS E LEITOS FERROV. (ha)	ÁREAS MILITARES (ha)	OUTROS (ha)
(TAXA DE OCUPAÇÃO)	(0 ≤ T.O. ≤ 25%)	(0 ≤ T.O. ≤ 25%)	(0 ≤ T.O. ≤ 25%)	(0 ≤ T.O. ≤ 25%)	(0 ≤ T.O. ≤ 25%)	(0 ≤ T.O. ≤ 25%)
PERÍMETRO URBANO	150,46 0,42%	793,87 2,21%	265,05 0,74%	599,68 1,67%	845,62 2,36%	130,67 0,36%

Tabela 5 - Vazios Urbanos em Campo Grande para Espaços Livres Total, Tipologia.
Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS

Pela Tabela 5, gerada pelo observatório, e que detalha os usos dos espaços livres. A cidade que apresenta 2.785,33 hectares, 12,67% do perímetro urbano, divididos assim: 150,46 hectares de praças que correspondem a 0,42% do total da cidade e 5,38% do total dos espaços livres; 793,87 hectares de parques, ou seja, 2,21% do total da cidade e 28,47% do total dos espaços livres; 265,05 hectares de canteiros de avenidas que correspondem a 0,74% de todo o perímetro e 9,51 % do total dos espaços livres; 599,68 hectares de áreas de terminais e leitos ferroviários, ou seja 1,67% do total e outros 845,62 hectares de áreas militares que somam 2,36% do total das áreas da cidade, se somadas as três primeiras categorias, tem-se o estoque de áreas públicas destinadas ao lazer ativo e passivo, se somadas totalizam 1.208 hectares que, divididos pela população da cidade em 2014 (época dos dados da pesquisa), nos dava 14,32m² de área verde organizada por habitante quando a ONU indica 15,00 m² de áreas verdes por habitante.

Existem ainda grandes vazios de áreas militares, somam 845 hectares ou 2,36% do total das áreas da cidade, sendo utilizadas pelas forças militares do Exército, da Aeronáutica e das policias civil, militar e federal. (Figura 9)

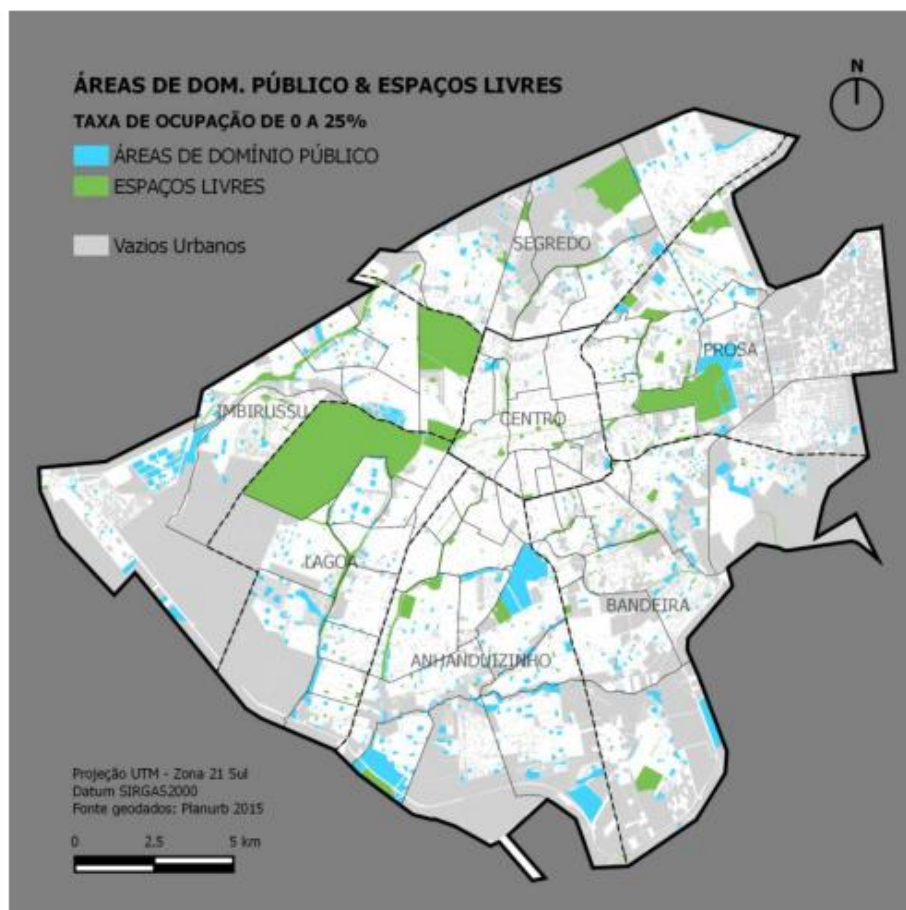


Figura 9 - Áreas de Domínio Público e Espaços Livres (12,50%).

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS.

Essas áreas dos vazios urbanos, se por um lado causam ociosidade de infraestrutura quando encontram-se nas áreas de MZ1 e MZ2, onde o adensamento é prioritário e desejável, respectivamente, por outro lado, quando nas bordas da cidade, MZ3, macro zona de adensamento restrito, ainda assim são fundamentais para o desenvolvimento urbano futuro – lotes e glebas –, sinalizam e evidenciam a necessidade de cuidados e acompanhamento de sua urbanização por parte do planejamento urbano local, apresentam-se como constatado, com quantidade superior a 1/3 do perímetro de Campo Grande, 37,57% do seu total, quando considerados apenas lotes de vazios urbanos privados, com nenhum ou pouco uso, para qualquer finalidade, não desempenhando a função social da propriedade. Quando consideramos além dos lotes privados, os espaços vazios para usos público, o total chega a 1/2 do

perímetro de Campo Grande, 50,24%, o que torna urgente o uso de políticas públicas para ocupação ordenada e desejável primeiramente das áreas hoje com boa infraestrutura e num planejamento futuro, das demais áreas na borda da cidade para que essa ocupação não seja desordenada, espalhada como já ocorre atualmente o que onera a administração pública como um todo.

Faz-se necessário planejar a ocupação desses vazios estimulando a diversidade de usos e atividades, com políticas públicas, através do Plano Diretor Municipal, sendo ele o principal responsável por ditar diretrizes e estimular a ocupação socialmente justa da cidade.

3. ANÁLISE DA DENSIDADE URBANA EM CAMPO GRANDE

O ponto de partida para se escrever sobre a história da densidade urbana em Campo Grande começa em 1910, quando da realização do levantamento para conferência do rocio, elaborado pelo engenheiro militar Themístocles Paes de Souza Brasil que calculou em 6.540 ha com uma população estimada naquele ano de 1.200 habitantes. Sendo assim, podemos afirmar que a cidade iniciou seu processo de urbanização com um imenso perímetro urbano para uma população urbana muito pequena, que nos dá, em 1910, uma densidade demográfica de 0,18 hab./ha.

Com o passar dos anos, já na década de 1940, se iniciou um processo que vai caracterizar Campo Grande: o tamanho do perímetro urbano sempre cresceu muitas vezes mais que a população e as suas necessidades urbanísticas. Essa situação pode ser verificada, especialmente, nos desenhos que demonstram as relações entre a mancha urbanizada e ocupada com as dimensões do contorno do perímetro, o que induziu a cidade a parcelar seu solo sem muito comprometimento com uma urbanização mais consequente, em termos de novos espaços para habitar, em torno de uma mancha urbana densa.

3.1 Evolução da densidade em Campo Grande

Em 1910, com um levantamento realizado da cidade de Campo Grande, é apresentado uma área de 6.640 ha com 1.200 habitantes e uma densidade demográfica de 0,18 hab./ha. Nos anos 60, o perímetro urbano alcançou 12.057ha com 63.000 habitantes e densidade bruta de 5,39 hab/ha.

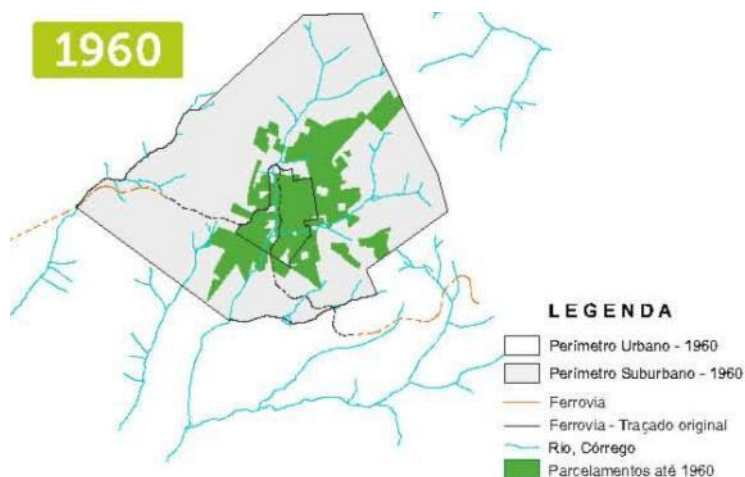


Figura 10 – Perímetro urbano de 1960 e a malha urbanizada.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

Nos anos 70 o perímetro urbano quadruplica o tamanho em relação à fundação da cidade, sem nenhuma recomendação urbanística (figura 10). Já nos anos 80, Campo Grande transforma-se na capital do estado de Mato Grosso do Sul, com uma densidade demográfica de 9,95 hab/ha (283.653 habitantes e perímetro de 28.500 hectares).

Nos últimos 35 anos, houve alterações no tamanho perímetro urbano, chegando aos atuais 35.903 hectares, população de 859.653 habitantes e densidade de 23,07 hab./ha.

3.2 A densidade urbana em Campo Grande

A densidade bruta de Campo Grande é 23,07 hab./ha e líquida de 87,93 hab./ha. com a maior concentração nas regiões: Centro, Anhanduizinho e Lagoa, e a menor na região do Prosa, como demonstrado na tabela 6:

Tabela 6 – Densidade em Campo Grande.

Indicadores de Densidade Urbana						
	Área (ha)	Área Resid. (ha)	Área Resid / Área Total	Pop. Total*	Densidad e Urb. Bruta (hab/ha).	Densidade Urb. Líquida (hab/ha).
Anhanduizinho	6.192,04	1.810,58	29,24%	201.777	32,59	111,44
Bandeira	6.236,29	1.528,39	24,51%	123.005	19,72	80,48
Centro	2.011,50	823,67	40,95%	77.246	38,40	93,78
Imbirussu	5.742,91	1.443,48	25,14%	107.383	18,70	74,39
Lagoa	5.057,12	1.361,37	26,92%	124.450	24,61	91,42
Prosa	5.565,46	1.029,11	18,49%	89.524	16,09	86,99
Segredo	4.497,50	1.267,37	28,18%	91.206	20,28	71,96
Campo Grande	35.302,82	9.263,97	26,24%	814.591	23,07	87,93

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - UFMS, 2016.

* Estimativa populacional IBGE 2015.

As maiores densidades líquidas estão nas regiões Anhanduizinho, Centro e Lagoa, e a menor na região do Segredo. Observa-se que a maior densidade urbana líquida não está no centro e isso ocorre, a maioria das edificações do centro é de uso comercial e serviços.

No levantamento das densidades da cidade de Campo Grande, percebemos uma cidade vazia, com índice de densidade baixo e distribuição desequilibrada no território. A figura 11 demonstra espacialmente essa distribuição e tabela 4 apresenta a evolução das densidades bruta e líquida da cidade, regiões e bairros.

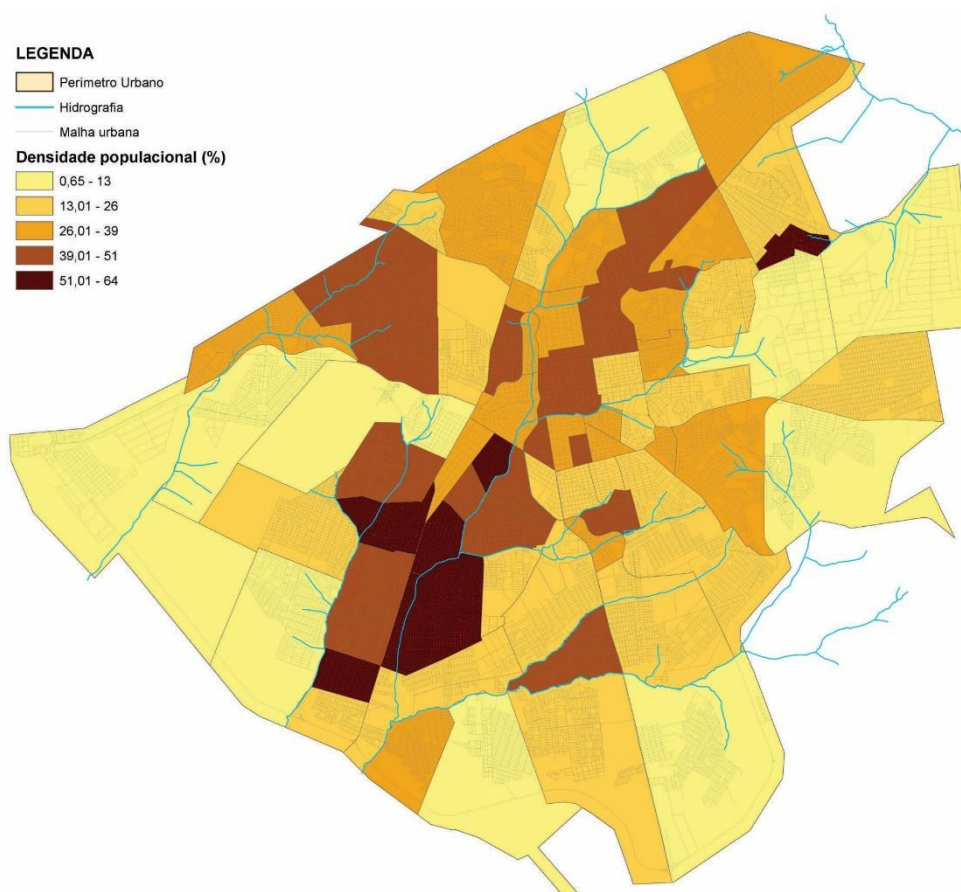


Figura 11 – Mapa da densidade bruta – CG.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - UFMS, 2016.

Tabela 7 – Densidade Bruta e Líquida de Campo Grande.

Região Urbana	Bairros	Densidade Bruta		Densidade Líquida
		Ano 2010	Ano 2015	Ano 2015
Centro	Amambaí	32,21	35,02	89,87
	Bela Vista	13,97	15,19	45,31
	Cabreúva	36,98	40,21	110,58
	Carvalho	40,13	43,64	96,69
	Centro	39,49	42,94	152,47
	Cruzeiro	43,98	47,83	101,00
	Glória	31,53	34,28	103,72
	Itanhangá	31,59	34,35	69,85
	Jardim dos Estados	21,64	23,53	66,71
	Monte Líbano	49,27	53,58	96,09

	Planalto	43,69	47,51	94,91
	São Bento	28,63	31,14	59,55
	São Francisco	37,80	41,10	87,77
Segredo	Coronel Antonino	43,47	47,27	130,01
	José Abrão	21,93	23,85	65,17
	Mata do Segredo	6,92	7,52	37,64
	Monte Castelo	33,66	36,60	85,89
	Nasser	27,09	29,45	105,89
	Nova Lima	31,65	34,42	122,88
	Seminário	14,33	15,58	57,93
	Autonomista	35,43	38,52	82,93
	Carandá	20,46	22,25	71,51
Prosa	Chácara Cachoeira	18,92	20,57	60,92
	Chácara dos Poderes	0,65	0,70	7,37
	Estrela Dalva	55,49	60,34	175,15
	Margarida	49,53	53,86	115,99
	Mata do Jacinto	30,99	33,70	105,33
	Noroeste	17,02	18,51	163,03
	Novos Estados	15,27	16,51	103,41
	Santa Fé	34,26	16,61	105,21
	Veraneio	8,03	8,73	85,93
Bandeira	Carlota	40,93	44,48	101,51
	Dr. Albuquerque	28,96	31,49	107,63
	Jardim Paulista	25,83	28,09	89,57
	Mª Aparecida Pedrossian	8,45	9,19	92,11
	Moreninha	12,92	14,05	66,59
	Rita Vieira	16,22	17,64	71,61
	São Lourenço	36,13	39,29	104,29
	Tiradentes	28,13	30,59	107,64
	TV Morena	24,61	26,76	66,54
	Universitário	23,81	25,89	75,56
	Vilas Boas	22,41	24,37	66,89
Anhanduizinho	Aero Rancho	54,65	59,43	150,07
	Alves Pereira	47,38	51,52	135,88
	América	13,82	15,02	84,82
	Centenário	24,95	27,13	88,10
	Centro Oeste	17,96	19,53	90,49
	Guanandi	63,68	69,24	131,34
	Jacy	50,41	54,82	108,29
	Jockey Club	49,44	53,76	123,95
	Lageado	35,43	38,53	249,55
	Los Angeles	9,51	10,34	55,57
	Parati	21,63	23, 52	121,87
	Pioneiros	25,45	27,87	78,84
	Piratininga	49,50	53,83	120,83

Lagoa	Taquarussu	62,41	67,87	143,59
	Bandeirantes	36,31	39,49	73,99
	Batistão	42,50	46,22	123,48
	Caiçara	42,61	46,33	98,17
	Caiobá	7,06	7,68	89,40
	Coophavila II	60,54	65,83	130,54
	Leblon	53,92	58,63	117,12
	São Conrado	22,30	24,24	52,14
	Tarumã	25,47	27,70	88,73
	Taveirópolis	4,99	5,42	105,58
	Tijuca	41,53	45,16	113,01
	União	42,73	46,47	114,60
Imbirussu	Nova Campo Grande	10,07	10,95	36,35
	Núcleo Industrial	1,48	1,61	10,92
	Panamá	47,96	52,15	143,61
	Popular	37,11	40,35	146,00
	Santo Amaro	49,36	53,68	119,08
	Santo Antonio	40,95	44,53	102,28
	Sobrinho	17,98	19,55	82,87

Fonte: Censo IBGE 2010.

De acordo com a tabela 7, os bairros com mais de 50 hab/ha são: Guanandi; Taquarussu; Coophavila II; Estrela Dalva; Aero Rancho; Leblon e Jacy. Já os bairros com a menor densidade são: Los Angeles; Maria Aparecida Pedrossian; Veraneio; Caiobá; Mata do Segredo; Mata do Segredo; Taveirópolis; Núcleo Industrial e Chácara dos Poderes.

Já os bairros com a menor densidade (menos que 9,99 hab/ha) são: Los Angeles; Maria Aparecida Pedrossian; Veraneio; Caiobá; Mata do Segredo; Mata do Segredo; Taveirópolis; Núcleo Industrial e o bairro Chácara dos Poderes.

A tabela 8 apresenta uma análise dos bairros de maior e menor número de densidade líquida por região:

Tabela 8 - Análise comparativa da densidade líquida.

Indicadores de Densidade Urbana			
Região Urbana	Densidade	Bairro	Densidade Líquida (hab/ha)
CENTRO	Maior	Centro	152,47

	Menor	Bela Vista	45,31
SEGREDO	Maior	Coronel Antonino	130,01
	Menor	Mata do Segredo	37,64
PROSA	Maior	Estrela Dalva	175,15
	Menor	Chácara dos Poderes	7,37
BANDEIRA	Maior	São Lourenço	107,64
	Menor	M ^a Aparecida Pedrossian	92,11
ANHANDUIZINHO	Maior	Lageado	249,55
	Menor	Los Angeles	55,57
LAGOA	Maior	Coophavila II	130,54
	Menor	Caiobá	89,40
IMBIRUSSU	Maior	Popular	146,00
	Menor	Núcleo Industrial	10,92

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo- UFMS, 2016.



Figura 12 – Localização Região Centro.

Fonte: PLANURB (2016).

A região Centro (figura 12) possui uma área de 2.010,76 ha, correspondente a 5,6% da área total da cidade e abrigava, em 2010, uma população de 71.037 pessoas (densidade de 35,32 hab./ha). Na região encontramos 13 bairros: Centro, São Francisco, Cruzeiro, Jardim dos Estados, Bela Vista, Itanhangá Park, São Bento, Monte Líbano, Glória, Carvalho, Amambaí, Cabreúva e Planalto. Desses bairros, os mais populosos são: Cruzeiro,

Centro e São Francisco. A densidade da região corresponde a 38,31 hab./ha, com uma população de 77.068 habitantes, como apresentado na tabela 9:

Tabela 9 - Indicadores de densidade – Região Centro.

Densidade Urbana							
Bairro	Área (ha)	Pop. Total (2007)	Densid. Urb. (2007)	Pop. Total (2010)	Densid. Urb. (2010)	Pop. Total (est. 2015)	Densid. Urb. Bruta (2015)
Glória	111,83	3.484	31,15	3.526	31,53	3.825	34,21
Centro	291,45	12.174	41,77	11.509	39,49	12.486	42,84
São Francisco	274,21	10.426	38,02	10.364	37,80	11.244	41,00
Carvalho	70,44	3.111	44,16	2.827	40,13	3.067	43,54
Amambaí	254,28	9.113	35,84	8.190	32,21	8.885	34,94
Planalto	175,56	7.853	44,73	7.671	43,69	8.322	47,40
Cabreúva	75,82	3.107	40,97	2.804	36,98	3.042	40,12
São Bento	72,92	2.210	30,31	2.088	28,63	2.265	31,07
Monte Líbano	44,40	2.364	53,23	2.188	49,27	2.374	53,46
Itanhangá	65,53	2.270	34,64	2.070	31,59	2.246	34,27
Cruzeiro	282,26	12.472	44,19	12.415	43,98	13.469	47,72
Jardim dos Estados	168,9	4.036	23,90	3.655	21,64	3.965	23,48
Bela Vista	123,85	1.753	14,15	1.730	13,97	1.877	15,15
Região Centro	2011,45	74.373	36,69	71.037	34,68	77.068	38,31

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

Os bairros com maior densidade são: Centro, São Francisco, Planalto e Cruzeiro. A região Centro é a área que possui a maior concentração de prédios verticais na cidade, 619 edifícios (67,94% dos prédios verticais da cidade).



Figura 13 – Localização Região Bandeira.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - UFMS, 2016.

A região Bandeira (figura 13) é a maior região urbana da cidade, com 6.510ha e abriga os bairros: Moreninha, o mais populoso, seguido do Tiradentes e o Universitário. Ainda possui os bairros: Progresso, TV Morena, Vilas Boas, Maria Aparecida Pedrossian, Rita Vieira, Carlota e Dr. Albuquerque.

O processo de ocupação iniciou nos anos 60, com a implantação dos loteamentos Jardim Paulista, Tiradentes e Jardim Alegre. A ocupação se intensifica nos anos 70, com a instalação do Conjunto Habitacional Coophrádio e nos anos 80, com a construção do conjunto habitacional Moreninhas I, II e III, a região atinge seus limites ao sul, tendo que aumentar o perímetro urbano da cidade. As Moreninhas, com mais de 22 mil moradores é maior que alguns municípios do estado. Atualmente, a antiga Fazenda Rancharia se transformou em enormes loteamentos fechados DAHMA e outros empreendimentos na região. A região possui 113.118 habitantes equivalentes a 16% do total da cidade e possui densidade de 18 hab./ha, sendo o bairro mais adensado o Carlota, conforme apresentado na tabela 10:

Tabela 10 - Indicadores de densidade – Região Bandeira.

Densidade Urbana							
Bairro	Área (ha)	Pop. Total (2007)	Densid. Urb. (2007)	Pop. Total (2010)	Densid. Urb. (2010)	Pop. Total (est. 2015)	Densid. Urb. Bruta (2015)
M^a Aparecida Pedrossian	1.103,83	6.868	6,22	9.326	8,45	10.118	9,17
Jardim Paulista	129,43	3.328	25,71	3.344	25,83	3.628	28,03
Dr. Albuquerque	113,36	3.162	27,89	3.283	28,96	3.562	31,42
Tiradentes	778,46	20.601	26,46	21.896	28,13	23.755	30,52
São Lourenço	72,95	2.551	34,97	2.636	36,13	2.860	39,20
Moreninha	1.758,09	22.339	12,71	22.711	12,92	24.639	14,01
Vilas Boas	289,44	6.050	20,27	6.688	22,41	7.256	25,07
Universitário	911,48	19.962	21,90	21.704	23,81	23.547	25,83
TV Morena	86,62	1.951	22,52	2.132	24,61	2.313	27
Carlota	139,48	5.521	39,58	5.705	40,9	6.189	44
Rita Vieira	844,09	11.761	13,93	13.693	16,22	14.856	18
Região Bandeira	6.227,23	104.094	22,92	113.118	24,39	122.722	19,71

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - UFMS, 2016.

Os bairros mais densos são: Carlota, São Lourenço, Tiradentes e Jardim Paulista. A região possui cerca de 50% de lotes vazios, sendo o local que possui maior estoque de áreas para urbanização.



Figura 14 – Localização Anhanduizinho.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

A Região Anhanduizinho (figura 14) iniciou a urbanização no final dos anos 50, com o loteamento Taquarussu e logo depois surgiram outros loteamentos. Na região estão 14 bairros: Alves Pereira, Centro-Oeste, Centenário, Aero Rancho, Los Angeles, Parati, Lageado, Piratininga, Pioneiros, Jockey Club, Taquarussu, Jacy, Guanandi e América. Localizada na porção sul da cidade, a região possui uma rede de córregos - Anhanduizinho, Bandeira, Bálsamo e Lageado, mas inexistem áreas de reserva ou de preservação.

A região Anhanduizinho é a mais populosa da cidade com 185.558 hab. (quase 24% da população do município) embora possua apenas 29,97hab/ha, como apresenta a tabela 11:

Tabela 11 - Indicadores de densidade – Região Anhanduizinho.

Densidade Urbana							
Bairro	Área (ha)	Pop. Total (2007)	Densid. Urb. (2007)	Pop. Total (2010)	Densid. Urb. (2010)	Pop. Total (est. 2015)	Densid. Urb. Bruta (2015)
Alves Pereira	347,73	15.745	45,28	16.475	47,38	17.873,73	51,40

Centro - Oeste	1.381,67	21.274	15,40	24.816	17,96	26.923	19,49
Centenário	671,39	13.351	19,89	16.745	24,95	18.167	27,06
Aero Rancho	659,78	33.804	51,23	36.057	54,65	39.118	59,29
Los Angeles	883,87	7.877	8,91	8.404	9,51	9.117	10,32
Parati	245,71	4.656	18,95	5.314	21,63	5.765	23,46
Lageado	421,04	13.144	31,22	14.919	35,43	16.186	38,44
Piratininga	282,66	13.962	49,39	13.993	49,50	15.181	53,71
Pioneiros	645,06	14.268	22,12	16.417	25,42	17.811	27,61
Jockey Club	153,46	7.289	47,50	7.587	49,44	8.231	53,63
Taquarussu	105,56	6.471	61,30	6.589	62,41	7.148	67,71
Jacy	99,69	5.081	50,96	5.026	50,41	5.453	54,69
Guanandi	183,39	11.581	63,15	11.678	63,68	12.669	69,08
América	110,96	1.463	13,18	1.533	13,82	1.663	14,98
Região Anhanduizinho	6191,97	169.966	34,96	185.553	37,58	201.306	33

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

A densidade urbana do Anhanduizinho corresponde a 33 hab./ha e os bairros de maiores densidades são: Guanandi; Taquarussu e Aero Rancho.



Figura 15 - Localização Lagoa.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - UFMS, 2016.

Os processos de urbanização na região Lagoa (figura 15) começou (nos anos 60) com Taveirópolis e Santos Dumont; e pela instalação da Base Aérea. A região se desenvolveu as margens da saída para Sidrolândia até os limites das margens do Córrego Lagoa e concentra grandes loteamentos implantados nas décadas de 60 e 70 (Santa Emília, São Conrado, Tijuca e Portal Caiobá, que juntos somam mais de 10.000 lotes) e que, ainda não atingiram 50% de ocupação, é muito vazia.

A região possui 11 bairros: Leblon, Batistão, São Conrado, Caiçara, Cophavila II, Tarumã, Taveirópolis, Caiobá, União, Bandeirantes e Tijuca. A densidade urbana da região corresponde a 24,55hab./ha, e os bairros com maior densidade urbana são: Cophavila II; Leblon e Caiçara, conforme apresentado na tabela 12:

Tabela 12 - Indicadores de densidade – Região Lagoa.

Densidade Urbana							
Bairro	Área (ha)	Pop. Total (2007)	Densid. Urb. (2007)	Pop. Total (2010)	Densid. Urb. (2010)	Pop. Total (est. 2015)	Densid. Urb. Bruta (2015)
Leblon	296,09	16.195	54,70	15.964	53,92	17.319	58,49
Batistão	209,24	7.723	36,91	8.893	42,50	9.648	46,11
São Conrado	831,58	15.637	18,80	18.541	22,30	20.115	24,19
Caiçara	144,78	6.082	42,01	6.169	42,61	6.693	46,23
Coophavila II	187,29	11.382	60,77	11.339	60,54	12.302	65,68
Tarumã	265,67	6.454	24,29	6.768	25,47	7.343	27,64
Taveirópolis	1.203,95	5.648	4,69	6.002	4,99	6.512	5,41
Caiobá	1.114,55	6.497	5,83	7.874	7,06	8.543	7,66
União	300,49	11.034	36,72	12.841	42,73	13.931	46,36
Bandeirantes	163,02	5.841	35,83	5.920	36,31	6.423	39,40
Tijuca	340,41	12.610	37,04	14.136	41,53	15.336	45,05
Região Lagoa	5057,07	105.103	29,14	114.447	34,54	124.164	24,55

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.



Figura 16 – Localização Imbirussu.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - UFMS, 2016.

A região Imbirussu (figura 16) interliga Campo Grande aos municípios do oeste do estado, através da via Duque de Caxias. Este acesso, originalmente boiadeiro, foi se urbanizando a partir da instalação da ferrovia em 1914, da instalação dos quartéis militares na década de 20 e com instalação do núcleo industrial da cidade. Na região está o primeiro conjunto habitacional da cidade, o Lar do Trabalhador, construído nos anos 60.

A região possui grandes contrastes tipológicos habitacionais, como o loteamento Nova Campo Grande, projetado nos anos 60 para atender as a classe média; os assentamentos de interesse social do município, com o bairro Zé Pereira e os conjuntos habitacionais - Coopatrabalho, Panamá e Manoel Secco Thomé. Em relação à densidade urbana, esta corresponde a 18,66 hab./ha, e possuiu uma população de 107.136 habitantes, como apresentado na tabela 13:

Tabela 13 - Indicadores de densidade – Região Imbirussu.

Densidade Urbana							
Bairro	Área (ha)	Pop. Total (2007)	Densid. Urb. (2007)	Pop. Total (2010)	Densid. Urb. (2010)	Pop. Total (est.)	Densid. Urb. Bruta (2015)

2015)							
Popular	507,03	17.069	33,66	18.816	37,11	20.413	40,26
Santo Antônio	330,35	13.860	41,95	13.529	40,95	14.678	44,43
Sobrinho	625,54	11.388	18,20	11.245	17,97	12.200	19,50
Panambu	373,36	17.856	47,82	17.906	47,96	19.426	52,03
Santo Amaro	476,07	23.129	48,58	23.501	49,36	25.496	53,56
Nova Campo Grande	1.008,67	9.269	9,19	10.161	10,07	11.024	10,93
Indubrasil	2.421,84	3.291	1,36	3.594	1,48	3.899	1,61
Região Imbirussu	5742,86	95.862	28,68	98.752	29,27	107.136	18,66

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - UFMS, 2016.

A região tem grandes bairros: Núcleo Industrial; Nova Campo Grande; Popular; Panamá; Santo Antônio; Sobrinho e o Santo Amaro. Os bairros com maior densidade urbana são: Santa Amaro, Panambu e Santo Antônio. A região também possui 2.585,02ha de áreas privadas vazias (45,02% da região).



Figura 17 - Localização Segredo.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - UFMS, 2016.

Situada ao norte na cidade (figura 17), a região Segredo possui uma estrutura, característico de uso rural, misturados a loteamentos urbanos e de

conjuntos habitacionais. A região possui grandes conjuntos habitacionais construídos nos anos 80 (José Abrão, com 866 unidades e o Estrela do Sul, com 1500 unidades) abriga a primeira favela regularizada na cidade, o Beco da Liberdade, hoje integrada à malha urbana dos bairros circunvizinhos.

A região possui sete bairros: Coronel Antonino, José Abrão, Mata do Segredo, Monte Castelo, Nasser, Nova Lima e Seminário. Os bairros mais populosos: Nova Lima, Nasser e Coronel Antonino. A densidade urbana do Segredo corresponde a 26,28 hab./ha, com uma população de 118.213 habitantes. A tabela 14 apresenta os dados da densidade urbana da região:

Tabela 14 – Indicadores de densidade – Região Segredo.

Densidade Urbana							
Bairro	Área (ha)	Pop. Total (2007)	Densid. Urb. (2007)	Pop. Total (2010)	Densid. Urb. (2010)	Pop. Total (est. 2015)	Densid. Urb. Bruta (2015)
Seminário	332,19	4.134	12,44	4.761	14,33	5.165	15,55
Monte Castelo	304,18	9.193	30,22	10.239	33,66	11.108	36,52
Nasser	948,61	21.850	23,03	25.695	27,09	27.877	29,39
José Abrão	213,75	4.660	21,80	4.688	21,93	5.086	23,79
Nova Lima	1.122,10	29.580	26,36	35.519	31,65	38.535	34,34
Mata do Segredo	1.107,37	6.878	6,21	7.661	6,92	8.311	7,51
Coronel Antonino	469,3	17.670	37,65	20.399	43,47	22.131	47,16
Região Segredo	4497,5	93.965	22,53	108.962	25,57	118.213	26,28

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - UFMS, 2016.

A região Segredo possui 1.923,56 hectares de áreas privadas vazias, que correspondem a 42,71% da área da região, é a região com maior estoque de área da cidade.



Figura 18 – Localização Prosa.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo-UFMS, 2016.

Até o início dos anos 80, a região Prosa (figura 18) estava ocupada por poucos loteamentos situados próximos da Rua Ceará, mas a partir da divisão do Estado de Mato Grosso e a instalação do Estado de Mato Grosso do Sul, em 1979, a região foi sendo ocupada por empreendimentos destinados à população de mais alta renda. Com a construção do Parque dos Poderes e a instalação de um Shopping Center, a região passou por transformações, que intensificaram a ocupação para o leste da cidade.

Na região encontramos os bairros: Autonomista, Carandá, Chácara Cachoeira, Chácara dos Poderes, Estrela Dalva, Margarida, Mata do Jacinto, Noroeste, Novos Estados, Santa Fé e Veraneio. E grandes atrativos urbanos como o Parque dos Poderes e as Nações Indígenas. Recentemente o empreendimento Alphaville se instalou mais a norte da região e urbanizou uma grande área. De acordo com a tabela 15, a densidade da região corresponde a 16,05 hab./ha, com uma população de 89.318 habitantes. Sendo os bairros com maior densidade: Estrela Dalva, Margarida e Autonomista.

Tabela 15 – Indicadores de densidade – Região Prosa.

Densidade Urbana							
Bairro	Área (ha)	Pop. Total (2007)	Densid. Urb. (2007)	Pop. Total (2010)	Densid. Urb. (2010)	Pop. Total (est. 2015)	Densid. Urb. Bruta (2015)
Autonomista	213,95	7.517	35,13	7.580	35,43	8.224	38,44
Margarida	97,89	4.627	47,26	4.849	49,53	5.261	53,74
Carandá	414,72	6.838	16,49	8.485	20,46	9.205	22,20
Chácara Cachoeira	341,40	5.521	16,17	6.458	18,92	7.006	20,52
Novos Estados	749,69	10.962	14,62	11.449	15,27	12.421	16,57
Estrela Dalva	125,43	6.238	49,73	6.961	55,49	7.552	60,21
Veraneio	919,38	6.652	7,24	7.385	8,03	8.012	8,71
Noroeste	773,48	6.638	8,58	13.167	17,02	14.285	18,47
Santa Fé	149,65	3.986	26,64	5.127	34,26	5.562	37,17
Mata do Jacinto	320,1	9.841	30,74	9.921	30,99	10.763	33,62
Chácara dos Poderes	1.459,69	721	0,49	946	0,65	1.026	0,70
Região Prosa	5.565,38	69.541	23,00	82.328	26,00	89.318	16,05

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - UFMS, 2016.

A região Prosa possui 2.034,54 ha de áreas vazias, que correspondem a 36,59% da região, apesar de ser a região que mais recebeu investimentos de infraestrutura, ainda tem 1.581,40 hectares de áreas sem ocupação.

4. ANÁLISE DA VERTICALIZAÇÃO EM CAMPO GRANDE

A questão da verticalização entrou fortemente na agenda política da administração das cidades brasileiras com a Constituição de 1988 e, mais importante, com o Estatuto da Cidade, em 2001. No entanto, muita coisa mudou nas cidades brasileiras entre as primeiras propostas, na década de 70, e as

possibilidades concretas de intervenção que se desenham hoje. Nesse sentido, cabem algumas reflexões, mais como propostas para uma agenda de pesquisa e que possa orientar os atores sociais nas suas ações especialmente na discussão da verticalização.

Em Campo Grande, o processo de verticalização iniciou nos anos 40 com os edifícios Olinda e Nacao, na rua 14 de Julho com o auge na década de 1960. Em 1977, o arquiteto urbanista Jaime Lerner estudava a cidade de Campo Grande/MS e seu modelo de ocupação, indicou várias áreas na cidade que teriam potencial para verticalizar, surgindo os indicadores de 12 pavimentos para a construção e novas áreas para edificar. Atualmente, segundo a PLANURB, Campo Grande possui cerca de 550 edifícios com mais de 4 pavimentos. Segundo o Observatório de Arquitetura e Urbanismo da UFMS esse número sobe para 910 levando em conta os com mais de 3 pavimentos.

4.1 Evolução da verticalidade em Campo Grande

Os primeiros edifícios construídos em Campo Grande com mais de 2 pavimentos surgiram na década de 1930, embora desde 1921 a legislação municipal autorizasse uma pequena verticalização. O primeiro deles foi o edifício José Abrão (figura 19), conhecido como Hotel Americano, localizado na esquina da Rua 14 de Julho com a Rua Marechal Cândido Mariano Rondon, com 3 pavimentos (andar térreo para salas comerciais e os 2 pavimentos acima, destinados a salas para escritórios). Esse prédio marca o início da verticalização na cidade, para fins comerciais e não residencial. Projetado pelo arquiteto alemão Frederico João Urllass, foi inaugurado em 1936 e marca, também, o início do movimento da arquitetura Art Déco na cidade.



Figura 19 - Hotel Americano.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo-UFMS, 2016.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o Brasil teve inúmeros problemas para importar ferro e cimento a serem usados na construção civil, mas logo depois do término da guerra, em 1947, o Edifício Olinda começou a ser erguido por Nemtalla Sadalla e, no ano seguinte, o Edifício Nacao, dois edifícios emblemáticos, com mais de 20m de altura, de uso comercial e serviços, pioneiros em utilizar o elevador, localizados no centro da cidade, na rua 14 de Julho. O edifício Olinda (figura 20) foi projetado pelos engenheiros Otávio Vasconcelos e Amélio, para salas de escritórios nos seus quatro andares-tipo e o andar térreo, para uma loja comercial de esquina no ponto mais disputado de Campo Grande.



Figura 20 – Edifício Olinda, primeiro prédio com elevador na cidade.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

Já o Edifício Nacao (figura 21), foi inaugurado em 1948 e seguia o mesmo programa do edifício Olinda - loja no andar térreo, cinco andares-tipo com salas para escritórios e elevador. Foi projetado pelo engenheiro Joaquim Teodoro de Faria, que ficou encarregado, também, da responsabilidade técnica pela construção.



Figura 21 - Edifício Nacao.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

Nessa época, a rua 14 de Julho e arredores era o local preferido dos empresários para a verticalização da cidade, tendo diversos edifícios inaugurados: Korndorfer, o São Miguel (figura 22), o São Félix, o Puxian, o Seba, o Sperb, e o São Thomé, principalmente, todos de uso residencial, com apartamentos de um e de dois quartos, mas com base térrea destinada a fins comerciais. Inspirados no estilo Art Déco, apesar de tardio, esses edifícios possuíam algumas características arquitetônicas muito usadas pelos arquitetos da época: varandas arredondadas, posicionadas no meio ou na extremidade da fachada e as letras grafadas no alto da platibanda evidenciavam o estilo, especialmente no caso do São Miguel, o maior de todos os empreendimentos da época.



Figura 22 - Edifício São Miguel.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

Nos anos 1950 esses edifícios continuavam sendo erguidos na cidade, embora em menor quantidade, tendo em vista crises financeiras regionais por conta do preço do gado para abate, conforme a figura 23:

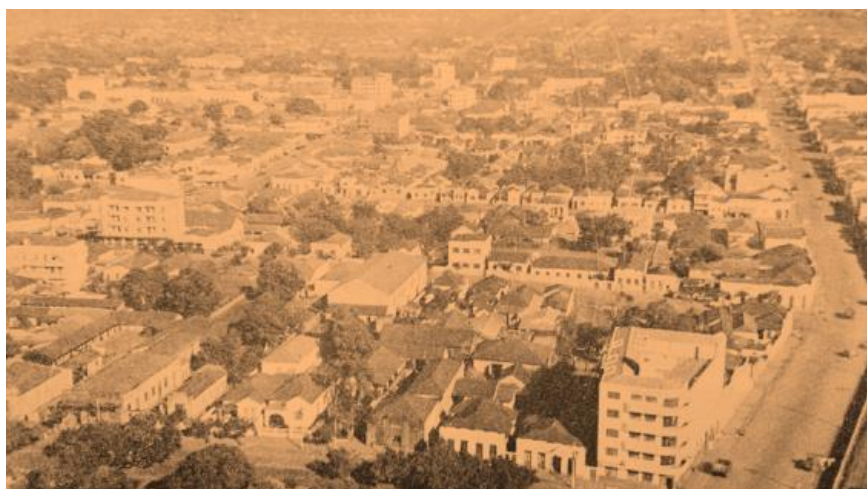


Figura 23 - Vista aérea da cidade nos anos 1950. Em primeiro plano, o Hotel Gaspar com cinco andares.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

A década de 60 consagrou a verticalização da cidade. Com 63,9 mil habitantes, segundo o IBGE, Campo Grande tinha mais habitantes que a cidade de Cuiabá, a capital do Estado de Mato Grosso e a sua arrecadação tributária era quase duas vezes maior. Esse crescimento populacional e econômico definiu as perspectivas da construção civil

na cidade. Novos programas e necessidades sociais, o uso de tecnologia construtiva e normas urbanísticas mais rígidas não davam mais espaço para o trabalho dos construtores dos anos 1920 e 1930.

A Incorporadora Predial Matogrossense, de Anees Saad e Luís Vasco Alviço Alves; Construmat Engenharia Ltda, de Pedro Peluffo e Giannino Camillo; a Construtora Incco, do arquiteto Arnaldino da Silva; os escritórios de Heitor Laburu, Irmãos José e Vicente Oliva, Eduardo Metello, Cícero de Castro Faria, Mineo Ishikawa; Walmor Rocha Soares, Abdo e Miguel Salomão, Euclides de Oliveira, Mário D'Ávila dentre outros, são os responsáveis por uma grande quantidade de obras na cidade e no Estado especialmente os principais edifícios em condomínio dessa década, até os anos 1980.

Surgem dois edifícios em condomínio: o Edifício Rio Branco (figura 24), na Rua Barão do Rio Branco, em 1960, projeto e construção de Anees Salim Saad, com 7 pavimentos e, logo depois, os arquitetos Marcelo Accioly Fragelli e Maurício Sued projetaram o Edifício Joselito (figura 25), na mesma rua, em 1961.



Figura 24 e 25 – Edifícios Rio Branco e Joselito.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

Em 1964, aparece o primeiro arranha-céu em Campo Grande, o Edifício Irmãos Salomão, mais conhecido como Galeria São José (figura 26), situado na Rua 14 de Julho, um empreendimento misto (lojas comerciais e apartamentos), com 14 pavimentos. No mesmo período, Rubens Gil de Camillo e Mário Zocchio projetaram os edifícios:

Palácio do Comércio, o Conjunto Itamaraty, o José Antônio Pereira, o Inah, na Av. Afonso Pena e o Conjunto Nacional, na Rua Dom Aquino. A cidade ainda recebe os edifícios em condomínio verticais como o Ed. Rachid Neder, na Rua Barão de Rio Branco nesse mesmo período.



Figura 26 – Edifício Galeria São José, o mais alto prédio de Campo Grande em 1964.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

No final da década de 1960, o município de Campo Grande contrata um Plano Diretor, elaborado pela empresa Hidroservice Engenharia e Consultoria. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI traçou um extenso diagnóstico da cidade, em todas as áreas da administração e estabeleceu diretrizes para várias obras, que foram realizadas ao longo dos anos, como, por exemplo, a Via Norte Sul, margeando o Córrego Segredo e Anhanduizinho; o mini-anel rodoviário; o Núcleo Industrial, dentre outras obras. Do ponto de vista da política urbana, o PDDI, apesar de ter sido elaborado sem a participação popular, pode ser considerado progressista, pois propunha uma lei de uso do solo urbano, baseada nos princípios da normatização por zonas. A Lei municipal, nº 1.429, de 24 de janeiro de 1973, alteradas, consecutivamente, pela Lei nº 1.514, de 6 de junho de 1974; Lei nº 1.589, de 29 de dezembro de 1975 e Lei nº 1.276, em 21 de dezembro de 1976. Essas leis alteraram o desenho da configuração urbana, fazendo surgir novos empreendimentos em novas áreas da cidade, como a verticalização na

Avenida Afonso Pena na direção leste e na parte norte da cidade pelos arredores do bairro São Francisco e Vila Célia.

Na década de 70, Campo Grande continuava apresentando altas taxas de crescimento demográfico, ultrapassando o número de 130mil habitantes. Nessa época surge o edifício Antares (figura 27), projetado por João Carlos Bross e Ricardo Júlio Leitner e os edifícios Concord (figura 28), Vanguard e Apolo, projetados pelo arquiteto Celso Costa, todos com 12 ou mais pavimentos localizados na Avenida Afonso Pena e arredores. Notícias do Jornal Correio do Estado em 1974, apontava mais de 15 edifícios de 12 pavimentos na cidade.



Figura 27 e 28 – Edifícios Antares e Concord.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

Em 1977, o arquiteto Jaime Lerner elaborou um Plano de Diretrizes de Estruturação Urbana de Campo Grande que contemplava a prioridade no uso do solo combinado com um sistema viário e de transporte urbano através de corredores, que resultou na Lei nº 1.747 de 29 de maio de 1978. A proposta criou um novo zoneamento urbano baseado nos princípios do adensamento das principais avenidas que na realidade eram eixos da cidade, como as saídas para São Paulo, Cuiabá, Sidrolândia, etc. incorporou medidas de proteção ambiental proibindo a utilização de terras até os córregos, sendo necessário recuar uns 30 metros para começar a construção e assim

permitia uma organização das margens das áreas úmidas da cidade; incorporou normas de transporte coletivo e de um sistema viário que deveria ser implantado para que seu desenho ficasse e assim por diante. Seu grande legado foi o de criar a imagem de uma cidade planejada, com funções definidas e assim o planejamento urbano passou a ser mais respeitado, em tese.

O plano durou 10 anos e nesse período Campo Grande se transformou na capital do estado de Mato Grosso do Sul e houve então na cidade uma enorme explosão demográfica e espacial conforme a figura 29:

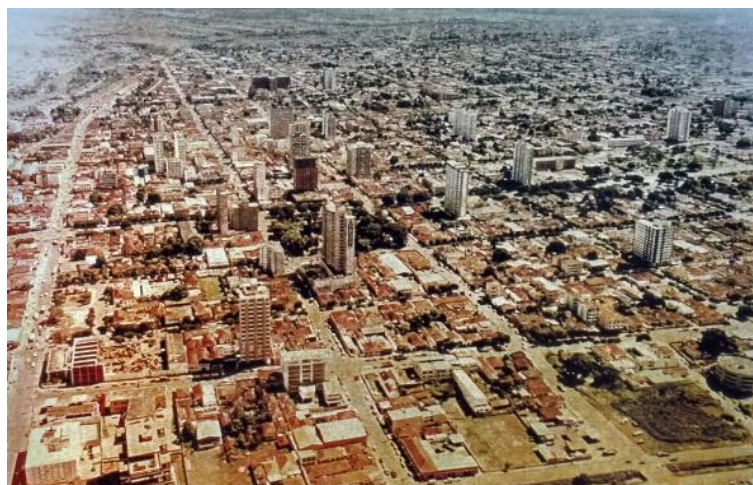


Figura 29 – vista aérea da cidade em 1979.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

A partir de 1979, Campo Grande passou a absorver novas possibilidades de urbanizações possíveis e, com isso, novos lugares e novos empreendimentos, redesenharam o futuro do espaço urbano. Grandes empreendimentos surgiram e transformou a cidade num canteiro de obras públicas e privadas, sendo a verticalização um processo inevitável, seja pelo desejo do comprador do mercado imobiliário seja pela própria necessidade de compactar mais a cidade.

Nos anos 90, a verticalidade se consolidou em novas áreas instituídas pela Lei n. 2.567/1988, em 1996, com o Plano Diretor e posteriormente a Lei de Uso do Solo, Campo Grande se reestruturou e a verticalidade, passa a fazer parte do dia a dia do tecido urbano dessas áreas mais centrais, como apresentada na figura 30.



Figura 30 – Vista aérea atual de Campo Grande.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo – UFMS, 2016.

4.2 A verticalidade atual em Campo Grande

Após os levantamentos realizados, com base nos dados cadastrais da PLANURB, a cidade de Campo Grande possui com mais de 03 pavimentos eram 911 unidades, sendo que, deste total, 643 (70,6%) são de edificações com 3 a 5 pavimentos; 69 (7,5%) têm entre 6 a 10 pavimentos; 148 (16,1%) possuem de 11 a 20 pavimentos e 50 (5,7%) prédios tem mais de 20 andares distribuídos nas 7 regiões urbanas da cidade, conforme apresentado na figura 31 e na Tabela16:

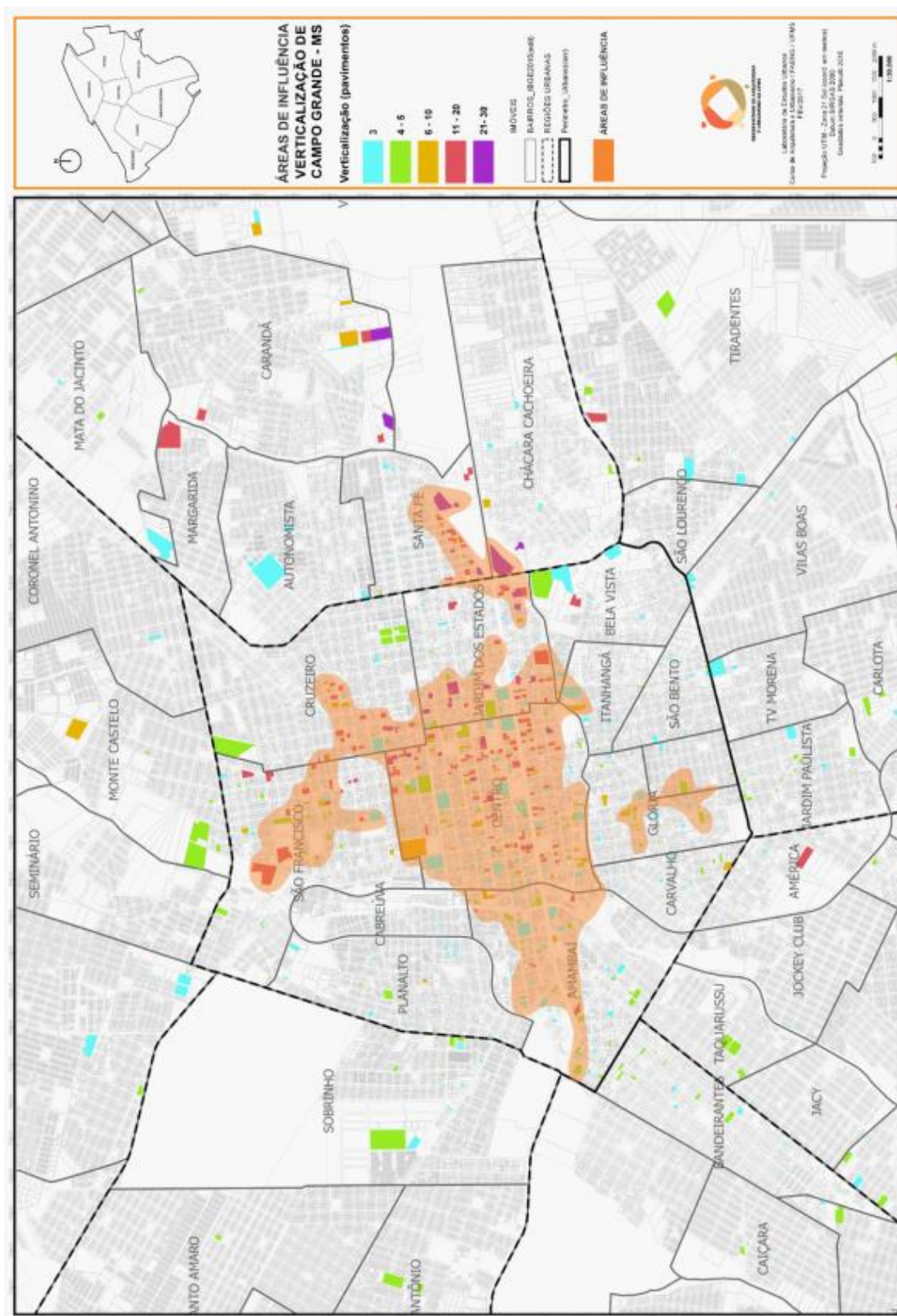


Figura 31 – Mapa da área de influência da Verticalização de Campo Grande 2015.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - Ufms, 2016.

Tabela 16 – Verticalização em Campo Grande em 2015.

Verticalização (estimativa)					
Indicadores	3 a 5 pavimentos	6 a 10 pavimentos	11 a 20 pavimentos	Acima de 20 pavimentos	Total
Segredo	19	01	-	-	20
Anhanduizinho	59	01	01	-	61
Bandeira	59	03	02	-	64
Centro	397	56	131	36	619
Imbirussu	33	-	-	-	33
Lagoa	32	-	-	-	32
Prosa	47	07	14	14	82
Campo Grande	646	68	148	50	911

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - Ufms, 2016.

A verticalização existente em Campo Grande, no ano de 2015, com base nesse levantamento, expressa a realidade da ocupação do solo urbano e do uso dos índices urbanísticos, especialmente o coeficiente de aproveitamento e o índice de elevação e o valor da terra.

Observamos que só existe verticalização com autorização da legislação urbanística e assim, a presença maciça de prédios de todas as categorias, na região urbana Centro é fruto do processo histórico da cidade e que, com o passar dos anos e a evolução da legislação, esse processo se amplia e, como se vê, a região onde isso aconteceu, é a do Prosa, exatamente em função das recentes alterações do zoneamento, que permitiu a criação de novas zonas, para além do perímetro do mini-anel rodoviário, faixa limite do Centro. A atual zona de uso Z1, criada há quase 30 anos se consolida como uma porção da cidade com alto índice de verticalidade, abrangendo um polígono que vai da Avenida Afonso Pena, Rua Ceará, Avenida Mato Grosso e os limites do córrego Prosa, um pouco abaixo da fronteira do Shopping. Essa área, tem 35 prédios (13,1% do total de sua categoria), todos altos, com mais de 6 andares (Figura 32).

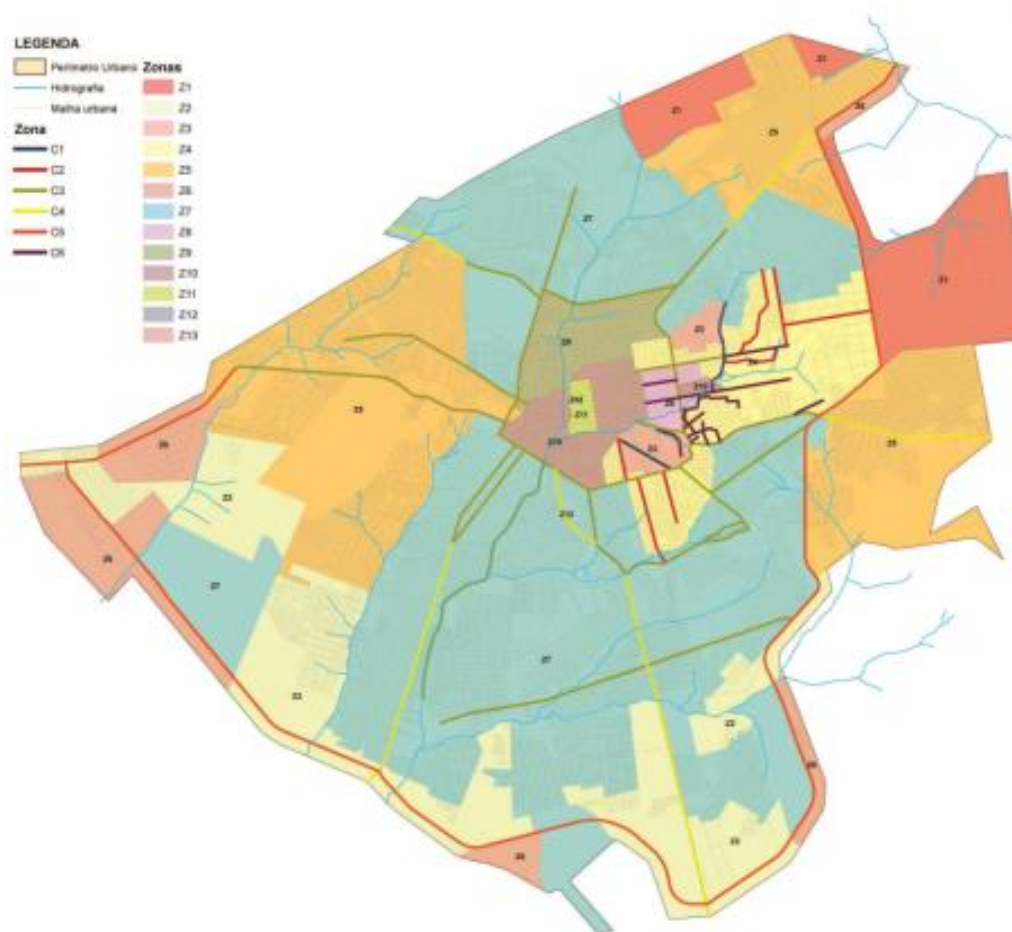


Figura 32 - Mapa do Zoneamento em vigor em 2015.

Fonte: Plano Diretor de Campo Grande, em Revisão – Urbtec, 2016.

Quando analisamos os números por região Urbana, vemos que, 68% do total, ou seja, 619 edifícios localizam-se no Centro, um número muito expressivo que demonstra a concentração dessa tipologia edilícia na cidade. E desse total de prédios, uma concentração na camada de 3 a 5 pavimentos, com 397 unidades ou 61,4% de toda a cidade e 64% de toda a região urbana. O Centro concentra, ainda, todas as demais tipologias em percentual elevado: 82,3% de todos os prédios de 6 a 11 andares; 88,5% dos que tem entre 11 e 20 pavimentos e 72% dos espigões com mais de 20 pavimentos, conforme apresentado na figura 33:

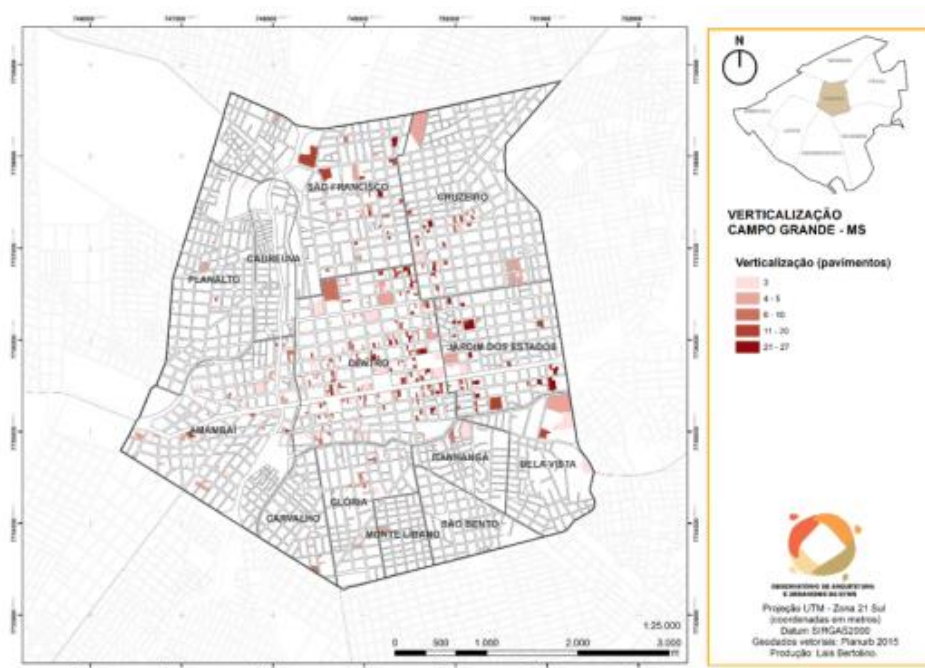


Figura 33 - Mapa da verticalização da Região Centro - Campo Grande/MS.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - Ufms, 2016.

Verificamos que a região do Prosa (figura 34) é a segunda em número de edificações verticais, com 82 unidades, ou seja, 9,00%, distribuídos no gabarito de 3 a 5 com 47 unidades (57,3% da região e 7,2% do total da cidade) e 17 prédios com mais de 20 andares, sendo essa região e o Centro, que possuem essas edificações.

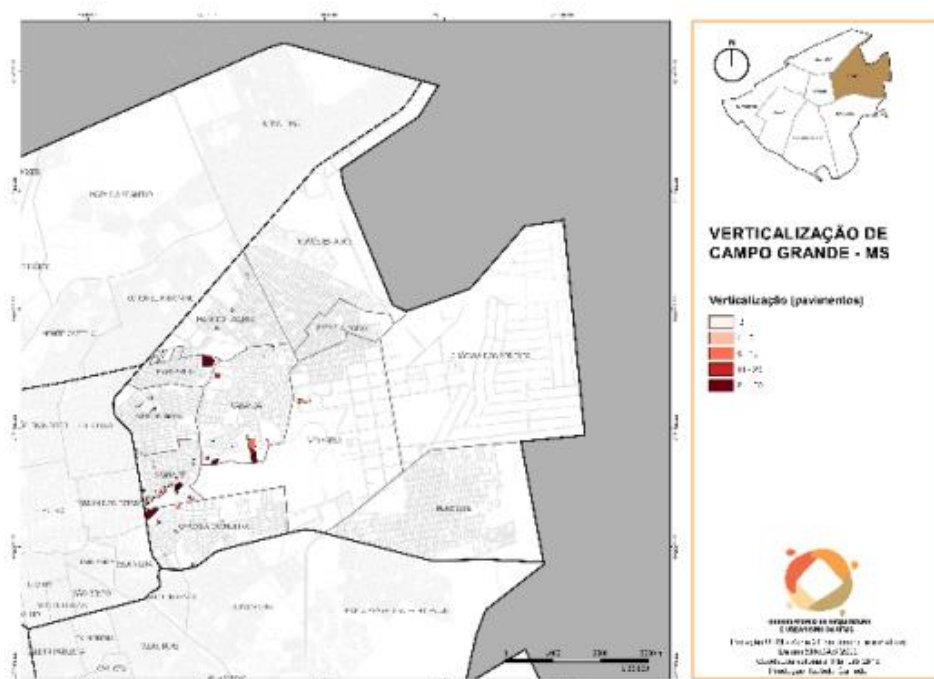


Figura 34 - Mapa de Verticalização da Região Prosa - Campo Grande/MS.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo - Ufms, 2016.

5. ANÁLISE DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – ZEE-CG

- **Análise do Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Campo Grande/MS – ZEE-CG;**

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) que atua na organização territorial, conforme o Decreto n. 4.297/2002, que regulamenta o Art.9, inciso II, da lei. Tem como objetivo estabelecer normas técnicas e legais para uso e ocupação adequados do território, compatibilizando, de forma sustentável as atividades econômicas, a conservação ambiental e a justa distribuição dos benefícios sociais. (ZEE-CG, 2015, p.25).

Com isso, a elaboração do ZEE- CG, tem como objetivo geral organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos,

programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas, e ainda a sustentabilidade ecológica, econômica e social, com vistas a compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais. (ZEE-CG, 2015, p.11).

O ZEE-CG, foi um trabalho executado pela Prefeitura Municipal e desenvolvido, por uma equipe técnica multidisciplinar, como exigível em lei, que através de reuniões periódicas envolveu as Secretarias e Órgãos Municipais, dentre eles: a Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano – PLANURB, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMADUR, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Turismo e Agronegócio – SEDESC, a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação – SEINTRHA e a Central de Projetos da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais – CP/SEGOV, onde foram discutidas e alinhadas as diretrizes e metodologia adotada para alcançar o produto final.

É desejável dentro do processo de sua elaboração buscar a sustentabilidade ecológica, econômica e social, com vistas a compatibilizar o crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais, em favor das presentes e futuras gerações, em decorrência do reconhecimento de valor intrínseco à biodiversidade e a seus componentes; deve-se contar com ampla participação democrática, compartilhando suas ações e responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil; além de contar com o conhecimento científico multidisciplinar, como ficou evidente no processo de elaboração da ZEE/CG.

Tendo em vista que o ZEE deva ter um diagnóstico multidisciplinar, dentro da metodologia adotada buscou-se, num primeiro momento, a identificação das vulnerabilidades e potencialidades específicas ou preferenciais de cada uma das áreas, ou dos subespaços do Município de Campo Grande, em consonância com estudos já apontados pelo ZEE/MS.

Este diagnóstico transforma-se em instrumento para orientação de parâmetros, ou seja, faz-se o levantamento e define-se a Carta de Potencialidade Econômica (Figura 35), que é o instrumento responsável por identificar o nível e o grau de potencialidade socioeconômica de uma dada região ou território, que em conjunto com a Carta de Vulnerabilidade Ambiental (Figura 36), fundamentam a elaboração da Carta de Gestão do Território.

Os mapas a seguir demonstram a síntese das Cartas de Vulnerabilidade e Potencialidade para o município de Campo Grande, que de acordo com as cores semafóricas representam verde, como o mais favorável, amarelo, a observar e vermelho, desfavorável, precisando ser melhor observado sobre vários aspectos.

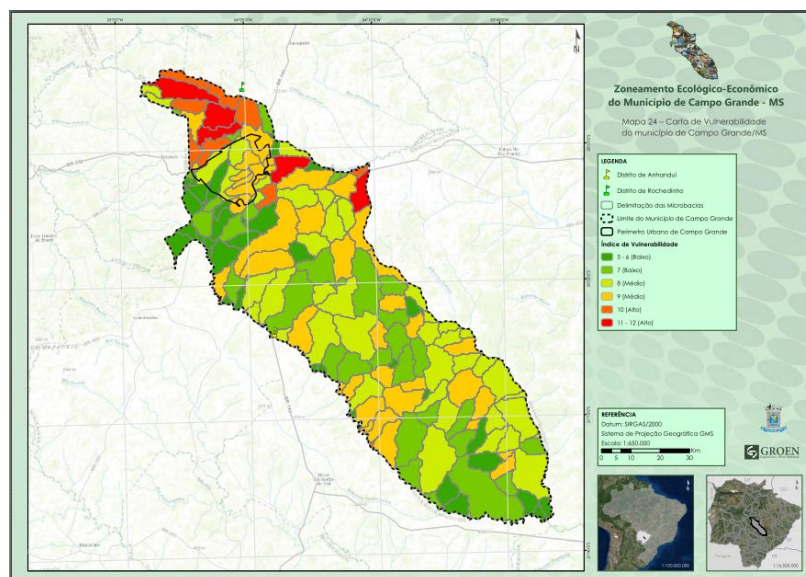


Figura 35 - Carta de Vulnerabilidade do Município de Campo Grande/MS. -(Mapa 24).

Fonte: ZEE/CG, 2015.

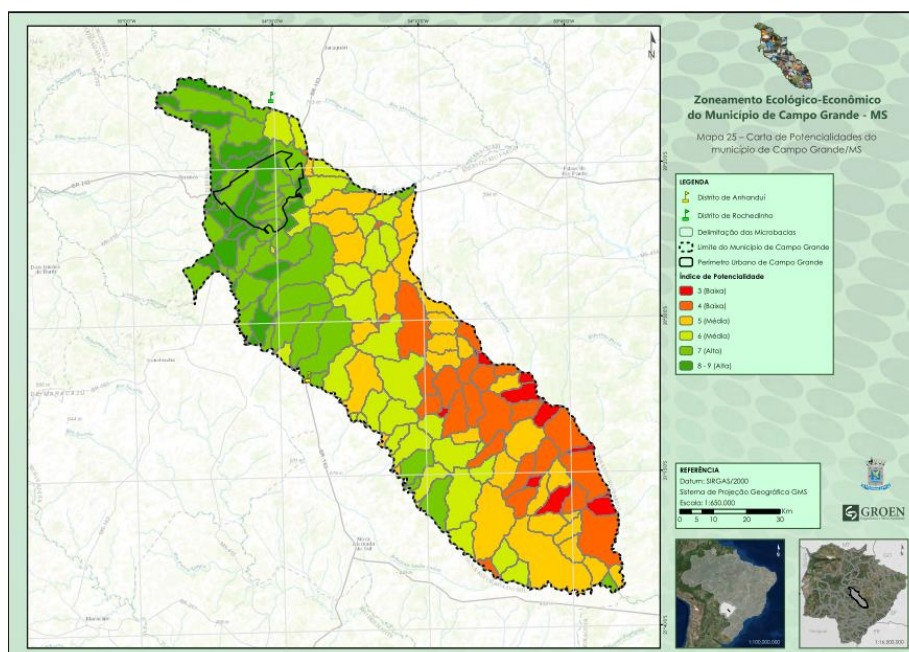


Figura 36 - Carta de Potencialidade do Município de Campo Grande/MS. (Mapa 25).

Fonte: ZEE/CG, 2015.

A base para construção e análise do território foram as Bacias Hidrográficas e as Microbacias existentes em todo o Município de Campo Grande.

Para fins de ordenamento territorial a área do Município de Campo Grande ficou dividi para caracterização desse trabalho em 05 (cinco) zonas, de acordo com as Bacias, Figura 37, em:

- I – Zona Ecológica-Econômica do Ceroula - ZEE CE;
- II – Zona Ecológica-Econômica do Guariroba/ Lageado - ZEE GUA/LAGE;
- III – Zona Ecológica-Econômica do Anhanduí - ZEE ANHA;
- IV – Zona Ecológica-Econômica do Ribeirão Lontra - ZEE RLON;
- V – Zona Ecológica-Econômica Urbana - ZEE URB.

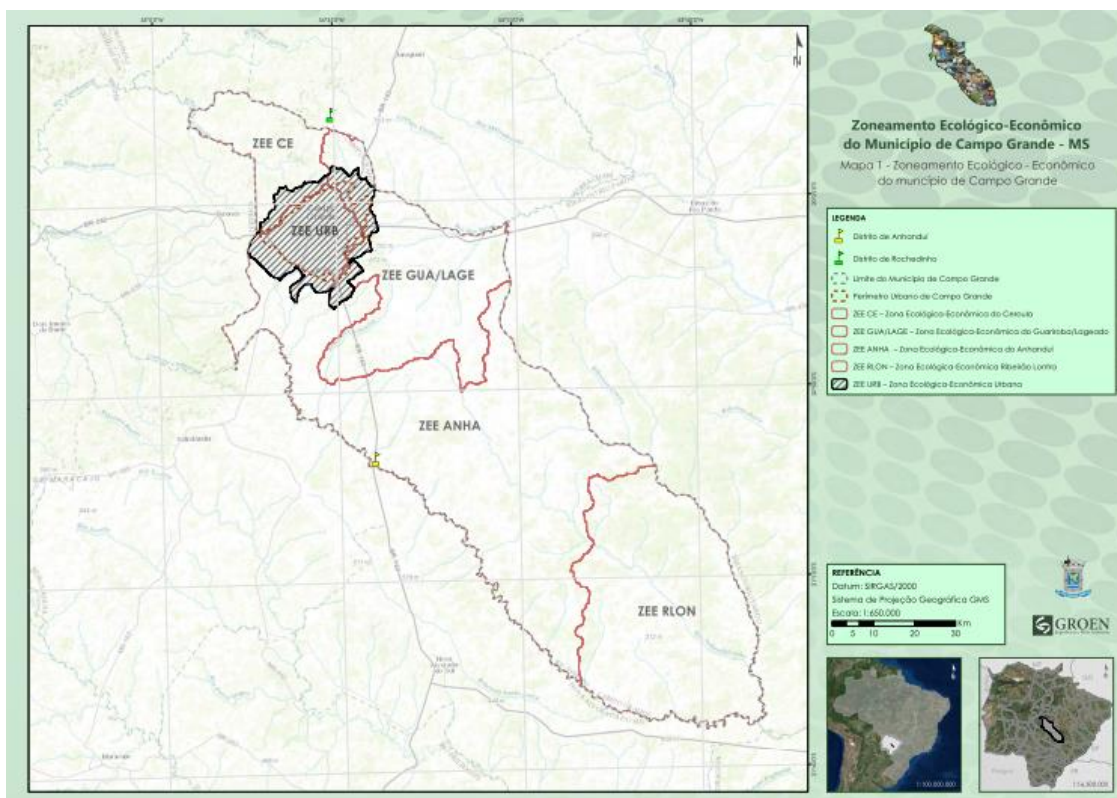


Figura 37 - ZEE - Campo Grande, (Mapa1.).

Fonte: ZEE-CG, 2006, p.12.

No município e Campo Grande existem 169 microbacias que foram utilizadas como Unidades Territoriais Básicas (UTB), sendo as mesmas numeradas seguindo sua localização geográfica de norte a sul e buscando agrupá-las de forma sequencial para cada uma das zonas estabelecidas para o município; destas, 11 estão localizadas no perímetro urbano. Figura 38.

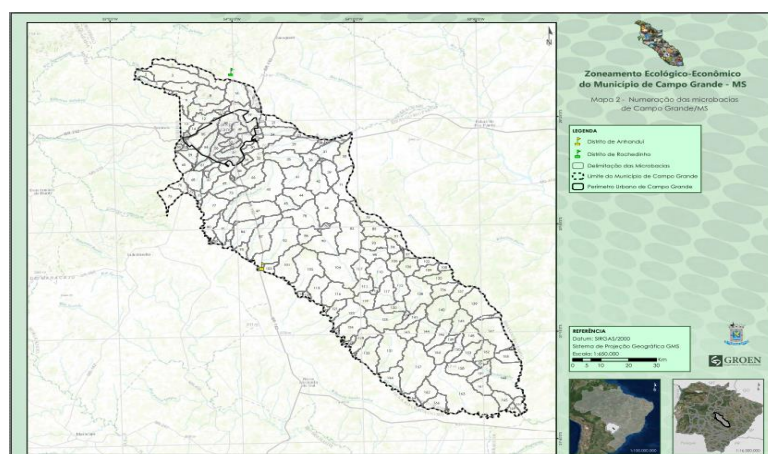


Figura 38 - Numeração das microbacias de Campo Grande/MS.

Fonte: ZEE-CG, 2006, p.30.

Como resultado, esperado em todo o processo A CARTA DE GESTÃO, é uma planta orientadora para estabelecer políticas públicas na organização do território municipal, não sendo conclusiva por apresentar apenas dados de estudos preliminares, pretende-se que seja um instrumento de planejamento, fundamentalmente de cunho político-administrativo, com finalidade de contribuir para o desenvolvimento municipal; e, mesmo não sendo conclusiva, a CARTA DE GESTÃO deve apontar um pequeno conjunto de sugestões relacionadas ao meio ambiente para o futuro do Município.



Figura 39 - Matriz metodológica de carta de gestão.
Fonte: ZEE-CG, 2006, p.30.

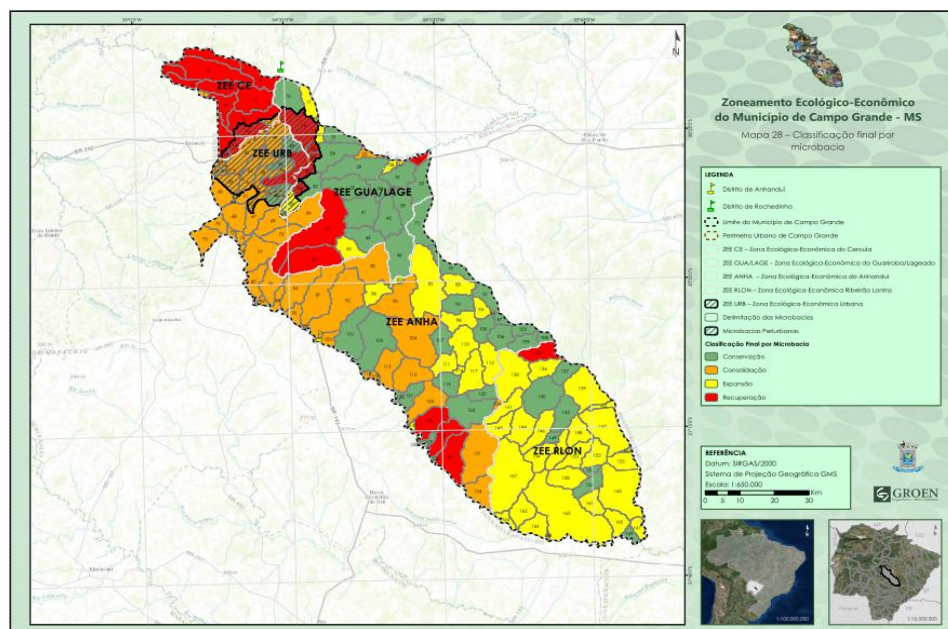


Figura 40 - Classificação por microbacia.

Fonte: ZEE/CG, 2015.

Espera-se, assim, sintetizar o cruzamento das duas dimensões básicas (natural e socioeconômica) e com ele chegar classificação das zonas ecológico-econômicas a serem estabelecidas para o município de Campo Grande. (ZEE-CG, 2015).

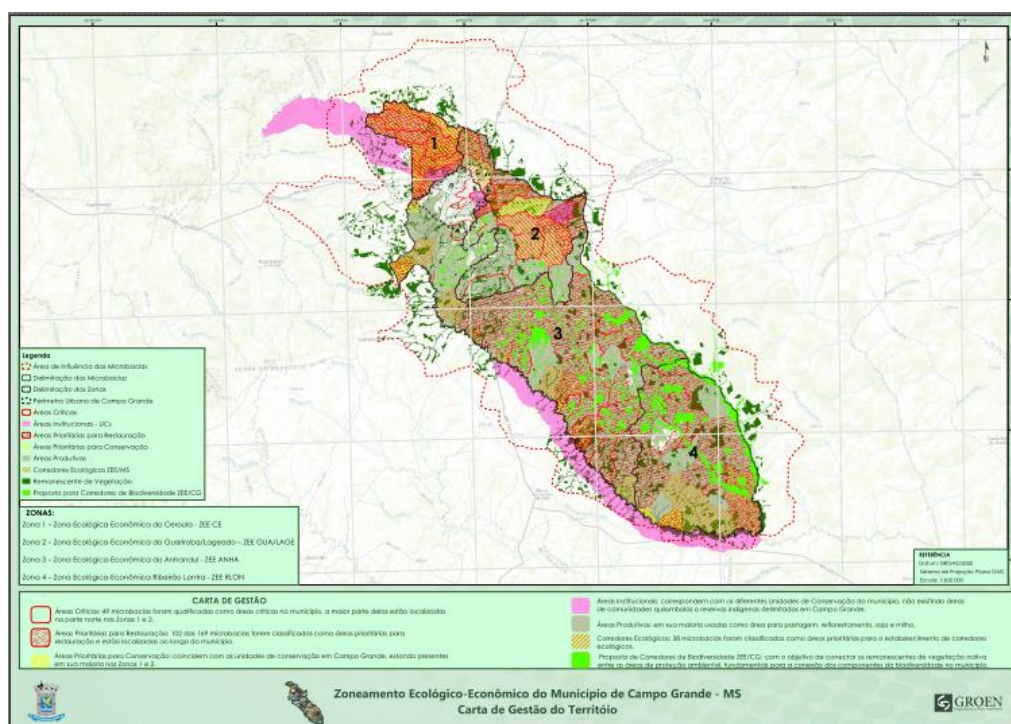


Figura 41 - Classificação final da Zona Urbana de Campo Grande/MS (Mapa 30).

Fonte: ZEE/CG, 2015.

Para construção da Carta Temática De Gestão e Ações Estratégicas foram utilizadas as classificações, definidas pela Lei nº 3.839/2009 - ZEE/MS, consolidação, expansão, recuperação e conservação.

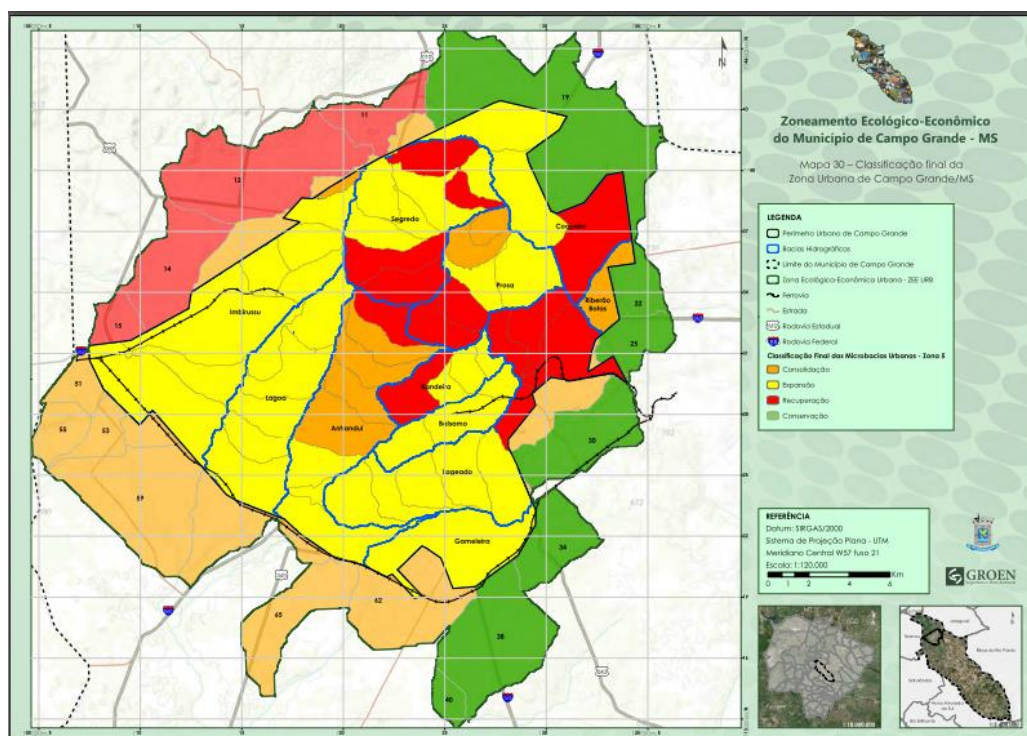


Figura 42 - Classificação final das Zonas de Campo Grande/MS (Mapa 29).
 Fonte: ZEE/CG, 2015.

Quando das Diretrizes Gerais e Específicas, conforme o Decreto n. 4.297/2002, deverão conter, no mínimo: as atividades adequadas a cada zona, de acordo com sua fragilidade ecológica, capacidade de suporte ambiental e potencialidades; as necessidades de proteção ambiental e conservação das águas, do solo, do subsolo, da fauna e flora e demais recursos naturais renováveis e não-renováveis; a definição de áreas para unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável; os critérios para orientar as atividades madeireira e não madeireira, agrícola, pecuária, pesqueira e de piscicultura, de urbanização, de industrialização, de mineração e de outras opções de uso dos recursos ambientais; medidas destinadas a promover, de forma ordenada e integrada, o desenvolvimento ecológico e economicamente sustentável do setor rural, com o objetivo de melhorar a convivência entre a população e os recursos ambientais, inclusive com a previsão de diretrizes para implantação de infraestrutura de fomento às atividades econômicas; medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos

municípios, visando a compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, usos conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais amplas e não restritas às cidades; e planos, programas e projetos dos governos federal, estadual e municipal, bem como suas respectivas fontes de recursos com vistas a viabilizar as atividades apontadas como adequadas a cada zona.

Classificadas 5 Zonas Ecológicas Econômicas:

- Zona Ecológica-Econômica do Ceroula - ZEE CE;
- Zona Ecológica-Econômica do Guariroba/Lageado – ZEE GUA/LAGE;
- Zona Ecológica-Econômica do Anhanduí - ZEE ANHA;
- Zona Ecológica-Econômica Ribeirão Lontra - ZEE RLON;
- Zona Ecológica-Econômica Urbana - ZEE URB.

Resumo Diretrizes Gerais para cada uma das 5 zonas acima, conforme Mapa CARTA DE GESTÃO (Figura 43):

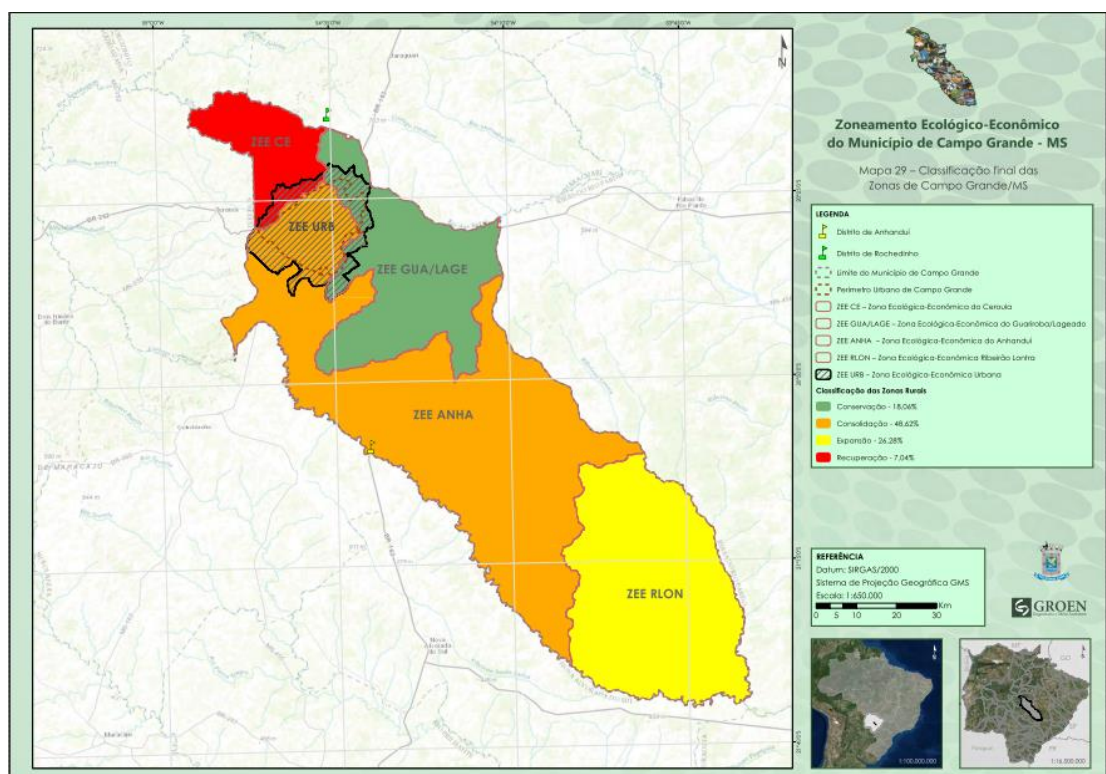


Figura 43 - Carta de Gestão do Território - Mapa final.

Fonte: ZEE/ CG-2015.

Áreas Críticas: 49 microbacias foram qualificadas como áreas críticas no município, a maior parte delas estão localizadas na parte norte nas Zonas 1 e 2;

Áreas Prioritárias para Restauração: 102 das 169 microbacias forem classificadas como áreas prioritárias para restauração e estão localizadas ao longo do município;

Áreas Prioritárias para Conservação: coincidem com as unidades de conservação em Campo Grande, estando presente sem sua maioria nas Zonas 1 e 2;

Áreas Institucionais: correspondem com as diferentes Unidades de Conservação do município, não existindo áreas de comunidades quilombolas de reservas indígenas delimitadas em Campo Grande.

Áreas Produtivas: em sua maioria usadas como área para pastagem, reflorestamento, soja e milho;

Corredores Ecológicos: 38 microbacias foram classificadas como áreas prioritárias para o estabelecimento de corredores ecológicos.

Proposta de Corredores de Biodiversidade ZEE/CG: com o objetivo de conectar os remanescentes de vegetação nativa entre as áreas de proteção ambiental, fundamentais para a conexão dos componentes.

6. ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA

6.1 Sistema Viário e Transporte

De acordo com a PLANURB, foi a Lei de Uso do Solo n. 1.747/78, que veio a reforçar a tendência de concentrar um maior fluxo com comércio e serviço, nas principais avenidas de ligação da cidade, sacramentando o aproveitamento das saídas da cidade como acesso aos novos bairros periféricos. Com isso, o fluxo agora concentrado nessas avenidas, intensificou-se. A cidade espalhou.

O planejamento urbano local que buscou a expansão urbana, priorizou o sistema de transporte público e utilizou-se desses eixos viários, que associado ao uso do coletivo nas vias estruturais e zoneamento por densidades populacionais, estabelece o transporte coletivo em linhas coletoras com a alta densidade. (Perfil Demográfico, 2016, PLANURB.)

Historicamente, o crescimento do tecido urbano foi maior entre as décadas de 1960 e 1970, com aprovação de grandes loteamentos, distantes do centro e desvinculados da malha urbana, loteamentos como Jardim Noroeste, Santo Antônio e Nova Lima, muito próximos ao limite do perímetro urbano, o fato é que até hoje, não possuem toda a infraestrutura necessária, além de tornar a implantação onerosa aos cofres públicos. Nesse período, a taxa de crescimento chegou a 7,6% ao ano. De 140 mil para 291 mil habitantes (de acordo com Censo IBGE, 1970, 1980, elaborado pela PLANURB). Esse fato contribuiu ainda para que houvesse grandes vazios urbanos entre a área central e esses parcelamentos.

Foi com o PLANO LERNER, iniciado em 1977, que previa orientar o crescimento urbano desta que agora seria a capital do Estado do Mato Grosso do Sul, através de sua estrutura associado ao uso do solo, sistema viário e ao transporte de massa. Aprovado pela Lei nº. 1.747/1978, ensaiou-se implantar o tripé transporte coletivo, racionalização do uso do solo e hierarquia do sistema viário. O zoneamento criado previa zonas: residencial, comercial, serviços, industriais, verdes e especiais. Ao sistema viário – com hierarquização como se dá ainda hoje em: vias estruturais, ligações de bairros, auxiliares (coletoras), locais, marginais e ciclovias – pretendeu-se “orientar o crescimento urbano”.

Na década de 1990 surgem os edifícios altos, e a essência da Lei é modificada, ao hierarquizar o sistema viário abandonando os eixos destinados ao sistema de transporte coletivo de massa, estabelece como novo critério básico as dimensões de suas caixas como o suporte relacionado aos empreendimentos e atividades de usos compatíveis e de porte.

Ainda nessa década, vê-se nascer novos polos geradores de tráfego como o Shopping Center inaugurado em, 1989, o Parque dos Poderes em 1982/3. Entretanto, a construção de vias marginais aos córregos urbanos, a retirada dos

trilhos do percurso da ferrovia, a ausência de política de preservação da Área Especial de Interesse Cultural refletem a pouca importância das diretrizes estabelecidas previamente.

Em 1991, com a implantação do Sistema Integrado de Transportes (SIT) e a definição das linhas troncais, alimentadoras, convencionais, interbairros e executiva, iniciou-se uma ordenação do sistema viário para atender ao transporte coletivo, a qual se consolidou em 1996 com a Hierarquização do Sistema Viário de Campo Grande.

Em 1995, é sancionada a Lei Complementar nº 5, que institui o Plano Diretor, a Política Urbana e a Política de Desenvolvimento do Município.

Em 13 de dezembro de 1996, o Decreto n. 7.360 instituiu a Hierarquização do Sistema Viário da Cidade de Campo Grande como elemento ordenador do trânsito e do transporte a ser considerado no gerenciamento do espaço urbano.

A partir de 2001, o planejamento em Transporte para os municípios com mais de 500 mil habitantes passa a ser exigido em Lei Federal, a partir da Lei n. 10.257/2001, Estatuto da Cidade, tratando os transportes como uma das diretrizes da política urbana nacional. Campo Grande apresentava nesse período, de acordo com censo IBGE/2010, um total de 663.621 habitantes.

Mas foi somente em 2009, com o Plano de Mobilidade Urbana para Campo Grande, - PLANO DIRETOR DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA (PDTMU) DE CAMPO GRANDE-MS, que realizou-se o diagnóstico e prognósticos relativos ao trânsito e ao sistema viário no Município de Campo Grande que fundamentou diretrizes e propostas diretamente relacionadas aos aspectos de uso e ocupação do solo.

Levou em conta aspectos regionais como localização do município no centro do Estado do Mato Grosso do Sul e sua posição em relação aos Estados e a países vizinhos, como Paraguai e Bolívia. Importantes vias de integração nacional de Ligação de Norte a Sul do país, como a BR-163. Além das BRs 262 e 060 que ligam a Bolívia e Paraguai, respectivamente. Figura 44.

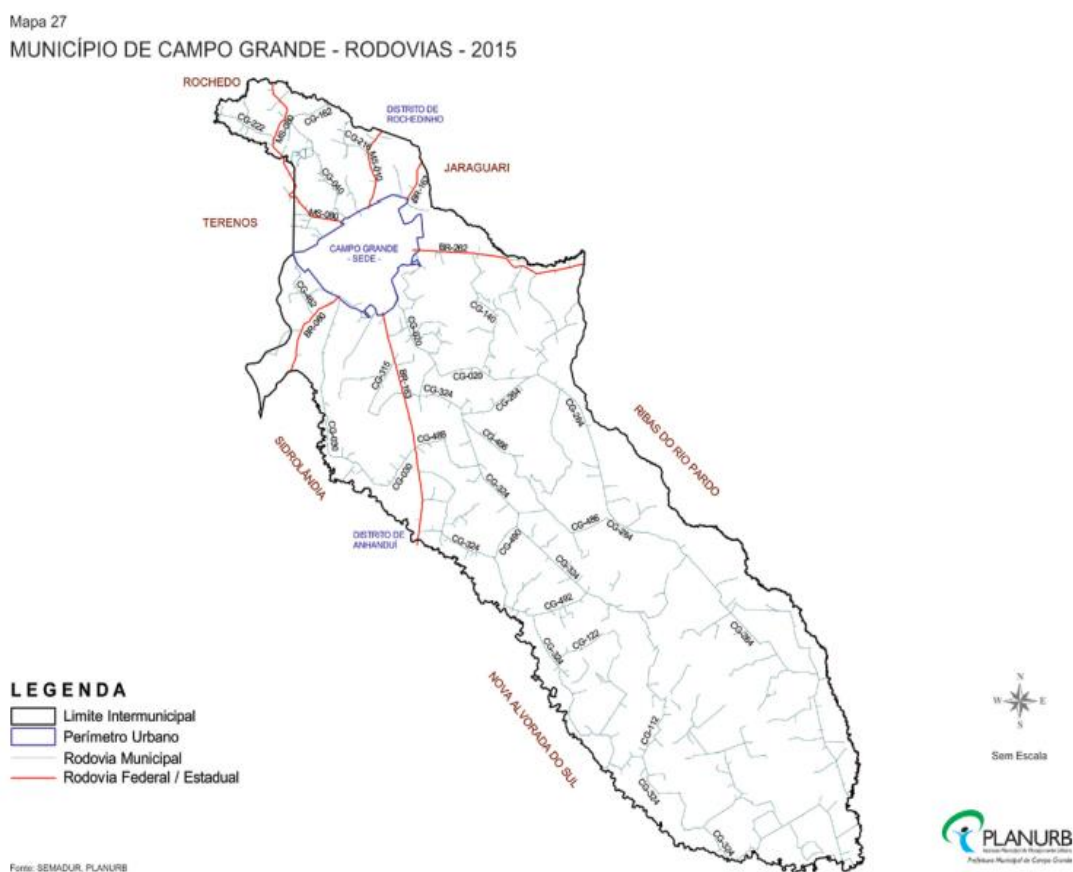


Figura 44 - Rodovias 2015.
Fonte: SEMADUR, PLANURB.

O município, conta como uma ferrovia, Ferrovia Novoeste S/A, para escoamento de produção de produtos agropecuários. Um aeroporto internacional de cargas e passageiros.

O Terminal Intermodal de Cargas, com a finalidade propiciar a integração dos transportes rodoviário, ferroviário e aeroviário, vem sendo implantado, desde 2007, em uma área de 65 hectares, localizada às margens do anel rodoviário, no trecho entre as Rodovias BR-163 e BR-060, em área integrada com a estação ferroviária em operação pela América Latina Logística – ALL, Figura 45.

Figura 45 - Terminal Intermodal de Cargas e Porto Seco.



Fonte SEDESC, apud PLANURB.

Atualmente, Campo Grande possui um Sistema Integrado de Transportes (SIT) que começou a ser implantado em 1991 e conta com oito terminais de transbordo com integração física e um terminal aberto que realiza integração eletrônica (cartão). Os terminais de transbordo começaram a ser inaugurado em 2001, Terminais General Osório e o Bandeirantes; em 1992, os Terminais Morenã e o Júlio de Castilho; em 2000 os Terminais Nova Bahia, Aero Rancho e Guaicurus; em 2001 o Terminal Moreninha; o último a ser inaugurado foi o Ponto de Integração Hércules Maymone.

Características das linhas Troncos: ônibus branco com faixa vermelha, ligando terminal a terminal, passando pelo centro da cidade;

Características das linhas Alimentares: ônibus branco com faixa azul, cuja função é transportar passageiros dos bairros aos terminais de integração e vice-versa;

Características das linhas Interbairros: ônibus branco com faixa vermelha, que ligam terminal a terminal, passando pelos bairros;

Características das linhas Convencionais: ônibus branco com faixa vermelha.

A estrutura ciclovitária num total de 80.836,17 m de extensão, sendo, 65.418,36m de ciclovias, 13.865,21m de ciclofaixas e 1.552,60 m de calçada compartilhada, PLANURB (levantamento em 2014). (Figura 46)

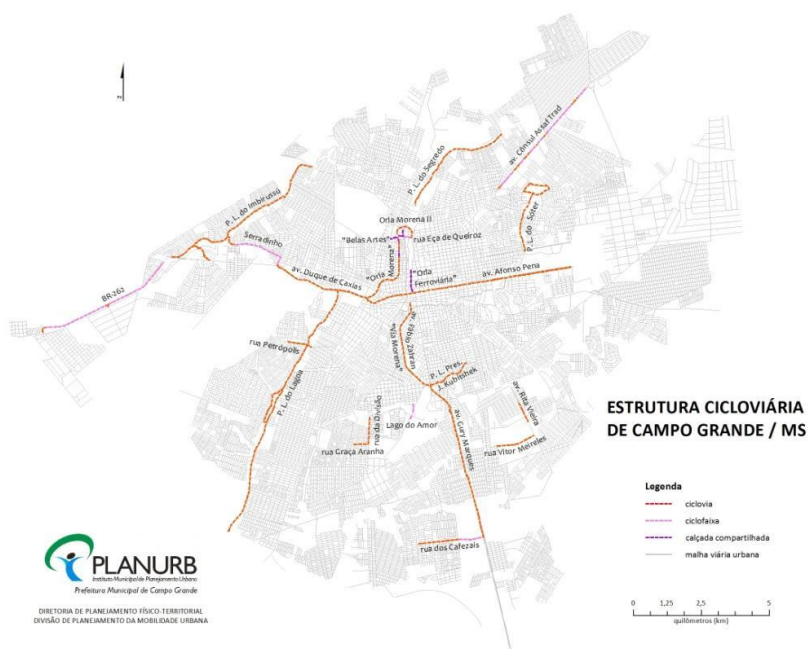


Figura 46 - Estrutura ciclovitária de Campo Grande, 2014.
Fonte PLANURB.

Já a frota de veículos em 2015 era de 518.382 veículos, sendo 281.083 automóveis e que corresponde a 41,5% da frota do Estado do MS e 128.908 motocicletas, correspondente a 37% do total do Estado., (IBGE, 2015). (Gráfico 1)

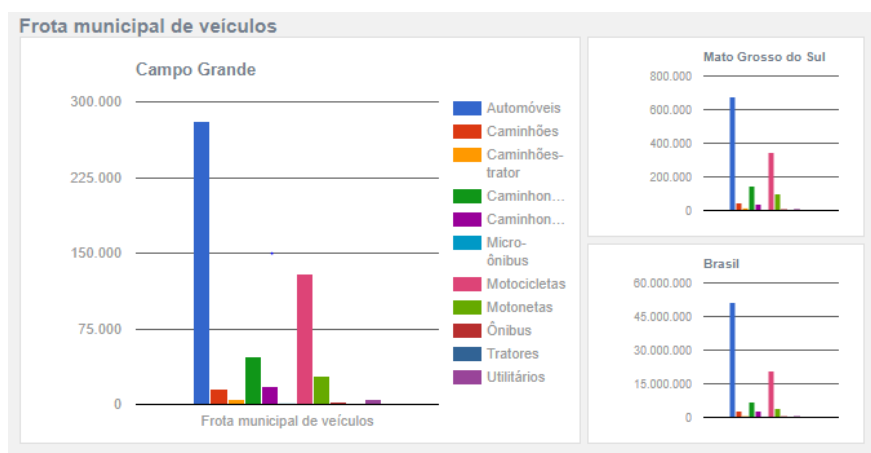


Gráfico 1 - Frota de veículos - municipal, estadual e nacional.

Fonte: Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN - 2016. NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável. NOTA 2: Atribui-se a expressão dado não informado às variáveis onde os valores dos municípios não foram informados.

6.2 Acessibilidade

O DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004, regulamenta as Leis nºs 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O decreto, em seu Art. 8º, Inciso I, define acessibilidade como sendo condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A acessibilidade ao meio urbano deve ser considerada no Plano Diretor Municipal, no Plano Diretor de Transporte e Trânsito, no Código de Obras e de Posturas e na Lei de Uso e Ocupação do Solo, conforme observado o cumprimento da acessibilidade previsto respectivamente no Decreto nº.

5.296/2004 e nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Com isso, a Prefeitura Municipal de Campo Grande, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SEMADUR, desenvolveu em 2010, o PROGRAMA MUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA EM EDIFICAÇÕES E LOGRADOUROS PÚBLICOS e ainda o GUIA DE ACESSIBILIDADE.

O programa estabeleceu objetivos e metas com intuito maior de fazer com que o direito de ir e vir seja respeitado, tornando o ACESSO UNIVERSAL a todo cidadão.

Estabelecer com clareza os parâmetros para que as edificações, os mobiliários e equipamentos urbanos sejam projetados, construídos, montados ou implantados, bem como reformados ou ampliados, proporcionando acessibilidade, conforto e segurança aos usuários. Devendo ser aplicada, conforme exigível em lei, a todos os espaços e edifícios públicos ou particulares que sejam de uso público.

Foram usadas como referência além da legislação acima, a NBR 9050 da ABNT e Lei Complementar 3.670 de 29/10/1999.

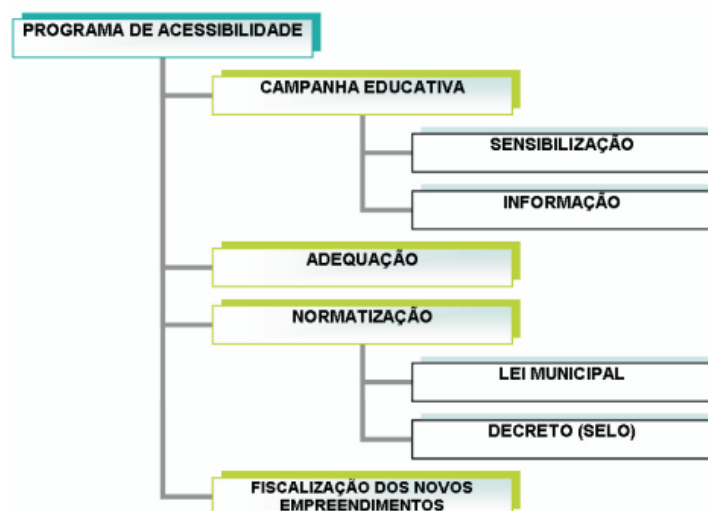


Figura 47 - Estrutura do Programa Municipal de Acessibilidade Arquitetônica em Edificações e Logradouros Públicos.
Fonte: SEMADUR, 2010.

O programa previu conforme estrutura da Figura 47: campanhas educativas, a adequação dos edifícios públicos e particulares de uso público, primordialmente; a normatização, dando parâmetros claros a toda população sobre a forma de cumprimento da lei; e, fiscalização de todos os novos empreendimentos, na qual o habite-se seria liberado mediante adequação as normas de acessibilidade.

Com objetivo de transformar a cidade em modelo de mobilidade, adequando os logradouros, edifícios abertos ao público e calçadas que constituem em prioridade para a municipalidade, a cartilha foi a materialização da lei de forma a facilitar a compreensão e aplicabilidade das normas de acessibilidade.

6.3 Saneamento básico

Saneamento básico é definido pela PLANURB como sendo o conjunto de procedimentos adotados objetivando propiciar uma condição saudável para os habitantes de uma comunidade e ao meio ambiente.

É um direito assegurado pela Constituição Federal, e garantido pela Lei Federal n. 11.445/ 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, definindo como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao **abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas**, garantindo a universalização desses serviços.

OS DECRETOS, nº 12.254/2013 aprova o PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB de Campo Grande, e o nº 12.680, DE 9 DE JULHO DE 2015. APROVA O PLANO DIRETOR DE DRENAGEM URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS, como um dos quatros eixos do Plano Municipal de Saneamento Básico.

6.4 Abastecimento de água

O sistema de abastecimento de água de Campo Grande teve início em 1920. Mas Coube ao Exército, em 1923, a tarefa de implantar o primeiro sistema de captação superficial da cidade, construído na cabeceira do Córrego Jacinto, para uso próprio.

Em 1961, o Escritório Técnico Saturnino de Brito estuda a possibilidade de adução de águas pelo córrego Lajeado que entra em funcionamento em 1969, as obras da primeira etapa do Lajeado e, devido ao crescimento da cidade, se inicia a segunda etapa. (PLANURB, 2016).

Em Campo Grande a empresa concessionária pelo abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, é a Águas Guariroba S.A que possui dois importantes instrumentos de planejamento, dentro de um horizontes de vinte anos: o Plano Diretor do Sistema de Abastecimento de Água (2012-2032) e o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário (2012-2032), todos elaborados e revistos pela concessionária.

De acordo a PLANURB (2016), O sistema de abastecimento de água de Campo Grande atende cerca de 99,9% (Figura 48) da população e tem uma produção média mensal de 6,5 milhões m³, para um consumo medido de 5,3 milhões m³. Analisando os dados (Gráfico 2) vemos que a Região Urbana com melhor índice é a RU Prosa com 97,6% de sua área recebendo abastecimento de água tratada e, com índice mais baixo, a RU Imbirussu com 81,18%. Os três bairros com menores índices são São Conrado (RU Lagoa), 61,76%; Nova Campo Grande, 51,96% e Núcleo Industrial, com 45,82% (ambos RU Imbirussu).

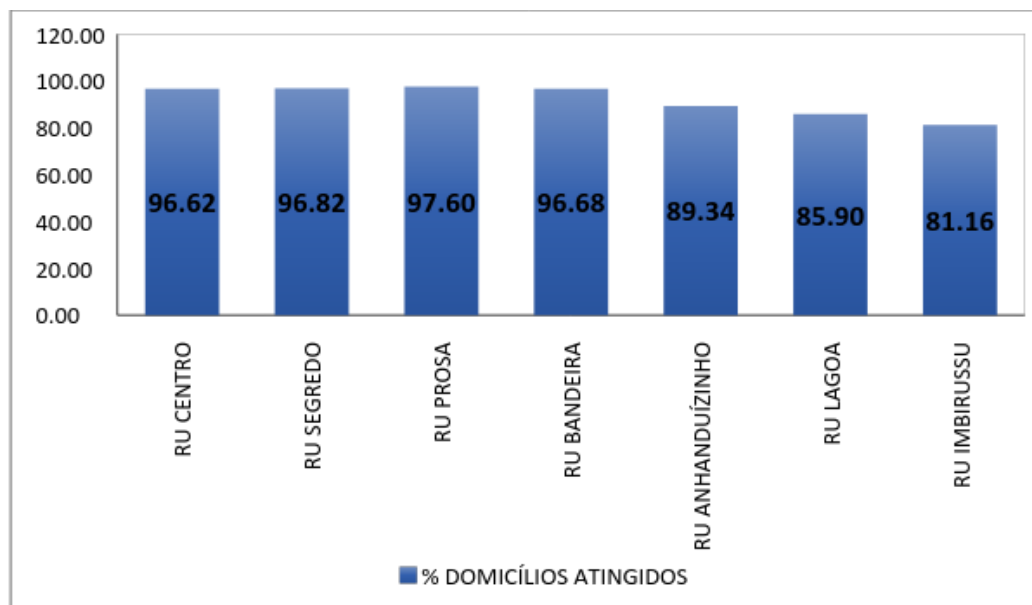


Gráfico 2 - Abastecimento de água em Campo Grande/MS.

Fonte: IBGE/2010, elaborado PLANURB.

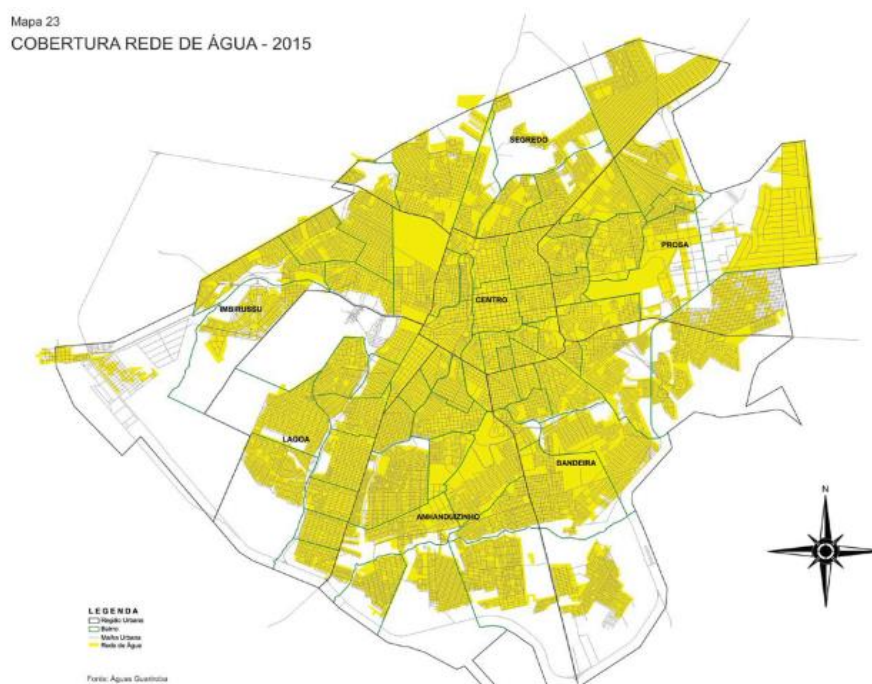


Figura 48 - Mapa de Cobertura de Rede de Água/2015.
Fonte: PLANURB

6.5 Abastecimento de esgoto

O esgoto é formado pela água utilizada nas atividades diárias, como lavar a louça, roupas, tomar banho, dar descargas. Além da água servida, o esgoto

contém dejetos e, se não receber o tratamento adequado, contamina o meio ambiente e prejudica a saúde pública. Por isso, o tratamento de esgoto é um serviço tão importante para a qualidade de vida da população. (DECRETO n. 12.254, 2013).

De acordo com a PLANURB (2016), Campo Grande possuía 1.849 km de rede de esgoto. O sistema de esgotamento sanitário com coleta e tratamento está disponível para 87,02% da população.

Em Campo Grande/MS, 100% do esgoto coletado é tratado e o afluentes é devolvido aos mananciais obedecendo às normas ambientais, sem oferecer riscos de contaminação ao meio ambiente. Atualmente, existem duas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) em operação:

- 1) ETE Imbirussu (2 módulos) – capacidade de 120 l/s;
- 2) ETE Los Angeles (10 módulos) – capacidade de 900 l/s.

A Águas Guariroba, concessionária responsável por esse serviço, lançou em 2006, o programa Sanear Morena, duplicando a rede de esgoto, e disponibilizando a coleta e tratamento para mais de 200 mil habitantes e possibilitando a elevação do índice de cobertura para 58,20%, em 2008 para 61,05% da população atingida em 2010.

A universalização do saneamento básico é a principal meta da Águas Guariroba em Campo Grande. O Programa Sanear Morena 3, que está em andamento, prevê R\$ 636 milhões em investimentos. E sua meta é atingir 100% da população até 2025.

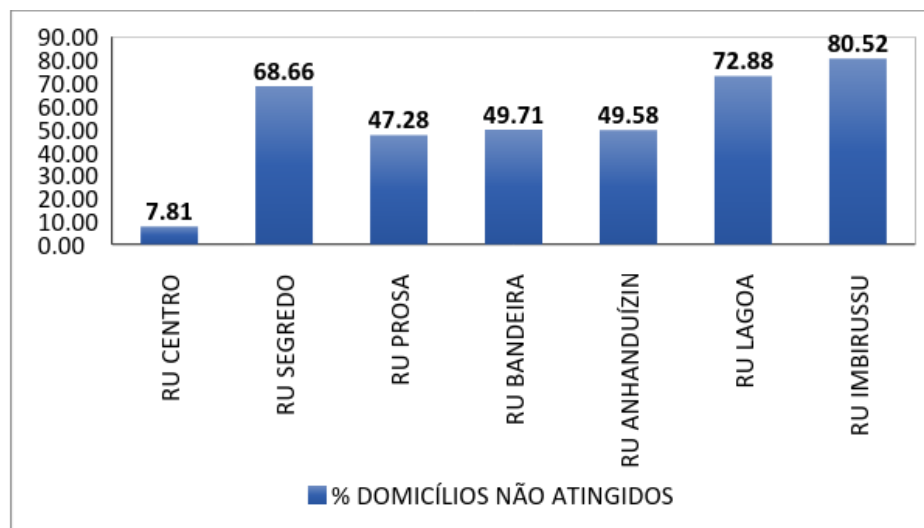


Gráfico 3 - Domicílios não abastecidos por esgoto.

Fonte: IBGE/2010, elaborado PLANURB.

Pelo Gráfico 3, nota-se que a rede de esgotamento sanitário atende com maior índice a RU Centro, onde 92,18% das residências são atingidas. O pior índice é RU Imbirussu, com 80,52% dos domicílios não atingidos, seguidos pelo RU Lagoa, com 72,88 e RU Segredo 68,66, o restante ficando abaixo de 50% de sua área total sem cobertura de rede de esgoto.

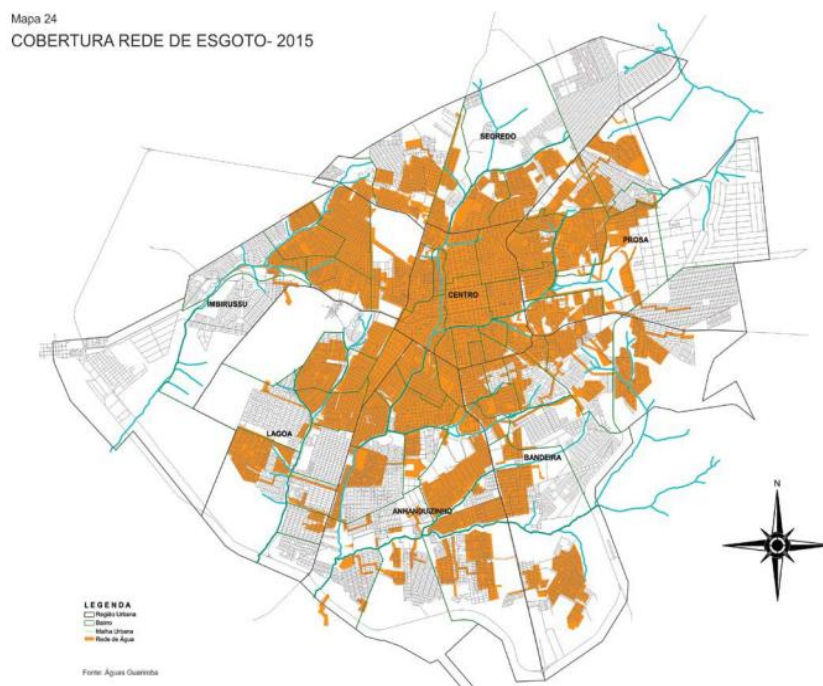


Figura 49 - Mapa de Cobertura de Rede de Esgoto/2015.
Fonte: PLANURB.

6.6 Pavimentação Asfáltica

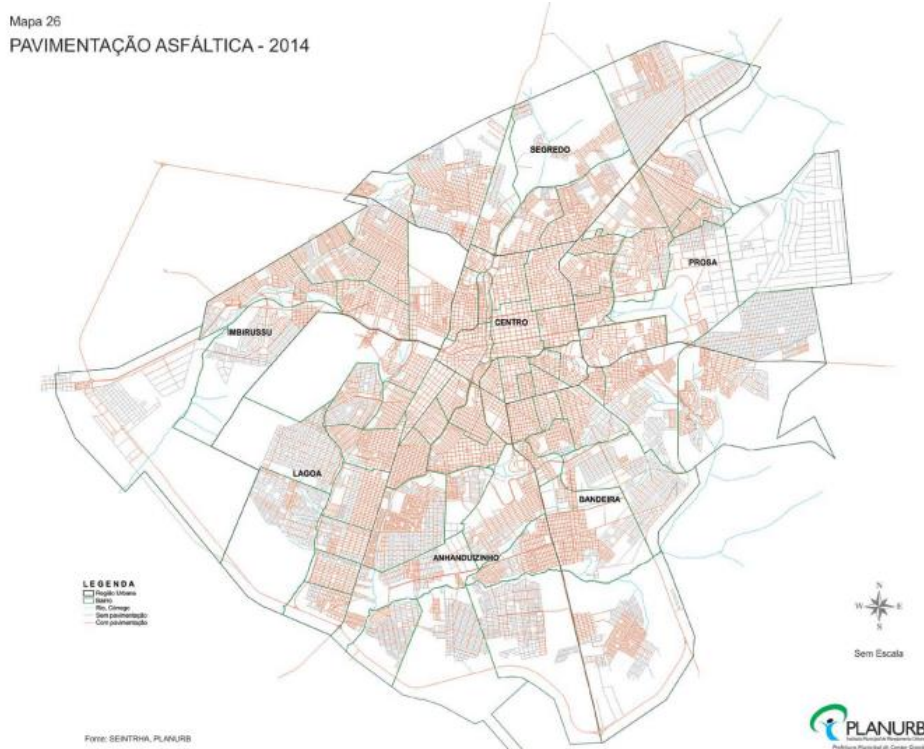


Figura 50 - Mapa de Pavimentação Asfáltica/2014.
Fonte: PLANURB.

O total de vias na área urbana atingiu, em 2012, 4.067,80 km, sendo que destes, aproximadamente 67,82% estão pavimentados. (Figura 50)

6.7 Sistema de Drenagem

O Plano Diretor de Drenagem Urbana é um instrumento utilizado para gestão do sistema de drenagem do município, regulamentado pelo DECRETO n. 12.254, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.

O Plano contextualiza também o sistema de drenagem atual e conceitua um novo modelo para a implantação de novas redes de drenagem, estabelecendo o ano de 2014 como um horizonte para implantação da política de drenagem urbana e manejo de águas pluviais e a revisão e conclusão do Plano Diretor de

Drenagem Urbana de 2008. O sistema de gestão de drenagem tem como órgão responsável a SEINTRHA - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação.

Campo Grande, diferentemente de outras cidades do país cujas Regiões Urbanas são nomeadas de acordo com os pontos cardeais em Norte, Sul, Leste e Oeste, o município denominou suas regiões que são 7 no total, de acordo com as bacias localizadas nas respectivas Regiões Urbanas, excetuando-se a Região Urbana do Centro. Sendo: Regiões Urbanas do Prosa, Segredo, Bandeira, Anhanduizinho, Imbirussu e Lagoa.

Outra característica determinante é a situação topográfica e hidrográfica da cidade, privilegiada sob muitos aspectos, é francamente desfavorável no que tange aos recursos hídricos superficiais. Os cursos d'água que banham a região já se encontram com sua qualidade completamente comprometida. A pequena vazão dos córregos não é suficiente para a diluição dos esgotos, não havendo condição para a autodepuração.

Figura 23 – Carta Geotécnica de Campo Grande/MS.

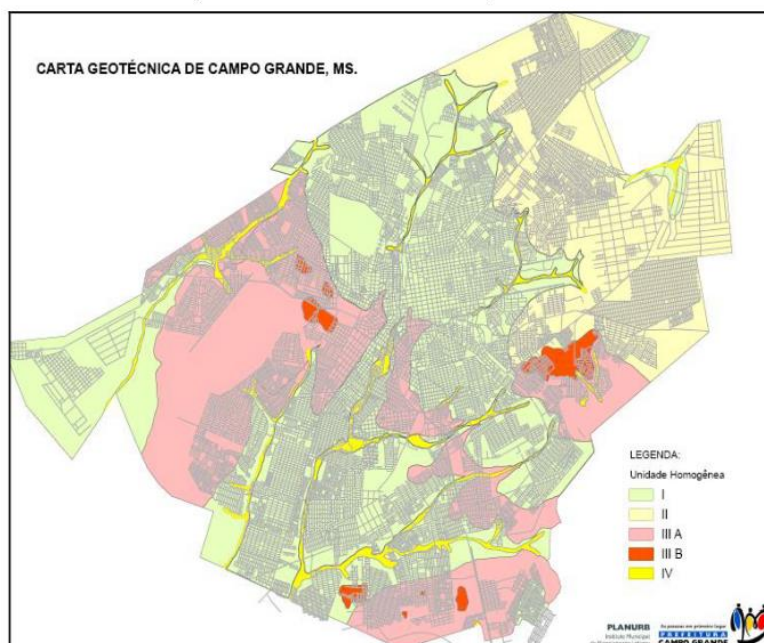


Figura 51 - Carta Geotécnica Campo Grande/MS.

Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Conforme a Carta Geotécnica do município (Figura 51) que utiliza-se das cores semafóricas onde o vermelho e rosa são pontos mais críticos por possuírem o lençol freático aflorante, deve-se ter um cuidado maior relacionado ao esgotamento sanitário dessas áreas. A PLANURB realizou um levantamento para verificação dessas áreas com nível d'água muito próximo à superfície, com baixa capacidade de suporte e carga, com esses loteamentos identificados prioriza-se a contemplação pelo sistema de coleta de esgoto.

Esses terrenos além de apresentarem sérios problemas de fossas que transbordam em dias de chuva, há constantes manutenções com limpa-fossas para mantê-las em operação, e ainda enumeras fossas feitas em um mesmo terreno, conforme informações do diagnóstico participativo. Em dias de chuva, transformam-se em esgoto a céu aberto, trazendo problemas de saúde pública com o surgimento de várias doenças e prejuízo ao meio ambiente com a poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

A prefeitura Municipal pretende, para cumprir com essa demanda, criar em 2014, a Unidade Municipal Gestora do Saneamento Básico que terá como atribuição implementar a política e o plano municipal de saneamento básico e ficará também responsável pela captação de recursos federais para investimento em obras de pavimentação, drenagem, água e esgotamento sanitário, prioritariamente nas áreas consideradas de risco sanitário. Desta forma, caberá a unidade gestora criada organizar a demanda de saneamento, com o objetivo de coincidirem obras de esgotamento sanitário da concessionária, com as obras de pavimentação e drenagem, coordenadas pelo município.

Algumas característica escalonam essa prioridades, como: as área com maior índice de doenças de veiculação hídrica; e as áreas inseridas na região da Área de Preservação Ambiental do Lageado, onde está localizado uma das captações superficiais de água de Campo Grande bem como os parques e estações ecológicas; áreas onde não tem asfalto/drenagem, afim de evitar o corte e remendo do asfalto para passar rede de esgoto; áreas com alta densidade

populacional; e aquelas localizados em área de nascentes (cabeceiras de drenagem).

Pelos levantamentos foram identificados os parcelamentos sobre prioridade:

RU Bandeira - 45 loteamentos dos quais 9 já possuem rede de esgoto;

RU Imbirussu - 66 loteamentos dos quais 25 possuem rede de esgoto;

RU Lagoa - 37 loteamentos dos quais 14 possuem rede de esgoto;

RU Anhanduizinho - 45 loteamentos dos quais 20 possuem rede de esgoto.

6.8 Resíduos Sólidos

A Resolução Conama n. 307, estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos Resíduos de Construção Civil - RCCs, definindo claramente as responsabilidades do poder público e dos agentes privados, e tornou obrigatória a adoção de planos integrados de gerenciamento desses resíduos nos municípios. Também é tratado em Lei Federal nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Decreto Federal n. 7.404/2010 que a regulamentou.

Em Campo Grande, desde julho de 2010 está em vigor a Lei n. 4.864, que dispõe sobre a gestão dos RCCs e institui o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. A gestão desse serviço é de responsabilidade da SEINTRHA.

O plano de Campo Grande prevê a implantação dos pontos de entrega, de áreas de transbordo e triagem, regulamenta a destinação dos pequenos geradores, cobra a apresentação de projetos de gerenciamento dos resíduos na obra para os grandes geradores, regulamenta o transporte desses resíduos, cria um certificado de transporte e destinação, e prevê a reciclagem dos materiais aproveitáveis, tudo em conformidade com a Resolução Conama n. 307.

O problema maior apresentado em Campo Grande são os depósitos irregulares realizados por particulares nos terrenos baldios e beira de rodovias, que prejudica a qualidade de vida e ambiental de toda a população, por não existir uma periodicidade na coleta definida para a limpeza dos locais e nem pontos espalhados no município para recebimento de entulho de pequenos geradores.

O Aterro Noroeste, em operação e que recebe esse tipo de resíduo, administrado pela SEINTRHA e localizado no Jardim Noroeste, está irregular, pois não possui licença ambiental, em 2012, o então prefeito assinou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público Estadual, se comprometendo a regularizar a situação e não cumpridas até o momento.

Em Campo Grande, a geração de resíduos sólidos domiciliares/comerciais é em média de 0,84 kg/hab/dia e mais 0,038 kg/hab/dia de resíduos de varrição, limpeza de vias (dados somente da CG SOLURB). Esses dados foram repassados pela concessionária, em outubro de 2013.

Limpeza pública

“A limpeza urbana, em particular, por vezes é vista predominantemente como fator de embelezamento das vias públicas. Em verdade, o tratamento de resíduos e dejetos e sua destinação final apropriada são essenciais à eliminação de focos transmissores de doenças e à preservação do meio ambiente”.¹ (PLANURB, 2016).

Limpeza urbana no município se divide em coleta e transporte, varrição, capina manual e mecanizada, limpeza de feiras livres, limpeza de bocas de lobo, coleta seletiva, reciclagem e tratamento e disposição final realizada periodicamente por equipes SEINTRHA e por concessionária, empresa SOLURB e terceirizadas. Fonte: SEINTRHA.

¹ (1) BRASIL. Ministério da Ação Social. Cartilha de limpeza urbana. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/cartilha_limpeza_urb.pdf>. Acesso em: 28 maio 2015. _ Fonte: PLANURB;

Coleta e transporte de resíduos domiciliares

Segundo o Perfil Socioeconômico de Campo Grande (2012), o serviço de coleta de lixo domiciliar é executado em 98% da área urbana, com exceção dos loteamentos e assentamentos clandestinos, que não solicitaram o serviço de coleta de lixo domiciliar, que desde novembro/2012 foi conferida a Concessionária CG SOLURB, contratada da Prefeitura Municipal, através do Contrato de Concessão n. 332, de 25 de outubro de 2012 (Concorrência n. 006/2012).

Os caminhões que realizam a coleta são compactadores de modelos container toco e container trucado. Em 2014, realizaram a coleta de 275.047,19 t, sendo 22.920,60 t/mês.

Varrição

A varrição manual é compartilhada por duas empresas SOLURB, para RU Centro e Prosa, nas demais Regiões realiza-se geralmente capina manual e mecanizada pela - SEINTRHA.

PARTE 2 - PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO EM CAMPO GRANDE



PARTE 2 - PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUITETÔNICO EM CAMPO GRANDE

1. PATRIMÔNIO

1.1 Definições

Patrimônio pode ser conceituado como a herança de uma sociedade no conjunto das realizações construídas ao longo de sua história, no que se refere à sua cultura”. (CASTILHO, 2016).

A definição de patrimônio no dicionário Houaiss (2017) é:

Herança familiar; conjunto dos bens familiares; grande abundância; riqueza, profusão; bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida para determinado lugar, região, país ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s); conjunto dos bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro.

Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. A Constituição estabelece ainda a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, no entanto mantém a gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens sob responsabilidade da administração pública.

Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de

natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (IPHAN, 2017a)

1.2 Legislações

1.2.1 Constituição Federal e Decreto-Lei Nº 25, 30 de novembro de 1937

A noção de patrimônio histórico e artístico nacional é referida pela primeira vez no Brasil na Constituição Federal de 1934, sendo objeto de proteção obrigatória pelo poder público:

“Art. 10 – Compete concorrentemente à União e aos Estados:

III. Proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.” (Constituição de 1934)

No entanto, após o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que a proteção dos bens culturais no Brasil foi regulamentada. Este faz saber o que se trata de patrimônio histórico e artístico nacional e resolve as questões de tombamento:

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupada num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

(decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937)

A Constituição Federal de 1988 estabelece que é função da União, do Estado e dos Municípios, assim como da comunidade, de preservar o patrimônio cultural material e imaterial brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003)

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

[...]

Artigo 30 - Compete aos Municípios:

IX - Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação fiscalizadora federal e estadual."

(Constituição de 1988)

Portanto, compete aos municípios a função executiva na proteção de seus bens culturais, observadas as normas gerais de âmbito federal e estadual sobre o assunto e, quando necessária, a tarefa de suplementar a legislação no que lhes for especificamente local.

1.2.2 Patrimônio Material

Os bens de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) promoveu em 1972 um tratado internacional denominado Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, tal documento visa estabelecer as definições do patrimônio cultural e natural para a proteção e a preservação do patrimônio de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade. A convenção da UNESCO de 1972 define como patrimônio cultural:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

O patrimônio material protegido pelo Iphan é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas.

1.2.3 Patrimônio Imaterial

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer;

celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

O Decreto nº 3551 de 04 de agosto de 2000:

Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências

[...]

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Art. 8º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Esta definição está de acordo com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

1.2.4 Patrimônio Arqueológico

A Lei nº 3924/1961 “ Lei da Arqueologia, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram, de acordo com o que estabelece o art. 180 da Constituição Federal”.

Os bens de natureza material de valor arqueológico são definidos e protegidos por esta lei, sendo considerados bens patrimoniais da União. Também são considerados sítios arqueológicos os locais onde se encontram vestígios positivos de ocupação humana, os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", as grutas, lapas e abrigos sob rocha, além das inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimento, os sambaquis e outros vestígios de atividade humana.

1.2.5 Paisagem Cultural

O Brasil reúne riquezas culturais e belezas naturais únicas. É dever dos brasileiros proteger a riqueza e a diversidade desse patrimônio. A chancela da Paisagem Cultural é um instrumento criado para promover a preservação ampla e territorial de porções singulares do Brasil. A chancela da Paisagem Cultural é o mais novo instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro, lançado em 2009 pelo Iphan. Conforme a Portaria Iphan nº 127/2009, que regulamenta essa chancela, Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

São exemplos da Paisagem Cultural as relações entre o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o boiadeiro e o pantanal, o gaúcho e os pampas, o pescador e os contextos navais tradicionais, o seringueiro e a floresta amazônica, por exemplo. Como estes, outros tantos personagens e lugares formam o painel das riquezas culturais brasileiras, destacando a relação exemplar entre homem e natureza. (IPHAN, 2017B)

A criação da chancela Paisagem Cultural representa uma inovação na maneira de trabalhar com o patrimônio cultural brasileiro. Embora não seja o único responsável pela chancela e preservação das paisagens brasileiras, o Iphan é o principal articulador de ações de valorização, planejamento e gestão desse patrimônio.

1.3 Ferramentas de proteção

As ferramentas de proteção do patrimônio cultural visam garantir a preservação dos bens de interesse cultural no país. Foram estabelecidos por diversas legislações já citadas presente trabalho, e se diferem no modo de preservar de acordo com a natureza do bem. De acordo com o (IPHAN, 2017c), são eles:

Tombamento - É o mais antigo instrumento de proteção em utilização pelo Iphan, tendo sido instituído pelo Decreto Lei nº 25,

de 30 de novembro de 1937, e proíbe a destruição de bens culturais tombados, colocando-os sob vigilância do Instituto. Para ser tombado, um bem passa por um processo administrativo, até ser inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo instituídos pelo Decreto: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Valoração do Patrimônio Cultural Ferroviário - Quando da extinção da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), a Lei No. 11.487/2007 atribuiu ao Iphan a obrigação de “receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, e zelar pela sua guarda e manutenção”. Para tanto, o Iphan instituiu, por meio da Portaria No. 407/2010, a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, onde são inscritos os bens oriundos do espólio da extinta RFFSA, sendo que os bens não operacionais passam então à responsabilidade do Instituto, enquanto os operacionais permanecem sob responsabilidade Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). É importante destacar que, aos bens ferroviários que não fazem parte do espólio da RFFSA, não cabe a aplicação dessa Lei, mas sua proteção pode ser feita por meio de tombamento.

Chancela da Paisagem Cultural - Instituída por meio da Portaria Iphan No. 127/2009, reconhece a importância cultural de porções peculiares do território nacional, representativas do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Pressupõe o estabelecimento de um pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Registro - Em 4 de agosto de 2000 foi publicado o Decreto nº 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e definiu um programa voltado especialmente para esses patrimônios. O registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial do Brasil, composto por bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira.

Esse instrumento é aplicado àqueles bens que obedecem às categorias estabelecidas pelo Decreto: celebrações, lugares, formas de expressão e saberes, ou seja, as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural. Ao serem registrados, os bens recebem o título de Patrimônio Cultural Brasileiro e são inscritos em um dos quatro Livros de Registro, de acordo com a categoria correspondente. Os pedidos de registro de bens culturais imateriais devem ser feitos de acordo com os artigos 2º a 4º da Resolução Nº 001, de 3 de agosto de 2006.

Inventário

O inventário é uma ferramenta básica para a gestão de qualquer bem. É indispensável para a elaboração e implementação de políticas no que diz respeito à preservação e promoção dos bens culturais. Monumentos e sítios, objetos de museu e muitas outras manifestações da nossa herança cultural, tanto tangíveis quanto intangíveis, existem em grande número em todo o mundo. É somente quando eles estão devidamente listados, identificados e classificados que programas para a sua proteção podem ser sistematicamente planejados e realizados (SYKES, 1984, apud MOTTA, 2016)

De acordo com (HOUAISS, 2017), inventário no sentido etimológico, se origina do termo latino *inventarium*, com o sentido de “achar”. Associado ao termo “cultural”, o inventário é um levantamento dos bens considerados como representativos de uma cultura com vistas a sua preservação.

Os inventários são recomendados nos documentos internacionais desde o início do século XX, eles são produções para o conhecimento dos bens que representam expressões culturais significativas para uma determinada delimitação, que pode ser uma área, caminho, cidade, vila, época, dentre outras delimitações.

A Carta de Atenas, de 1931, é um dos registros que trata sobre o inventário:

VII – Conservação dos monumentos e a colaboração internacional: [...]; c) Utilidade de uma documentação Internacional. A conferência emite o voto de que: 1º Cada Estado, ou instituições criadas ou reconhecidamente competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografias e de informações; 2º Cada Estado constitua arquivos onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos; 3º Cada Estado deposite no Escritório Nacional de Museus suas publicações; 4º O escritório consagre em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos; 5º O escritório estude a melhor utilização das informações assim centralizadas. (SOCIEDADE DAS NAÇÕES, 1931).

Os inventários são uma forma de proteção legal. A Constituição de 1988 estabelece que: o “Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988, art. 216, § 1º, grifo nosso).

2. HISTÓRICO DO LUGAR

2.1 Mato Grosso do Sul

A instituição responsável pela proteção e gestão do patrimônio cultural sul mato-grossense é a antiga FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MS, atual SECTEI (Secretaria de Estado de Cultura, Turismo, Empreendedorismo e Inovação), através da Lei nº 3.522, de 30 de maio de 2008 (*Que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Mato Grosso do Sul*).

O estado de Mato Grosso do Sul possui 357.145,534 km² de área, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), faz fronteira com dois países, a Bolívia e o Paraguai, assim como com os Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Essas influências

multiculturais fazem com que a diversidade cultural seja determinante na formação do patrimônio cultural Sul Mato-grossense.

A relevância cultural de Mato Grosso do Sul não se inicia com a criação do Estado em 1977, mas revela-se desde os primórdios da ocupação de nossas terras que, segundo estudos arqueológicos comprovados por processos científicos de datação de aproximadamente 11 mil anos atrás.

É a partir daí que nossa herança cultural começa a ser construída fundindo caracteres portugueses, espanhóis e indígenas que geraram nossa cultura, fortemente caracterizada por essa miscigenação e pela influência desses povos, o que definiu, ao longo dos tempos, nossa peculiar identidade cultural. (LIMA, 2013)

A compreensão da importância do patrimônio histórico-cultural, independente das formas pelas quais se manifesta, exige o deslindamento amplo de suas determinações econômico-sociais (ALVES 1985). O que hoje se considera como patrimônio histórico-cultural é reflexo da junção de como uma sociedade viveu e das relações que ali se consolidaram ao longo desse período.

Com o uso da navegação para escoamento de matérias primas, o Rio da Prata tem importante reconhecimento a partir de 1857, se tornando a única ligação entre o interior do Mato Grosso e cidades do litoral como o Rio de Janeiro, São Paulo e a Bahia. Nesse cenário e sem autenticidade nenhuma, o estado torna-se preso quando o Paraguai assume o poderio sobre o Rio da Prata e impede o livre comércio em seu território. Reivindicando seu antigo comércio, o Brasil se une a Argentina e Uruguai e acontece a guerra da Tríplice Aliança que se estendeu do fim de 1864 a 1870.

Após a guerra do Paraguai, Mato Grosso se torna então o grande comerciante dos portos e Corumbá ganha mais visibilidade. Em busca de emprego e melhores condições, acontece a imigração de paraguaios para Corumbá, o que faz sua população mais que dobrar. Em crescente ascensão, os grandes comerciantes dos portos colocaram o comércio Mato-grossense em outro patamar, comercializando agora até mesmo com a Europa.

A cidade cresce cada vez mais e com a chegada de bancos e casas comerciais sua soberania permanece fortalecida. Os burgueses constroem suas moradias no Casario do Porto e a cidade absorve um traçado funcional com amplas ruas e avenidas. Crescem as praças, espaços de lazer e cultura, zona residencial, na parte alta da cidade. Corumbá permanece como um entreposto comercial e recebia navios de diversos países

Em 1914 os rumos da história do Estado começam a se modificar com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A ferrovia favorece a transferência do eixo econômico fluvial Cuiabá - Corumbá para Campo Grande - São Paulo e, no tocante à influência da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil na dimensão estratégico-político-militar, em 1921. Por intermédio do Ministro da Guerra Pandiá Calógeras, ficou estabelecida a transferência do Comando da Circunscrição Militar 7 de Corumbá para Campo Grande (SANTOS, 2011).

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi essencial para o desenvolvimento do Estado e importante para a integração econômica do centro-oeste. (SANTOS, 2011). Por onde o trem passou, foi modificando a paisagem dos povoados, dentre eles podemos citar Terenos, uma cidade com muitas áreas de pastagens e agropecuária. Município de Dois Irmãos do Buriti, com uma estação ferroviária instalada em seu distrito de Palmeiras, cercado pela Serra de Maracaju, possuindo então atividades turísticas como pesca, esportes de aventura.

Aquidauana, um município localizado na Serra de Maracaju e a margem do Rio Aquidauana e recebe seus primeiros habitantes após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, na região também há algumas aldeias de índios. É uma região com grande afluxo de população indígena em Mato Grosso do Sul. (SANTOS, 2011).

Miranda é roteiro em direção a Corumbá sendo a segunda maior população indígena do estado e produção de cerâmica terena, marcando assim a cultura da cidade com artesanato, danças, costumes e tradições. Porto Murtinho acolhia o armazenamento e transporte para o Sul do país e países vizinhos como Uruguai e Argentina, de erva mate lavados e quando esse ciclo acaba a agropecuária assume esse espaço.

Pode se afirmar que a ocupação anterior à Guerra do Paraguai foi marcada pela influência da coroa portuguesa na região norte do estado, e pelo avanço dos espanhóis, para garantir a demarcação do Tratado de Tordesilhas pelo Sul. Somente a partir da Guerra do Paraguai surgiu uma configuração com características sociais, econômicas, políticas e culturais de forma diferenciada e peculiar.

Ainda sobre patrimônio, essa peculiaridade resulta em análise de um objeto cultural arquitetônico existente, fundamental no meio intelectual, para um despertar coletivo, com a finalidade de se formar uma identidade ao recém-criado estado do Mato Grosso do Sul a partir da identificação e do resgate de seu patrimônio e memória. (LIMA,2013)

2.2 Campo Grande

A instituição responsável pela proteção e gestão do patrimônio cultural no Município de Campo Grande/MS é Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECTUR, a partir do Decreto n. 13.060, de 17 de janeiro de 2017, que “dispões sobre a competência e aprova a estrutura básica da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR) e dá outras providências”.

O Município de Campo Grande possui 8.092,951 km² de área, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Assim como Mato Grosso do Sul, segundo estudos arqueológicos, a relevância cultural de Campo Grande não se inicia com sua fundação, mas revela-se desde os primórdios da ocupação de dessas terras.

Os primeiros habitantes de Campo Grande começaram a chegar na região por volta de 1872, mas a data considerada da sua fundação foi de 1899 quando se consolidou a vila de Santo Antônio de Campo Grande, fundada pelo mineiro José Antônio Pereira, composta em sua maioria de casas feitas de taipa. De lá para cá diversas transformações nas edificações marcaram sua época fazendo reflexo desta, no entanto pouco resta para contar a história da cidade, da

época de sua fundação restou o atual Museu José Antônio Pereira (1880), antiga fazenda Bálsamo, sua sede lembra uma típica construção mineira feita de taipa.

A área central da cidade possuiu diversas casas feitas de taipa, mas todas foram demolidas ou pela fragilidade do sistema construtivo, mas principalmente pelas regras do Código de Posturas de Campo Grande (1921) que obrigava a substituição de imóveis de taipa por outros de alvenaria. A última edificação de taipa era a sede provisória da Intendência Municipal que foi demolida dos anos 70.

Um dos conjuntos mais emblemáticos de Campo Grande é o complexo ferroviário tombado na esfera municipal em 13 de maio de 1996, na esfera estadual em 26 de março de 1997 e na esfera nacional pelo IPHAN em 2009.

O traçado da estrada de ferro se deu em 1906, mas a estação ferroviária só começou a ser construída em 1914 e passou por ampliações em 1924 e 1930. As primeiras casas dos funcionários datam de 1930 e outras foram construídas em 1951, para os funcionários com cargos mais altos as casas eram de alvenaria em, em terreno único e com melhor acabamento, para os demais funcionários as casas eram em sua maioria de madeira e geminadas.

Com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB), Campo Grande passou a ser rota para aqueles que transitavam entre Cuiabá, São Paulo e Corumbá, o que teve grande influência para que a cidade se tornar-se a capital do estado de Mato Grosso do Sul após a divisão de Mato Grosso.

A implantação da ferrovia acelerou as transformações na cidade principalmente na arquitetura, a década de 20 destaca-se pelo aparecimento de edifícios militares, iniciando pela sede da 9ª Região Militar seguido pelo canteiro dos quartéis. Após esse período começam a surgir edifícios nos estilos Art Déco e alguns vestígios da Art Nouveau.

Nas décadas de 40 e 50 a arquitetura começa a se verticalizar, tendo como marco a construção do Edifício Olinda em 1947 na esquina da Av. Afonso Pena com a Rua 14 de Julho até chegar no modernismo.

Essa formação urbana, baseada na ocupação histórica do Município, cria um contexto urbano peculiar que deve ser identificado em um aspecto geral, onde

é possível conhecer e inventariar o patrimônio cultural de Campo Grande contemplando o Patrimônio material, imaterial, arqueológico e a paisagem cultural, como definido anteriormente.

2.3 Estilos Arquitetônicos em Campo Grande – MS

Nos primórdios da ocupação de Campo Grande, no final do século XIX, as edificações eram feitas em sua maioria em taipas de pilão, desta tipologia só restou o Museu José Antônio Pereira. Após esse período, os estilos mais recorrentes na cidade de Campo Grande na primeira metade do século XX são o Ecletismo, *Art Déco*, *Art Nouveau* e Modernismo, e serão todos descritos abaixo:

2.3.1 Ecletismo

A Europa, no início do século XIX passava por avanços tecnológicos dos primeiros momentos da Revolução Industrial e Francesa. Em contraponto a tecnologia, os arquitetos ainda no século XVIII iniciaram uma reflexão teórica sobre os estilos arquitetônicos e passaram a rejeitar a religiosidade intensa da estética anterior e o exagero luxuriante do barroco. Buscava-se então uma síntese espacial e formal mais racional e objetiva, mas ainda não se tinha uma ideia clara de como aplicar as novas tecnologias em uma nova arquitetura. Assim, o Ecletismo vem com inspirações em estilos históricos, do passado (clássico, gótico e outros).

Sobre o ecletismo, CZAJKAWSKI (2000) diz:

A palavra ecletismo significa a atitude antiga de formar um todo a partir da justaposição de elementos escolhidos entre diferentes sistemas. Pode ser eclético um sistema moral ou filosófico, uma coleção de objetos ou simplesmente o gosto ao vestir-se.

De um modo geral, a palavra derivada do verbo grego [Eclego = escolher, tomar] significa uma atitude de acomodação. À escolha corresponde uma Ecclesia (reunião).

Eclética seria, num sentido estrito, a arquitetura que associa num mesmo edifício referências estilísticas de diferentes origens. Entretanto no Brasil, convencionou-se usar o termo numa acepção mais elástica para designar a produção de arquitetura inspirada pela academia após o declínio do neoclassicismo.

[...] Ao invés de objetivar os valores de um estilo individual, o ecletismo propriamente dito acreditava poder desenvolver uma linguagem nova a partir das qualidades de diversas outras [...].

A transformação da arquitetura brasileira é marcada pelo ecletismo através da mudança da cidade construída em taipa de pilão para uma construção em tijolos. Grandes cidades como São Paulo viveram esta experiência no final do século XIX. Em Campo Grande essa mudança é tardia, veio a acontecer no início do século XX quando o estilo já estava em fase final em grandes centros que já começavam a sofrer influência do *Art Déco*.

Em Campo Grande é possível identificar em alguns remanescentes espalhados na área central da cidade os adornos de fachadas que caracterizam o modelo eclético, assim como em outras cidades brasileiras que apresentam essa mesma tipologia. Este esquema consistia em recuar os limites laterais, conservando-o frequentemente sobre o alinhamento da via pública. Assim, ARRUDA (2009), diz:

Os frentistas, como eram chamados pela sociedade os profissionais que adornavam e embelezavam as fachadas com motivos decorativos da arquitetura Art Nouveau ou Neoclássica de suas origens europeias, tinham o domínio da construção civil em Campo Grande durante a década de 1920. Os adornos de fachadas ainda estão espalhados nas testeadas de vários edifícios centrais, perdurando no tempo, apesar dos painéis metálicos a escondê-los.

A Morada dos Baís, construída em 1913 pelo engenheiro João Pandiá Calógeras é um exemplo de construção de expressão eclética. A edificação possui dois pavimentos e foi construída próxima às margens dos trilhos da ferrovia, hoje inexistentes na cidade. A Morada dos Baís foi à princípio a

residência de Bernardo Franco Baís, um dos pioneiros responsáveis pela vinda dos construtores frentistas italianos. (Figura 52)



Figura 52 -. Morada dos Baís. Fonte: Observatório 2017.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo UFMS, 2017.

O Colégio Oswaldo Cruz, localizado na Avenida Noroeste, construído em 1920, foi projeto de Francesco Cetrara e também se encaixa nos moldes do estilo eclético. (Figura 53)



Figura 53 - Colégio Oswaldo Cruz.

Fonte: www.campograndenews.com.br/.

A Loja Maçônica foi outra construção dos moldes ecléticos, construída em 1922, de Emílio de Rose e está localizada na rua Calógeras. (Figura 54)



Figura 54 - Loja Maçônica, de 1922.

Fonte: Observatório 2017.

A antiga Agência do Banco do Brasil, de 1923, na Avenida Afonso Pena esquina com a rua Calógeras, atual Casa do Artesão, é um outro exemplo de construção eclética na capital de Mato Grosso do Sul. (Figura 55)



Figura 55 - Casa do Artesão, de 1923 .

Fonte: Observatório 2017.

Verifica-se uma característica marcante do Ecletismo em Campo Grande, o fato de não apresentar obras Ecléticas monumentais, ou palacetes, apenas exemplares de pequeno porte, tais como comércios, residências assobradadas e residências térreas de classe média.

2.3.2 Art Nouveau

O movimento Art Nouveau surgiu em reação às mudanças provocadas pela Segunda Revolução Industrial na Europa entre o no final do século XIX. Tem como característica a valorização do trabalho manual em oposição a industrialização, e também remeter a formas da natureza. Na arquitetura possuía muitos adornos, predominância de formas orgânicas e irregulares, utilizavam muitos mosaicos, madeira, metal, tanto o ambiente externo como o interno eram articulados unindo forma e função, e muitas vezes a própria estrutura também virava um elemento decorativo cheio de adornos.

No Brasil o Art Nouveau apareceu no século XX de maneira mais sutil do que na Europa e com as ornamentações mais equilibradas e sofreu adaptações a cultura local com temas que retratavam fauna e flora no país, a arquitetura não foi tão expressiva quanto as artes plásticas, muitos edifícios que não pertencem ao estilo apresentam pinturas do Art Nouveau nas paredes.

Em Campo Grande pouco se pode falar sobre o movimento, pois além de um número reduzido de edificações estas ainda apresentam características bem mais tímidas em relação ao estilo. Além disso, algumas das edificações foram descaracterizadas ao longo do tempo. (Figura 56)



Figura 56 - Casa de Eduardo Machado, na Rua XV de Novembro.

Fonte: Ângelo Marcos Arruda – Vitruvius

2.3.3 Art Déco

Art Decó foi um movimento artístico que se iniciou na Europa no início do século XX, mais especificamente em Paris, na Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas (em francês: *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*) de onde deriva o nome do movimento, tal estilo teve grande expressividade nas artes práticas, na moda, no cinema e na arquitetura. Esta última é geometrização das formas incorporando principalmente de formas lineares nas fachadas, com grande uso de ornamentação, também em muitos edifícios estão presentes o escalonamento e a quebra da simetria, apesar de esta não ser uma característica que defina o estilo.

No Brasil o Art Decó chegou alguns anos depois no final da década de 20 quando o país passava um período de forte nacionalismo, assim foram incorporados elementos geométricos relacionados com a cultura local nesse estilo arquitetônico, tais como formas inspiradas em cerâmicas indígenas. Esse movimento foi o predecessor do Modernismo e deixou de herança algumas características como a racionalização dos espaços em busca da funcionalidade. Sobre isso SEGAWA (op.cit. p. 116) citado por ARRUDA, 2002, p. 119 comenta:

Nos anos 30, conceitos como funcionalidade, eficiência e economia na arquitetura - termos próprios das equações racionalistas – tiveram firme aplicação em obras públicas... Na segunda metade dos anos 30, as arquiteturas “cúbicas” e Art Decó disseminavam-se em várias regiões do Brasil. Em duas revistas de arquitetura surgidas nesta época, Arquitetura e Urbanismo e Acrópole, havia uma convivência pacífica entre circunspectas obras tradicionalista, exóticas casas neocoloniais e geométricas construções modernizantes em suas ecléticas páginas, mas com leve predominância das linhas modernas.

Em Campo Grande o Art Decó chegou nos anos 30, quando chegaram alguns engenheiros nascidos no estado de Mato Grosso e que tinham estudo fora do estado em cidades como São Paulo. Segundo ARRUDA, em campo grande este estilo recebeu muitos elogios por parte da população por mudar a fisionomia da cidade trazendo as modernidades adotadas nos grandes centros. Uns dos primeiros a projetar edifícios neste estilo em Campo Grande foi Otávio Vasconcelos e o arquiteto que mais difundiu o Art Decó foi Frederico Urllass, sendo o primeiro de sua profissão a residir em Campo Grande. Outro projetista importante para o estilo foi Amélio de Carvalho Baís que era filho de Bernardo Franco Baís e Amélia Alexandrina de Carvalho Baís, Amélio foi o primeiro campo-grandense a ser formar em engenharia, dentre suas obras no período Art Decó estão: os edifícios Puxian, Edifícios São Miguel e o Edifício Seba, todos construídos da década de 40 e localizados na região central da cidade.



Figura 57 - Edifício São Miguel.

Fonte: Observatório 2017



Figura 58 - Edifício Seba.

Fonte: Observatório 2017



Figura 59 - Edifício Comercial, Rua 14 de Julho com a Rua Maracaju.

Fonte: Observatório 2017

Outras obras importantes desse movimento em Campo Grande foi o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, cuja obra atual foi edificada nos anos 30 através do engenheiro Joaquim Teodoro de Faria. O relógio da rua 14 de Julho, que foi demolido e reconstruído no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Calógeras, também se enquadra no estilo mesmo após a reconstrução, o relógio original foi construído na década de 30 e demolido nos anos 70. O Art Decó em Campo Grande teve grande número de exemplares das quais muitos ainda permanecem, no entanto, o movimento durou até meados da década de 50, quando começou a perder espaço para edificações ainda mais modernas que resultariam no início do Modernismo.

2.3.4 Modernismo

A Arquitetura Moderna pode ser considerada como o conjunto de escolas e movimentos arquitetônicos que marcaram a arquitetura produzida durante o século XX. Pode-se afirmar que não existe apenas uma ideologia modernista, porém várias correntes que juntas definem o movimento. O modernismo na arquitetura aconteceu em várias partes do mundo, como na BAHAUS na Alemanha, com Le Corbusier na França, Frank Lloyd Wright nos EUA e

posteriormente, com Niemeyer e Lucio Costa no Brasil. A característica mais marcante do movimento moderno, era a rejeição das correntes clássicas e antigas, desconsiderando a ideia de estilo e conseqüentemente o não uso de ornamentos. Também existia enorme preocupação com as ideias da industrialização e de que forma isso poderia se refletir na arquitetura. O modernismo foi seguido por inúmeros arquitetos com diferentes formas de pensar, entretanto a maioria deles acreditava na responsabilidade do arquiteto em construir o meio que vivemos de forma socialmente justa e correta. Seguindo essa linha de pensamento, é possível citar Mies Van der Rohe com “Menos é mais” e Louis Sullivan com “Forma segue função”.

Quando falamos em características do movimento podemos indicar a utilização de formas simples, geométricas, sem ornamentação, a valorização de materiais em sua essência como o concreto aparente. Também podemos dividir o movimento entre dois grupos: Os organicistas, guiados por Frank L. Wright, que acreditava que os edifícios precisavam ser concebidos a partir de seu meio, da função para a forma. E os funcionais representados por Le Corbusier que subordinavam a função à forma, porém, a forma sempre está em harmonia com a função.

O movimento moderno no Brasil, assumiu características próprias, aliadas aos conceitos das vanguardas artísticas europeias, que buscavam a criação ou reafirmação de uma identidade nacional. A arquitetura moderna no Brasil, se promove em um momento de turbulências políticas e sociais com a ditadura (estado novo) de Getúlio Vargas (1937). Tal governo desejava a modernização do país que teria que sair do status de país arcaico e antigo escravocrata, para um estado moderno e organizado, de forma que a arquitetura nacional deveria refletir esse novo momento. O projeto de modernização brasileira se iniciou nos anos trinta e durou até o final dos anos 70 quando acaba a ditadura militar.

O movimento moderno no Brasil não surgiu com o intuito de resolver problemas sociais, diferentemente da Europa. O modernismo vem como forma de reafirmar a identidade cultural brasileira e o contexto do momento. Como a Europa estava saindo da recessão pós Segunda Guerra Mundial, o mercado da construção civil estava estagnado, e eram poucas as oportunidades dos

arquitetos internacionais colocarem em prática todos os conceitos e partidos do movimento, sendo assim a demanda alta por construções estatais no estado novo abriu as portas para esses profissionais.

A primeira casa modernista no Brasil, foi projetada pelo russo Gregori Warchavchik, porém foram Lúcio Costa e Oscar Niemeyer que disseminaram os conceitos modernistas no país. Sem grande distanciamento das características do movimento moderno europeu, as obras modernas no país seguiam os princípios do racionalismo e funcionalismo, além de formas geométricas e simples, separação entre estrutura e vedação, uso de pilotis, panos de vidro, integração da arquitetura com o paisagismo, uso de artes e esculturas, e murais.

Le Corbusier, foi o arquiteto que mais influenciou o movimento moderno no Brasil, com suas ideias inovadoras e os cinco pontos da nova arquitetura. Deixou seu legado para Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Durantes os anos 40, o país passou por dificuldades econômicas, devido as consequências da Segunda Guerra Mundial, fator que contribuiu para a crise na construção civil, pois o Brasil dependia da importação de ferro e cimento. No final dessa década, começaram a ser construídos edifícios de relevância arquitetônica em Campo Grande. O processo de verticalização da cidade se deu em 1947, com o Edifício Olinda, e posteriormente com o Edifício Santa Elisa (Nacao). Esses dois primeiros edifícios, já apresentavam características modernistas como a utilização de planos frontais retos e aberturas que definiam a fachada.

A primeira obra modernista de Campo Grande, a atual Escola Maria Constança de Barros Machado, foi um projeto original do prestigiado arquiteto Oscar Niemeyer para uma escola em Corumbá, MS, replicado em Campo Grande. Na década de 50, Campo Grande ficou marcada pela atuação de diversos engenheiros formados no Rio de Janeiro e em São Paulo que trazem consigo as correntes do modernismo carioca e paulista. A primeira residência de arquitetura moderna em Campo Grande foi projetada por Israel Barros Correia, a casa do médico Koei Yamaki. O crescimento populacional e econômico na cidade de Campo Grande, exigiu novos modelos de edificações e técnicas, além de diferentes necessidades sociais que demandavam profissionais adeptos da

modernidade. Em 1964, a cidade tem seu primeiro arranha-céu, a Galeria São José.



Figura 60 - Primeira residência moderna em Campo Grande, na rua Barão do Rio Branco, 1455, Arquiteto Israel Barros Correia.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo UFMS, 2017.



Figura 61 - Antigo Albergue noturno, projetado em 1958 pelo Engenheiro Gabriel do Carmo Jabour.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo UFMS, 2017.

3. INVENTÁRIO

3.1 Delimitação da Área

A área delimitada para a produção do inventário se deu em função da definição da ZEIC (Zona Especial de Interesse Cultural) do centro de Campo Grande pelo Plano Diretor vigente. (Figura 62)

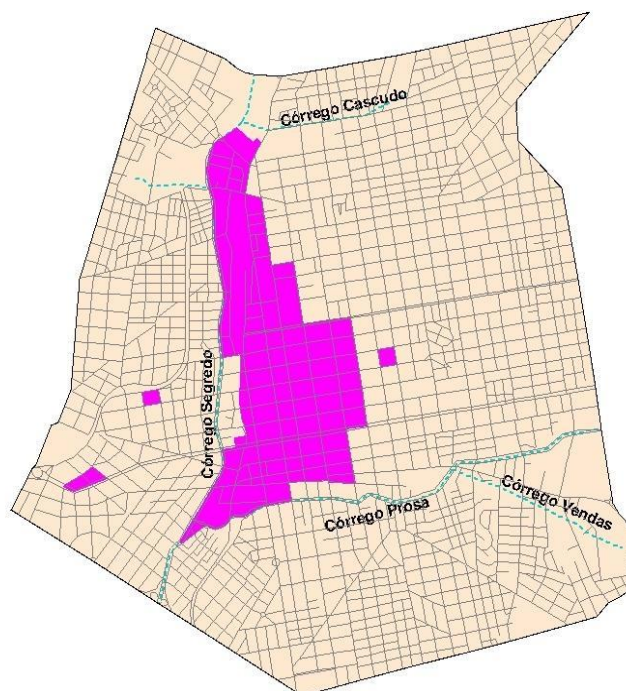


Figura 62 - Delimitação da ZEIC centro, área de produção do inventário.

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo UFMS, 2017.

Conforme o Plano Diretor de Campo Grande (Lei Complementar n. 94 de 06 de outubro de 2006), a ZEIC-01 é o polígono formado pela avenida Presidente Ernesto Geisel no limite norte da área da Missão Franciscana, seguindo por esta divisa até a rua 14 de Julho, rua 14 de Julho, rua Eça de Queiroz, rua 13 de Maio, rua Pernambuco, rua Rui Barbosa, avenida Mato Grosso, rua Padre João Crippa, avenida Afonso Pena, rua Pedro Celestino, rua Barão de Melgaço, rua 26 de Agosto, rua 14 de Julho, avenida Fernando Correa da Costa, rua Rosa Cruz, avenida Presidente Ernesto Geisel, avenida Afonso Pena, travessa Pimentel

(avenida Afonso Pena/rua Anhanduí), avenida Noroeste, rua Antônio Maria Coelho, cruzamento da rua Antônio Maria Coelho com avenida Presidente Ernesto Geisel. A ZEIC-02 é constituída pelo polígono formado pelo cruzamento da rua José Antônio com rua Maracaju; rua Maracaju, rua 13 de Junho, rua Marechal Rondon, cruzamento com a rua José Antônio. A ZEIC-C04 é um polígono formado pelo cruzamento da rua Sargento Cecílio Yule com rua Alexandre Farrah, rua Alexandre Farrah, avenida Afonso Pena, cruzamento com a rua Sargento Cecílio Yule. A ZEIC-C05 é um polígono formado pelo cruzamento da rua Perseverança com rua Saldanha Marinho, rua Saldanha Marinho, rua Marechal Rondon, rua General Osório, cruzamento com a rua Perseverança.

Entende-se que em muitas cidades, assim como em Campo Grande, a área urbana central passa por um processo de degradação ao passar do tempo, porém é nela que se encontra a maior parte da história cultural-arquitetônica da cidade, devendo ser levada em conta nos processos de requalificação e revitalização da cidade.

Os imóveis da área central de Campo Grande contam a história da sua evolução urbana, econômica, social, cultural, paisagística e arquitetônica da cidade. Eles possuem diferentes estilos arquitetônicos que mostram os diferentes tempos de construção que devem ser mantidos e conservados para as gerações futuras terem o conhecimento da história da cidade.

É sabido que faz-se necessário o inventário de diversos bens culturais que se encontram fora da ZEIC do centro para o entendimento mais amplo da história de Campo Grande. Por isso é sugerida a produção de tais posteriormente ao presente inventário.

3.2 Critérios para a identificação dos bens de interesse cultural no centro de Campo Grande

Após o estudo sobre a ocupação de Campo Grande, verificou-se que a tipologia de construção que deu início a Vila, taipa de mãe e madeira, já não é encontrada na cidade, apenas um exemplar que se trata do Museu José Antonio Pereira, localizado a 8 km do centro da cidade.

Com a chegada dos engenheiros, no início do século XX, as construções começaram a ganhar novos padrões e técnicas. Durante a primeira metade do século, a cidade ganhou diversos exemplares de estilos arquitetônicos que mostram os diferentes tempos de construção e a evolução urbana de Campo Grande, esses exemplares devem ser mantidos e conservados para as gerações futuras terem o conhecimento da história da cidade. São eles o Ecletismo, *Art Déco*, *Art Nouveau* e Modernismo.

Tomou-se então como critério para a identificação dos bens de interesse cultural (imóveis inventariados), aqueles imóveis que:

- Possuam características arquitetônicas das vertentes estilísticas analisadas (Ecletismo, *Art Déco*, *Art Nouveau* e Modernismo);
- E/ou tenha sido palco de fatos históricos relevantes para a cidade e sua ocupação.

3.3 Análise das listas de Bens de Interesse Cultural

Anteriormente ao presente trabalho, foram divulgadas quatro listas de bens de interesse cultural de Campo Grande/MS, a saber:

- Lei complementar 161 de 20 de julho de 2010;
- Levantamento dos edifícios históricos de Campo Grande para fins de solicitação de tombamento – Ângelo Arruda, 2013;
- Relatório de vistoria nº 116 DAEX/CORTEC- PGJ/2015 “Levantamento dos imóveis de relevância histórico-cultural localizados nas ZEIC’S’ do centro de Campo Grande, incluindo sua área de influência” de agosto de 2015;
- Lista disponível pela SECTUR, 2016.

Foi produzida uma planilha com a junção das quatro listas a fim de facilitar a identificação dos imóveis que se encontravam em uma ou mais listas de interesse. Esta planilha foi utilizada nos levantamentos de campo para garantir que todos os imóveis já citados como de interesse cultural fossem analisados.

Relação das Listas de Bens de Interesse Cultural:

Tabela 17 – Lista de Bens de Interesse Cultural.

Endereço	nº	Lei 161	Relatório nº 116	SECTUR	Angelo
Rua 14 de Julho	977			x	
Rua 14 de Julho	1033			x	
Rua 14 de Julho	1234			x	
Rua 14 de Julho	1301			x	
Rua 14 de Julho	1302			x	
Rua 14 de Julho	1320			x	
Rua 14 de Julho	1622			x	
Rua 14 de Julho	1628			x	
Rua 14 de Julho	1640			x	
Rua 14 de Julho	1648			x	
Rua 14 de Julho	1663			x	
Rua 14 de Julho	1667			x	
Rua 14 de Julho	1680			x	
Rua 14 de Julho	1681		x	x	x
Rua 14 de Julho	1704			x	
Rua 14 de Julho	1747		x		x
Rua 14 de Julho	1735	x	x		x
Rua 14 de Julho	1759			x	
Rua 14 de Julho	1817			x	
Rua 14 de Julho	1829		x		x
Rua 14 de Julho	1833	x	x		
Rua 14 de Julho	1845	x	x		x
Rua 14 de Julho	1909	x	x		
Rua 14 de Julho	1936	x	x		
Rua 14 de Julho	1944	x	x		
Rua 14 de Julho	1976	x	x		
Rua 14 de Julho	2008				x
Rua 14 de Julho	2014	x	x		x
Rua 14 de Julho	2119	x	x		
Rua 14 de Julho	2164	x	x		x
Rua 14 de Julho	2288				
Rua 14 de Julho	2311	x	x		x
Rua 14 de Julho	2351	x			x
Rua 14 de Julho	2357				x
Rua 14 de Julho	2361				x
Rua 14 de Julho	2369				
Rua 14 de Julho	2386			x	
Rua 14 de Julho	2391			x	
Rua 14 de Julho	2400			x	
Rua 14 de Julho	2419			x	
Rua 14 de Julho	2434			x	
Rua 14 de Julho	2438			x	
Rua 14 de Julho	2445			x	
Rua 14 de Julho	2451			x	
Rua 14 de Julho	2459		x		x
Rua 14 de Julho	2487			x	
Rua 14 de Julho	2499			x	

Rua 14 de Julho	2502		x	x	
Rua 14 de Julho	2505	x	x		
Rua 14 de Julho	2508			x	
Rua 14 de Julho	2526		x	x	
Rua 14 de Julho	2530			x	
Rua 14 de Julho	2536			x	
Rua 14 de Julho	2545			x	
Rua 14 de Julho	2553			x	
Rua 14 de Julho	2554				
Rua 14 de Julho	2561		x	x	
Rua 14 de Julho	2562		x		
Rua 14 de Julho	2603	x	x		
Rua 14 de Julho	2658			x	x
Rua 14 de Julho	2661		x	x	x
Rua 14 de Julho	2667			x	
Rua 14 de Julho	2668		x		
Rua 14 de Julho	2677		x		
Rua 14 de Julho	2687		x		
Rua 14 de Julho	2695		x		
Rua 14 de Julho	2678		x	x	
Rua 14 de Julho	2706			x	
Rua 14 de Julho	2787	x	x		x
Rua 14 de Julho	2797			x	
Rua 14 de Julho	2801			x	
Rua 14 de Julho	2827	x	x		
Rua 14 de Julho	2839	x	x		
Rua 14 de Julho	2841			x	
Rua 14 de Julho	2843			x	
Rua 14 de Julho	2847			x	
Rua 14 de Julho	2855			x	
Rua 14 de Julho	2871	x	x		
Rua 14 de Julho	2888				x
Rua 14 de Julho	2937			x	
Rua 14 de Julho	2947			x	
Rua 14 de Julho	2953			x	
Rua 14 de Julho	2956			x	
Rua 14 de Julho	2963			x	
Rua 14 de Julho	2978	x	x		x
Rua 14 de Julho	3013	x	x		x
Rua 14 de Julho	3033				
Rua 14 de Julho	3045				
Rua 14 de Julho	3139			x	
Rua 14 de Julho	3163			x	
Rua 14 de Julho	3169		x		x
Rua 14 de Julho	3650			x	
Rua 14 de Julho	3820			x	
Rua 14 de Julho	3832		x		
Rua 14 de Julho	4119			x	
Rua 14 de Julho	4163			x	
Rua 14 de Julho	4213	x	x		
Rua 13 de Maio	2078			x	
Rua 13 de Maio	2096			x	
Rua 13 de Maio	2151		x		x
Rua 13 de Maio	2152	x	x		

Rua 13 de Maio	2198			x	
Rua 13 de Maio	2286			x	
Rua 13 de Maio	2326			x	
Rua 13 de Maio	2334			x	
Rua 13 de Maio	2470			x	
Rua 13 de Maio	2476			x	
Rua 13 de Maio	2484			x	
Rua 13 de Maio	2489	x	x		
Rua 13 de Maio	2490			x	
Rua 13 de Maio	2499	x	x		x
Rua 13 de Maio	2537			x	
Rua 13 de Maio	2765			x	
Rua 13 de Maio	2773		x		
Rua 13 de Maio	2796		x	x	
Rua 13 de Maio	2798		x	x	
Rua 13 de Maio	2802		x	x	
Rua 13 de Maio	2806			x	
Rua 13 de Maio	2825	x	x		x
Rua 13 de Maio	2932			x	
Rua 13 de Maio	2941			x	
Rua 13 de Maio	2942			x	
Rua 13 de Maio	3027			x	
Rua 13 de Maio	3034			x	
Rua 13 de Maio	3040			x	
Rua 13 de Maio	3046			x	
Rua 13 de Maio	3050			x	
Rua 13 de Maio	3054			x	
Rua 13 de Maio	3072	x	x		
Rua 13 de Maio	3086			x	
Rua 13 de Maio	3095			x	
Rua 13 de Maio	3100				x
Rua 13 de Maio	3180	x	x	x	
Rua 13 de Maio	3198			x	
Rua 13 de Maio	3204	x	x	x	
Rua 13 de Maio	3250			x	
Rua 13 de Maio	3254			x	
Rua 13 de Maio	3258			x	
Rua 13 de Maio	3595			x	
Rua 13 de Maio	3623		x		
Rua 13 de Maio	3641		x	x	
Rua 13 de Maio	3651		x	x	
Rua 13 de Maio	3758			x	
Rua 13 de Maio	3766			x	
Rua 13 de Maio	3770			x	
Rua 13 de Maio	3843			x	
Rua 13 de Maio	3869		x	x	
Rua 13 de Maio	3803			x	
Rua 13 de Maio	3806		x		
Rua 13 de Maio	4026		x	x	
Rua 13 de Junho	1508			x	
Rua Dom Aquino	1005			x	
Rua Dom Aquino	1015			x	
Rua Dom Aquino	1102		x	x	
Rua Dom Aquino	1169			x	

Rua Dom Aquino	1236			x	
Rua Dom Aquino	1238			x	
Rua Dom Aquino	1262			x	
Rua Dom Aquino	1264			x	
Rua Dom Aquino	1285			x	
Rua Dom Aquino	1374	x	x		
Rua Dom Aquino	1378		x		x
Rua Dom Aquino	1457	x	x		
Rua Dom Aquino	1462		x		
Rua Dom Aquino	1474	x	x		
Rua Dom Aquino	1483	x	x		
Rua Dom Aquino	1603	x	x	x	
Rua Dom Aquino	1613				x
Rua Dom Aquino	1626		x	x	
Rua Dom Aquino	1682		x	x	
Rua Dom Aquino	1825	x	x	x	
Rua Dom Aquino	1879			x	
Rua Dom Aquino	2055				x
Rua Dom Aquino	2158			x	
Rua Dom Aquino	2056		x		
Rua Dom Aquino	2200			x	
Rua Dom Aquino	2242			x	
Rua Dom Aquino	2719			x	
Rua Pedro Celestino	878		x	x	
Rua Pedro Celestino	1074	x			
Rua Pedro Celestino	1079		x		
Rua Pedro Celestino	1289		x	x	
Rua Pedro Celestino	1385		x		
Rua Pedro Celestino	1387		x	x	
Rua Pedro Celestino	1446	x	x		x
Rua Pedro Celestino	1491	x	x		x
Rua Pedro Celestino	1553		x	x	
Rua Pedro Celestino	1561		x	x	
Rua Pedro Celestino	1571			x	
Rua Pedro Celestino	1717		x		
Rua Pedro Celestino	1816		x		
Rua Pedro Celestino	1822		x		
Rua Pedro Celestino	1824		x		
Rua Pedro Celestino	1844			x	
Rua Pedro Celestino	1850			x	
Rua Pedro Celestino	1980	x	x		x
Rua Pedro Celestino	2129			x	
Rua Pedro Celestino	2143			x	
Rua Pedro Celestino	2160			x	
Rua Pedro Celestino	2203			x	
Rua Pedro Celestino	4358			x	
Travessa Lydia Baís (igreja)	s/n				
Travessa Mario Pinto Peixoto (residência)	s/n				
Travessa José Bacha	8		x		x
Travessa José Bacha	61	x	x		
Travessa José Bacha	68	x	x		
Travessa José Bacha	137		x		
Avenida Calógeras	1675		x		
Avenida Calógeras	1727			x	

Avenida Calógeras	1731			x	x
Avenida Calógeras	1741	x	x		x
Avenida Calógeras	1813		x		
Avenida Calógeras	1853	x	x		
Avenida Calógeras	1881			x	
Avenida Calógeras	1883		x	x	
Avenida Calógeras	1891			x	
Avenida Calógeras	1900				x
Avenida Calógeras	1952		x		
Avenida Calógeras	2050		x		x
Avenida Calógeras	2114			x	
Avenida Calógeras	2163	x	x		x
Avenida Calógeras	2243			x	
Avenida Calógeras	2250			x	
Avenida Calógeras	2262		x		x
Avenida Calógeras	2283		x	x	
Avenida Calógeras	2309	x	x		x
Avenida Calógeras	2355			x	
Avenida Calógeras	2376	x	x		
Avenida Calógeras	2423			x	
Avenida Calógeras	2437	x	x		
Avenida Calógeras	2455			x	
Avenida Calógeras	2499	x	x	x	x
Avenida Calógeras	2521	x	x		
Avenida Calógeras	2563		x		
Avenida Calógeras	2585			x	
Avenida Calógeras	2586			x	
Avenida Calógeras	2599			x	
Avenida Calógeras	2563	x			x
Avenida Calógeras	2576	x	x		
Avenida Calógeras	2635		x		
Avenida Calógeras	2649		x		
Avenida Calógeras	2653/2657		x		
Avenida Calógeras	2661		x		
Avenida Calógeras	2676	x	x		
Avenida Calógeras	2786			x	
Avenida Calógeras	2669		x		x
Rua 15 de Novembro	29	x	x		
Rua 15 de Novembro	58			x	
Rua 15 de Novembro	92			x	
Rua 15 de Novembro	93			x	
Rua 15 de Novembro	95			x	
Rua 15 de Novembro	98		x	x	x
Rua 15 de Novembro	102		x	x	x
Rua 15 de Novembro	196			x	
Rua 15 de Novembro	201	x	x		x
Rua 15 de Novembro	204		x	x	
Rua 15 de Novembro	229			x	
Rua 15 de Novembro	230		x		
Rua 15 de Novembro	296		x	x	
Rua 15 de Novembro	315			x	
Rua 15 de Novembro	317			x	
Rua 15 de Novembro	263	x	x		

Rua 15 de Novembro	472	x	x		
Rua 15 de Novembro	521			x	
Rua 15 de Novembro	523			x	
Rua 15 de Novembro	527			x	
Rua 15 de Novembro	532	x	x		x
Rua 15 de Novembro	544	x	x		x
Rua 15 de Novembro	550		x		x
Rua 15 de Novembro	589			x	
Rua 15 de Novembro	597			x	
Rua 15 de Novembro	633			x	
Rua 15 de Novembro	650			x	
Rua 15 de Novembro	927			x	
Rua 15 de Novembro	992			x	
Rua 15 de Novembro	999			x	
Rua 15 de Novembro	1310			x	
Rua 15 de Novembro	1325			x	
Rua 15 de Novembro	1427			x	
Rua 15 de Novembro	1790			x	
Rua 26 de Agosto	s/n		x		
Rua 26 de Agosto	63		x		
Rua 26 de Agosto	74			x	
Rua 26 de Agosto	84			x	
Rua 26 de Agosto	90			x	
Rua 26 de Agosto	189		x		
Rua 26 de Agosto	347	x	x		x
Rua 26 de Agosto	426		x		
Rua 26 de Agosto	453	x	x		x
Rua 26 de Agosto	685		x	x	
Rua 26 de Agosto	695		x	x	
Rua 26 de Agosto	703		x	x	
Rua 26 de Agosto	1626			x	
Rua 26 de Agosto	1768			x	
Rua 26 de Agosto	1882			x	
Rua 26 de Agosto	2058			x	
Rua 7 de Setembro	25				x
Rua 7 de Setembro	105	x	x		x
Rua 7 de Setembro	125		x		x
Rua 7 de Setembro	139		x		x
Rua 7 de Setembro	209				x
Rua 7 de Setembro	283			x	
Rua 7 de Setembro	285		x		
Rua 7 de Setembro	448			x	
Rua 7 de Setembro	490			x	
Rua 7 de Setembro	492			x	
Rua 7 de Setembro	496			x	
Rua 7 de Setembro	505	x	x		x
Rua 7 de Setembro	511				x
Rua 7 de Setembro	515				x
Rua 7 de Setembro	506			x	
Rua 7 de Setembro	510			x	
Rua 7 de Setembro	514			x	
Rua 7 de Setembro	548			x	
Rua 7 de Setembro	552			x	
Rua 7 de Setembro	574				x

Rua 7 de Setembro	628			x	
Rua 7 de Setembro	633			x	
Rua 7 de Setembro	676	x	x		
Rua 7 de Setembro	704			x	
Rua 7 de Setembro	789			x	
Rua 7 de Setembro	841			x	
Rua 7 de Setembro	909			x	
Rua 7 de Setembro	913		x	x	
Rua 7 de Setembro	1042			x	
Rua 7 de Setembro	1054			x	
Rua 7 de Setembro	1245			x	
Rua 7 de Setembro	1611			x	
Rua 7 de Setembro	2249			x	
Avenida Euler de Azevedo	40		x		
Avenida Euler de Azevedo	5002			x	
Avenida Mato Grosso	2		x		x
Avenida Mato Grosso	30			x	
Avenida Mato Grosso	88			x	
Avenida Mato Grosso	101		x	x	
Avenida Mato Grosso	122		x		
Avenida Mato Grosso	135	x	x		
Avenida Mato Grosso	220				x
Avenida Mato Grosso	227	x	x		
Avenida Mato Grosso	246			x	
Avenida Mato Grosso	256			x	
Avenida Mato Grosso	390			x	
Avenida Mato Grosso	391	x	x		
Avenida Mato Grosso	470			x	
Avenida Mato Grosso	550			x	
Avenida Mato Grosso	629			x	
Avenida Mato Grosso	671		x		
Avenida Mato Grosso	678			x	
Avenida Mato Grosso	682			x	
Avenida Mato Grosso	686			x	
Avenida Mato Grosso	690		x	x	
Avenida Mato Grosso	727		x	x	
Avenida Mato Grosso	1194			x	x
Avenida Mato Grosso	1294			x	
Avenida Mato Grosso	1393			x	
Rua Antonio Maria Coelho	685			x	
Rua Antonio Maria Coelho	730			x	
Rua Antonio Maria Coelho	1056		x	x	
Rua Antonio Maria Coelho	1068			x	
Rua Antonio Maria Coelho	1119		x	x	
Rua Antonio Maria Coelho	1120		x		
Rua Antonio Maria Coelho	1128	x	x		
Rua Antonio Maria Coelho	1138			x	
Rua Antonio Maria Coelho	1143			x	
Rua Antonio Maria Coelho	1149			x	
Rua Antonio Maria Coelho	1260		x		x
Rua Antonio Maria Coelho	1266			x	
Rua Antonio Maria Coelho	1278			x	
Rua Antonio Maria Coelho	1322		x		
Rua Antonio Maria Coelho	1327	x	x		x

Rua Antonio Maria Coelho	1334	x	x		x
Rua Antonio Maria Coelho	1400	x	x		
Rua Antonio Maria Coelho	1427	x	x		
Rua Antonio Maria Coelho	1433		x		
Rua Antonio Maria Coelho	1436		x	x	
Rua Antonio Maria Coelho	1463			x	
Rua Antonio Maria Coelho	1471			x	
Rua Antonio Maria Coelho	1583		x	x	
Rua Antonio Maria Coelho	1668		x		
Rua Antonio Maria Coelho	1824			x	
Rua Antonio Maria Coelho	1908			x	
Rua Antonio Maria Coelho	2048			x	
Rua Antonio Maria Coelho	2088			x	
Rua Antonio Maria Coelho	2097			x	
Rua Antonio Maria Coelho	2240			x	
Avenida Afonso Pena	190			x	
Avenida Afonso Pena	275		x	x	
Avenida Afonso Pena	555			x	
Avenida Afonso Pena	573			x	
Avenida Afonso Pena	851			x	
Avenida Afonso Pena	911			x	
Avenida Afonso Pena	1031				x
Avenida Afonso Pena	1736	x			
Avenida Afonso Pena	1849				x
Avenida Afonso Pena	1967			x	
Avenida Afonso Pena	1975			x	
Avenida Afonso Pena	1979			x	
Avenida Afonso Pena	1985			x	
Avenida Afonso Pena	2404	x			
Avenida Afonso Pena	2043			x	
Avenida Afonso Pena	2051			x	
Avenida Afonso Pena	2215			x	
Avenida Afonso Pena	2223			x	
Avenida Afonso Pena	2237			x	
Avenida Afonso Pena	2270		x		
Avenida Afonso Pena	2356		x		
Avenida Afonso Pena	2362		x		
Avenida Afonso Pena	2648	x			
Avenida Afonso Pena	2956	x			
Avenida Afonso Pena	3020				x
Avenida Afonso Pena	3026			x	
Avenida Afonso Pena	4025			x	
Avenida Fernando Corrêa da Costa	599	x	x		x
Rua Barão de Melgaço	106	x	x		
Rua Barão de Melgaço	118	x	x		
Rua Barão de Melgaço	128			x	
Rua Barão de Melgaço	303			x	
Rua Barão de Melgaço	380			x	
Rua Laguna	107		x		
Avenida Noroeste	55			x	
Avenida Noroeste	59			x	
Avenida Noroeste	183	x			
Avenida Noroeste	3214	x	x		
Avenida Noroeste	5050			x	

Avenida Noroeste	5140		x		
Avenida Noroeste	5500		x		
Rua Joaquim Murtinho	79	x	x		
Rua Joaquim Murtinho	126		x		
Rua Joaquim Murtinho	300			x	
Rua Joaquim Murtinho	448			x	
Rua Joaquim Murtinho	467			x	x
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	70			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	100			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	116			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	184			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	451		x		
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	529			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	653			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	666			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	668			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	713			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	871			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	1116			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	1289			x	
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	1618				x
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	1685	x			
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	1945	x	x		
Rua Marechal Candido Mariano Rondon	2310			x	
Rua Matias de Albuquerque/Rua Lino Vilacha	1250				x
Rua Pernambuco	84	x	x		
Rua Pernambuco	137		x	x	
Rua Pernambuco	622			x	
Rua Rui Barbosa	1490	x			
Rua Rui Barbosa	2030			x	
Rua Rui Barbosa	2312			x	
Rua Rui Barbosa	2413			x	
Rua Rui Barbosa	2415			x	
Rua Rui Barbosa	2417			x	
Rua Rui Barbosa	2436			x	
Rua Rui Barbosa	2664/2678	x	x		
Rua Rui Barbosa	2895			x	
Rua Rui Barbosa	2905			x	
Rua Rui Barbosa	3021			x	
Rua Rui Barbosa	3040	x	x		
Rua Rui Barbosa	3198			x	
Rua Rui Barbosa	3572			x	
Rua Rui Barbosa	3674		x		
Rua Rui Barbosa	3845			x	
Rua Rui Barbosa	3865			x	
Rua Rui Barbosa	3924			x	
Rua Rui Barbosa	4125			x	
Rua Rui Barbosa	4127			x	
Rua Rui Barbosa	4441			x	
Rua Rui Barbosa	4451			x	
Rua Rui Barbosa	4457			x	
Rua Rui Barbosa	4585			x	

Rua Maracaju	136	x	x		
Rua Maracaju	145			x	
Rua Maracaju	151			x	
Rua Maracaju	154			x	
Rua Maracaju	155			x	
Rua Maracaju	177	x	x		
Rua Maracaju	188		x	x	
Rua Maracaju	205			x	
Rua Maracaju	209			x	
Rua Maracaju	244	x	x		x
Rua Maracaju	250	x	x		
Rua Maracaju	272	x	x		
Rua Maracaju	317			x	
Rua Maracaju	325	x	x		
Rua Maracaju	378			x	
Rua Maracaju	400	x	x		x
Rua Maracaju	542			x	
Rua Maracaju	683			x	
Rua Maracaju	725			x	
Rua Maracaju	759			x	
Rua Maracaju	773	x	x		
Rua Maracaju	877			x	
Rua Maracaju	878		x	x	x
Rua Maracaju	907			x	
Rua Maracaju	958			x	
Rua Maracaju	967			x	
Rua Maracaju	977		x		
Rua Maracaju	1005			x	
Rua Maracaju	3158	x			
Rua Dr. Temístocles	83	x			x
Rua Dr. Temístocles	93	x	x		x
Rua Barão do Rio Branco	689			x	
Rua Barão do Rio Branco	749			x	
Rua Barão do Rio Branco	990			x	
Rua Barão do Rio Branco	1067			x	
Rua Barão do Rio Branco	1131	x	x		
Rua Barão do Rio Branco	1135	x	x		x
Rua Barão do Rio Branco	1136			x	
Rua Barão do Rio Branco	1137	x	x		
Rua Barão do Rio Branco	1148			x	
Rua Barão do Rio Branco	1223	x	x		
Rua Barão do Rio Branco	1256		x		
Rua Barão do Rio Branco	1300			x	
Rua Barão do Rio Branco	1308			x	
Rua Barão do Rio Branco	1347	x	x		
Rua Barão do Rio Branco	1348	x	x		
Rua Barão do Rio Branco	1406	x	x		x
Rua Barão do Rio Branco	1431		x	x	x
Rua Barão do Rio Branco	1455	x	x		x
Rua Barão do Rio Branco	1490		x		
Rua Barão do Rio Branco	1538	x	x		
Rua Barão do Rio Branco	1550	x	x		x
Rua Barão do Rio Branco	1581			x	
Rua Barão do Rio Branco	1606		x		

Rua Barão do Rio Branco	1607			x	
Rua Barão do Rio Branco	1612/1618		x		
Rua Barão do Rio Branco	1624/1630		x		
Rua Barão do Rio Branco	1636/1642		x		
Rua Barão do Rio Branco	1648/1654		x		
Rua Barão do Rio Branco	1660/1668		x		
Rua Barão do Rio Branco	1671			x	
Rua Barão do Rio Branco	1994			x	
Rua Barão do Rio Branco	2005			x	
Rua General Melo	194		x		
Rua General Melo	203		x		
Rua General Melo	204		x		
Travessa Eça de Queiroz	215		x		
Travessa Cel Edgard Gomes	75			x	
Travessa Pimentel	33		x		
Travessa Pimentel	45		x		
Travessa Pimentel	59		x		
Travessa Pimentel	63		x		
Travessa Pimentel	65		x		
Travessa Pimentel (imóvel 23 da lista Daex)	s/n		x		
Travessa Pimentel	80		x		
Travessa Pimentel	124		x		
Travessa Pimentel	130		x		
Travessa Pimentel	183		x		
Travessa Pimentel	184		x		
Travessa Pimentel	220		x		
Rua Joel Dibo	197		x		
Rua Pepe Simioli	78		x		
Rua Pepe Simioli	171/173		x		
Rua Pepe Simioli	181/183		x		
Rua Visconde de Taunay	203			x	
Rua Vasconcelos Fernandes	482			x	
Rua Vasconcelos Fernandes	629			x	
Rua Vasconcelos Fernandes	659			x	
Rua Vasconcelos Fernandes	664			x	
Rua Vasconcelos Fernandes	671			x	
Rua Vasconcelos Fernandes	683			x	
Rua Vasconcelos Fernandes	693			x	
Rua Vasconcelos Fernandes	703			x	
Rua Silvio de Andrade	212			x	
Rua São Paulo	269			x	
Rua Saldanha da Gama	202			x	
Rua Saldanha da Gama	592			x	
Rua Saldanha da Gama	754			x	
Avenida Cônsul Assaf Trad	2015			x	
Rua Praça Cuiabá	37			x	
Rua Praça Cuiabá	75			x	
Rua Praça Cuiabá	83			x	
Rua Paraíba	1622			x	
Rua Padre João Crippa	328			x	

Rua Padre João Crippa	1105			x	
Rua Padre João Crippa	1280		x		
Rua Padre João Crippa	1738		x		
Rua Padre João Crippa	1739			x	
Rua Padre João Crippa	2028			x	
Rua Nicolau Fragelli	71			x	
Rua Nicolau Fragelli	91			x	
Rua Nicolau Fragelli	122			x	
Rua Nicolau Fragelli	211			x	
Rua Miguel Couto	94			x	
Rua Miguel Couto	152			x	
Rua José Antônio	280			x	
Rua José Antônio	379			x	
Rua José Antônio	1086			x	
Rua José Antônio	1416		x		
Rua José Antônio	1653			x	
Rua José Antônio	1812			x	
Rua José Antônio	2063			x	
Rua José Antônio	2195			x	
Rua Gal. Melo	82			x	
Rua Gal. Melo	83			x	
Rua Gal. Melo	91			x	
Rua Gal. Melo	92			x	
Rua Gal. Melo	99			x	
Rua Gal. Melo	152			x	
Rua Gal. Melo	158			x	
Rua Gal. Melo	164			x	
Rua Gal. Melo	185			x	
Rua Gal. Melo	188			x	
Rua Gal. Melo	194		x	x	
Rua Gal. Melo	203				
Rua Gal. Melo	204		x	x	
Rua Eduardo Santos Pereira	11			x	
Rua Eduardo Santos Pereira	53			x	
Rua Eduardo Santos Pereira	95			x	
Rua Eduardo Santos Pereira	149			x	
Rua Eduardo Santos Pereira	285			x	
Rua Eduardo Santos Pereira	683			x	
Rua Eduardo Santos Pereira	797			x	
Rua Eduardo Santos Pereira	873			x	
Rua Dr. Arthur Jorge	1762			x	
Rua Dr. Arthur Jorge	2275			x	
Rua Dr. Arthur Jorge	2325			x	
Rua Dr. Arlindo de Andrade	91			x	
Rua Dr. Arlindo de Andrade	140			x	
Rua dos Pinheiros	71			x	
Rua do Seminário	2000			x	
Rua das Garças	34			x	
Rua das Garças	39			x	
Rua das Garças	53			x	
Rua das Garças	874			x	
Rua da Imprensa	191			x	
Rua da Imprensa	272			x	
Rua da Imprensa	301			x	

Rua da Esperança	34			x	
Rua da Esperança	132			x	
Rua Conde de Porto Alegre	192			x	
Rua Conde de Porto Alegre	207			x	
Rua Conde de Porto Alegre	217			x	
Rua Clodoaldo Huguenei Sobrinho	260			x	
Rua Clemente Pereira	151			x	
Rua Calarge	252			x	
Rua Calarge	466			x	
Rua Calarge	503			x	
Rua Calarge	507			x	
Rua Brasil	177			x	
Rua Brasil	844			x	
Rua Brasil	864			x	
Rua Assis Chateaubriand	165			x	
Rua Antônio Carlos Martins	167			x	
Rua Ana América	144			x	
Rua Ana América	152			x	
Rua Amazonas	44			x	
Rua Amazonas	64			x	
Rua Amazonas	89			x	
Rua Amazonas	95			x	
Rua Amazonas	103			x	
Rua 25 de Dezembro	1597			x	
Rua 25 de Dezembro	2170			x	
Rua 24 de Outubro	222			x	
Rua 24 de Outubro	333			x	
Rua 24 de Outubro	395			x	

Fonte: Observatório de Arquitetura e Urbanismo UFMS, 2017.

3.4 Ficha de Inventário

A ficha de inventário é um instrumento utilizado para registrar os dados do bem a ser inventariado, ela começa a ser preenchida no levantamento de campo e é aprimorada posteriormente com dados complementares que necessitam de pesquisa, como os registros históricos. Para o presente trabalho foi produzida uma ficha composta por duas partes: uma a localização e outra a identificação/descrição. Cada parte será descrito a baixo, com todos os itens que as compõe:

Localização

Contém informações necessárias para a perfeita localização do imóvel. Pretende-se apurar o máximo de informações para facilitar a localização, sendo que alguns dados são alterados com o tempo. Serão informados:

Endereço: logradouro e número de porta identificados em campo;

Coordenadas: identificadas em campo através do aplicativo Avenza contido no Smartphone da equipe de levantamento;

Quadra/Lote: número da quadra e do lote onde o imóvel se localiza dentro do loteamento;

Inscrição: inscrição municipal do imóvel para a identificação dentro dos órgãos municipais competentes;

Identificação/Descrição

Contém informações sobre a identidade do imóvel na cidade e as descrições necessárias para o entendimento histórico arquitetônico do mesmo. Serão informados:

Denominação: nome fantasia do local (exemplo: Lojas João e Maria, Igreja Católica João e Maria), quando houver;

Proprietário: nome do proprietário, responsável legal pelo imóvel;

Autor do Projeto: identificação do autor do projeto original do prédio através de dados históricos, quando houver;

Época de Construção: ano ou década em que o edifício foi construído, identificado através de dados históricos ou registros na fachada, quando houver;

Estilo Arquitetônico: identificação do estilo arquitetônico em que o edifício se enquadra, através de análises das características arquitetônicas feitas em campo e com registro fotográfico;

Uso Original/Atual: identificação do uso original que era exercido no edifício logo após sua construção através de dados históricos, quando houver, e o uso atual identificado em campo;

Sistema Construtivo: identificação do sistema construtivo do imóvel (exemplo: alvenaria, madeira, concreto armado);

Proteção Legal: identifica se o imóvel é ou não tombado, e se sim, descreve o nível de tombamento (municipal, estadual ou federal);

Bem de Interesse Histórico-Cultural: identifica se o imóvel foi citado como “bem de interesse” por uma ou mais das listas analisadas no presente trabalho;

Restaurações: identifica se houve ou não restaurações, e descreve algumas informações complementares a respeito;

Intervenções: identifica e descreve eventuais intervenções no edifício, identificadas em campo e por registro fotográfico (demolição, ampliação, reforma);

Estado de Conservação: descrição do estado de conservação do edifício em relação ao seu projeto original, o quanto o edifício mantém suas características originais;

Estado e Preservação: descrição do estado de preservação do edifício em relação à manutenção, o estado em que o edifício se encontra para a continuidade do seu funcionamento;

Descrições Arquitetônicas: descrição dos detalhes arquitetônicos particulares do edifício, aqui será descrito também as principais características que fazem com que o edifício se enquadre no estilo arquitetônico identificado;

Dados Históricos: levantamento de dados históricos por meio de livros, publicações e/ou depoimentos;

Imagens: fotos registradas em campo e registros históricos, quando houver.

Ficha de Inventário utilizada:

3.5 Levantamento de Campo

Os levantamentos de campo foram realizados em equipes de 2 (dois) ou mais integrantes, um fazendo o levantamento fotográfico e georeferenciamento no aplicativo Livre “Avenza”, através dos SmartPhones, e outro acompanhando as listas de Bens de Interesse Cultural e preenchendo a Ficha de Inventário.

As equipes se revezavam para o levantamento de campo, fazendo um caminho do início ao fim de cada rua dentro do perímetro delimitado da ZEIC-centro. Foram feitos 14 (quatorze) levantamentos de campo, sendo levantados cerca de 25 (vinte e cinco) imóveis cada um, variando de acordo com a dificuldade de acesso e identificação dos imóveis.

Após os levantamentos de campo, a equipe passou os dados para uma Ficha de Inventário digitalizada, podendo fazer pesquisas complementares sobre cada imóvel, como histórico, uso original, possíveis restaurações e outras informações para o preenchimento completo da Ficha de Inventário e que não foram possíveis verificar no local.

Verificou-se que os imóveis contidos nas Listas de Bens de Interesse Cultural eram menores em quantidade de edificações únicas a serem inventariadas, isso pois os endereços foram relatados de acordo com as numerações. Portanto, um imóvel que possui várias numerações/portas em uma única edificação se condensava em uma única Ficha de Inventário. Por exemplo, uma edificação na tipologia de sobrado que no térreo é uma loja e o pavimento superior é um escritório, cada um com um número de porta, se concentram na mesma ficha de inventário, por se tratar de uma mesma edificação.

Além disso, foram verificados imóveis não contemplados nas Listas de Bens de Interesse Cultural, mas que se enquadram nos critérios para que entrassem no inventário, esses imóveis foram adicionados. Em resumo:

	Geral	Com junção de endereços dentro do mesmo edifício
Endereços nas Listas de Bens de Interesse Cultural dentro da ZEIC-Centro	436	380
Novos Imóveis Encontrados		29

3.6 Reuniões Técnicas

Durante todo o desenvolver do trabalho houveram reuniões técnicas com a presença da equipe do Observatório-UFMS, SECTUR e PLANURB. Nas reuniões foram discutidos em conjunto temas como a metodologia de levantamento de campo, contando com o apoio de profissionais da PLANURB para capacitação da equipe do Observatório, além dos critérios de identificação dos Bens de Interesse Cultural e Educação Patrimonial.

Após os levantamentos de campo, houveram reuniões semanais onde toda a equipe discutiu os imóveis levantados, um por um, abordando as características estilísticas e o contexto histórico cultural de cada um. Nesse momento foram identificados imóveis que não possuíam os critérios utilizados para que fossem inventariados.

Durante as reuniões a metodologia foi alterada, no início os imóveis estavam sendo divididos em duas categorias: Bens Passíveis de Preservação e Bens para Registro de Memória, a diferença entre eles é que os Bens para Registro de Memória seriam aqueles que possuem vários exemplares da mesma tipologia ao longo da cidade, enquanto os Bens Passíveis de Preservação imóveis com características únicas e/ou mais conservado em relação aos demais. Entendeu-se que a metodologia não funcionava para o inventário, pois se trata de um instrumento de identificação do patrimônio completo, e todos os imóveis

analisados e que se enquadrassem nos critérios de identificação teriam o mesmo tratamento, sendo todos Bens Passíveis de Preservação.

Utilização de Cores

No lugar da delicadeza dos tons terrosos da pintura à base de cal, os centros históricos passaram a incorporar tons carregados e saturados, típicos dos pigmentos sintéticos, que transferem às superfícies os valores cromáticos dos materiais industriais (GASPAROLI, 2002). As cores de casarios históricos estão hoje em duas situações, uma de homogeneização das cores das fachadas e outra de um deslocamento de cores em função da historicidade do patrimônio arquitetônico. As cores-pigmentos (cores de refletância ou cores tintas) indecomponíveis (vermelho, azul e amarelo) e as cores-pigmentos secundárias originadas de composição par a par (laranja, verde e violeta) (PEDROSA, 2009) são utilizadas nas fachadas de moradias e comércios sem a menor cerimônia e em casarios um pouco mais afastados dos chamarizes históricos/ turísticos da cidade que se prestam a ser vitrines. São duas diferentes situações, cores claras dos centros históricos seriam uma imposição? E as cores fortes das vitrines, um apelo visual?

Os comércios tendem a chamar atenção como podem e usam tintas a óleo brilhante, não representativa e nem adequada para a pintura de arquitetura histórica ressaltando-nos a falta de educação patrimonial e a fraca atuação de arquitetos. “A cor formula várias estéticas, não somente a da paleta do artista, mas uma paleta que abarca um modo de expressão, de comunicação de um estrato social”. Qualquer nova pintura aplicada numa fachada histórica, mesmo que consista numa tentativa de repor uma cor da histórica do edifício, será sempre uma intervenção contemporânea, decidida pela autoconsciência de si mesma e pelas formas de interpretação da história que marcam cada época (AGUIAR, 1999).

Acrescenta-se que qualquer que seja o critério escolhido, a cor das superfícies arquitetônicas e históricas deve ser interpretada dentro do contexto evolutivo da paisagem urbana. A escolha pela retomada das cores originais dos

edifícios, por exemplo, nem sempre leva em consideração que eles podem nunca ter convivido numa mesma época. No mais, a configuração da área envoltória pode ter se alterado ao longo do tempo, de tal forma, que o uso das cores originais seja prejudicial para a apreciação do conjunto.

O termo Paisagem Urbana é um conceito que exprime a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano. (CULLEN, 1983). Contempla a sensação visual do ambiente urbano com suas edificações em diferentes estilos, texturas e cores que caracterizam a malha urbana.

“É certo que os revestimentos e a cor imitavam materiais nobres e arquiteturas mais ricas em formas, mas faziam-no protegendo os edifícios ao mesmo tempo em que garantiam o respeito pela linguagem e pela gramática da arquitetura, sublinhando o primado da ordem, marcando o claro e o escuro, realçando o cheio e o vazio, potenciando a capacidade comunicacional das formas projetadas”. (AGUIAR, 2002, p.02).

Para Mascarello (1982, p.98): “De um modo geral as paredes no período colonial eram caiadas de branco. Esta caição fazia-se com o cal de mariscos, de pedra ou de tabatinga” [...] e, “No período neoclássico as cores empregadas nas paredes eram bem suaves e claras: rosa, amarelo, ocre, etc.” Para as paredes, recomendamos pintura à base da cal, que resulta em cores melhores. Caso não deseje utilizar a cal, o morador deverá utilizar tinta à base de látex, fosca, nas paredes. (SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO IPHAN/SE, 2011).

A concepção do objeto arquitetônico o edifício é projetado juntamente com a cor ou sua ausência. Como demonstra (Aguar, 2003) “a cor de uma arquitetura será sempre a cor dos materiais utilizados na sua construção quando iluminados por uma fonte de luz, ou seja, das soluções com que se materializam as superfícies exprimindo intenções estético-arquitetônicas”.

Segundo Fonseca e Naoumova (2009), existem pelo menos cinco maneiras principais de tratar um projeto de restauro cromático. São elas: a reconstituição da cor original, a manutenção da cor existente, a adaptação da coloração à cor dominante do contexto histórico, a reconstrução da cor de uma

outra camada sobreposta e a adaptação da cor à predominância estética ou ao período histórico mais significativo do edifício.

Proprietários, moradores e usuários de edifícios considerados bens culturais com orientações para sua preservação, que considera que as cores originais das fachadas devem ser mantidas, recomendando o uso de tintas à base de cal e silicatos, e tinta a óleo e esmalte para esquadrias e metais. Para as edificações com acabamento em cirex não é indicada a pintura do revestimento, pois altera de maneira irreversível suas propriedades, características da arquitetura protomodernista.

Nas edificações com influências do protomodernismo, que foi um período de transição entre o estilo eclético e o moderno, se utilizavam cores mais neutras e discretas como bege ou cinza, se assemelhando com os novos materiais que estavam sendo utilizados. Nessa época se utilizava bastante a argamassa sem proteção, também chamado de cirex, cimento aparente ou cimento penteado. As fachadas eram pintadas somente com uma cor sem diferenciar os ornamentos das paredes. As esquadrias eram geralmente pintadas de cinza ou marrom. (NAOUMOVA, 2009)

Dentre os procedimentos utilizados por profissionais para a escolha de cores a serem utilizadas em edifícios históricos, nota-se a predominância daqueles que se baseiam na comparação visual entre uma amostra de cor - representada pela própria fachada, por pedaços de reboco ou amostras coletadas e uma referência conhecida, no caso, os catálogos de tintas.

Cientificamente, quando se trata de especificar a cor de amostras por comparação visual, buscando similaridades entre elas, o método é chamado de *colour matching*. É um procedimento usado para decidir se duas cores diferem perceptivamente ou não, determinando se são idênticas e não distinguíveis em seus três atributos ou pode-se focar em apenas um deles, julgando, por exemplo, se a matiz ou se a saturação são as mesmas (URLAND, 1999).

Verifica-se que as tintas plásticas, acrílicas ou de PVA, encontradas hoje em dia no mercado, funcionam de forma inadequada sobre paredes de edifícios antigos. Devido à sua composição química, quando aplicadas formam um filme, que tem uma ação impermeabilizante nas paredes, alterando o seu

comportamento global à água. Estas tintas apresentam também, em geral, uma aderência deficiente às superfícies frágeis e muitas vezes com baixa coesão superficial dos rebocos de cal, sejam eles antigos ou de substituição. Assim, surgem facilmente vários tipos de degradação na camada pictórica, tais como, empolamento, fissuração e destacamento.

O estilo colonial português se caracterizava pelo uso do contraste nas cores do branco das paredes com o colorido das esquadrias. Com o passar do tempo, ao longo do século XIX, houve então um desprezo no Brasil pelas casas brancas caiadas que eram consideradas “casa caiadas de pobres”, contrapondo então com as casas coloridas “dos ricos”. (NAOUMOVA, 2009, p.68 e 69)

O estilo eclético, que se caracteriza pelo edifício com estilos de diferentes influências, em geral era utilizado cores contrastantes entre a parede de fundo e os ornamentos e detalhes, que eram em tons mais claros ou brancos. Em alguns casos o térreo era pintado com uma coloração mais escura. Também se utilizavam da cor para imitar materiais mais nobres, geralmente no interior das edificações.

Art Nouveau possuem a pintura semelhante a das edificações ecléticas, com ornamento mais claro que a parede de fundo nas cores amarelo e verde. Outra sugestão é ornamentos mais escuros que a parede de fundo, nas cores laranja e marrom claro ou a mesma cor para paredes e ornamentos na cor bege.

Art Déco, revestimento em cirex a sugestão é mesma cor para revestimento e ornamentos ou ornamentos mais escuros que a parede de fundo. Técnica que possui vestígios em todo o Brasil, principalmente do período Art Déco, são os rebocos coloridos empregados em superfícies externas. Em geral eram rebocos cimentícios, cuja coloração era dada pela adição do pó-de-pedra embora, em muitos casos, tenha sido também usado pigmentos. Anterior aos rebocos cimentícios, são os rebocos coloridos à base de cal, cujos pigmentos de origem mineral, adicionados à argamassa, formavam um composto único durante o processo de endurecimento, resultando em cores mais saturadas a respeito daquelas obtidas com a pintura a cal.

As edificações modernistas utilizam cores mais sóbrias como bege e marrom, revestimento de reboco tingido de bege e rosa ou reboco com pintura e

revestimento sem proteção (cirex). Os prédios com revestimento em cirex causam a impressão do centro da cidade ser bastante acinzentado.

Contudo, recomenda-se uma análise das cores utilizadas na edificação em diferentes épocas através de técnica de prospecção pictórica. A prospecção pictórica consiste em retirar cuidadosamente camada por camada de tinta sobrepostas ao longo dos anos de amostras analisadas, registrando todas as cores identificadas. Esses pontos de prospecção devem ser escolhidos preferencialmente em locais protegidos de intempéries e vandalismo, pois assim possuem mais camadas de tinta preservadas.

Educação Patrimonial

Toda forma de construção, investigação e compartilhamento do conhecimento são ações educacionais. Quando isso é feito com algo que seja relacionado ao patrimônio cultural, então se trata de Educação Patrimonial. Segundo o IPHAN:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

A Educação Patrimonial busca um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização do Patrimônio como sua herança cultural, além da capacitação para um melhor usufruto destes bens, proporcionando a conscientização como um fator indispensável para a preservação do Patrimônio Cultural e do fortalecimento da identidade de uma cultura.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens. (HORTA, 1999)

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. Cabe aos órgãos competentes produzirem um projeto de Educação Patrimonial que atenda tanto a sociedade como o Patrimônio de forma conjunta.

No caso do presente inventário, recomenda-se a produção de um projeto de Educação Patrimonial para o reconhecimento dos Bens de Interesse Cultural Arquitetônico do Centro de Campo Grande, devendo fazer o estudo do público alvo a ser alcançado, e contendo toda a metodologia para que a sociedade faça a completa apropriação e valorização do Patrimônio Cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR 9050 – 2015 – NORMA ACESSIBILIDADE. Instituto Municipal de Planejamento Urbano - PLANURB - Perfil Socioeconômico de Campo Grande/Instituto Municipal de Planejamento Urbano - PLANURB. 23. ed. rev. Campo Grande, 2016.

ABREU, Regina; CHAGAS, M. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Pioneiros da Arquitetura e da Construção de Campo Grande. Ed. Uniderp 2002.

ARRUDA, A. M. V. O parcelamento do solo urbano em Campo Grande: visão crítica e roteiro legal. Campo Grande: UNIDERP, 1997.

ALVES, Gilberto Luiz. **A trajetória histórica do grande comerciante dos portos em Corumbá (1857-1929)** – a propósito das determinações econômicas do casario do porto. In: CASARIO do porto de Corumbá. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 1985

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Pioneiros da Arquitetura e da Construção de Campo Grande**. Ed. Uniderp 2002;

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **História da Arquitetura de Mato Grosso do Sul – Origens e Trajetórias**. Campo Grande, 2009.

AGUIAR, José. **Planear e Projectar a Conservação da Cor na Cidade Histórica: experiências havidas e problemas que subsistem**. Comunicação ao III Encore, Lisboa, 2003.

AGUIAR, José. **Estudos Cromáticos nas Intervenções de Conservação em Centros Históricos: bases para a sua aplicação à realidade portuguesa**. 754 f. Tese de Doutorado -Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Universidade de Évora, Évora, 1999.

ALVES, Ana Claudia. O patrimônio cultural brasileiro: novos instrumentos de preservação. Brasília: MinC: IPHAN:DID, 2002. Memorando 151.

ARANTES, Antônio Augusto. "Patrimônio imaterial e referências culturais". In.: __Tempo Brasileiro: Patrimônio Imaterial, Out-Dez, nº 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001. CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico e Cultural. 2ª Ed. São Paulo: Aleph: 2002.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BIASE, Alessia de. Ficções Arquitetônicas para a Construção da Identidade. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 7, nº 16, p. 173-188, Dezembro de 2001.

BOURDIEU, Pierre. Os ritos de instituição in BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas. Trad.: Sergio Miceli. 2º ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. 8. ed. São Paulo: Perspeciva, 2015.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad.: Fernando Tomaz (português de Portugal). 16. ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2012.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

_____. Lei nº 11.445/2007 - Política Nacional de Saneamento Básico.

_____. Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente.

_____. DECRETO N. 4.297, DE 10 DE JULHO DE 2002. - Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE.

_____. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. - Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

_____. Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937.

_____. Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural, 1972.

_____. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

_____. Constituição Federal, de 1934

_____. Constituição Federal, de 1988

BEZERRA, Ana Luísa Furquim; NAPPI, Sérgio Castelo Branco. **As cores das fachadas de edificações históricas pintadas a cal**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 5 no 1 – 2012.

BARROS, José D' Assunção. O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. 4.ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

CAMPO GRANDE. Lei Complementar 5/95, de 22 de novembro de 1995. Institui o Plano Diretor de Campo Grande/MS.

_____. Lei Complementar n. 94, de 6 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor de Campo Grande/MS.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Carta Geotécnica de Campo Grande, 1991. Campo Grande, MS, Brasil.

_____. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Carta de drenagem de Campo Grande, 1996. Campo Grande, MS, Brasil.

_____, MS, BRASIL. Lei Complementar n. 74 de 06 de setembro de 2005. DISPÕE SOBRE O ORDENAMENTO DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

_____, MS, BRASIL. DECRETO n. 12.680, DE 9 DE JULHO DE 2015. Aprova O Plano Diretor De Drenagem Urbana Do Município De Campo Grande - MS.

_____. PLANO DIRETOR DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA (PDTMU) DE CAMPO GRANDE-MS.

CASTILHO, Maria Augusta; SANTOS, Maria Chistina de Lima Félix. **Catálogo Patrimônio histórico e cultural de MS** - Campo Grande, MS: Life Editora, 2016;

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. **Patrimônio imaterial no Brasil** / Maria Laura Viveiros de Castro e Maria Cecília Londres Fonseca. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. 199 p.

CORRÊA, Valmir Batista. **História e violência cotidiana de um “povo armado”**. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/5835/4186>, acessado em, 28 de maio de 2017.

CZAJKAWSKI, Jorge (Org.). **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro**. Secretaria Municipal de Urbanismo. Editora Casa da Palavra, 2000.

CORREIA, T.B. Art Decó e indústria – Brasil, décadas de 1930 e 1940. São Paulo. 2008

CANANI, Aline Sapienzinskas Krás Borges. Herança Sacralidade e Poder: Sobre as Diferentes Categorias do Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n.23 P.163-175: 2005.

CARVALHO, Luciana. “Inventando saberes, criando patrimônio”. In.:__ Textos escolhidos de cultura e artes populares. Semana da Cultura Popular 2004. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado, 4ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Topoi .Rio de Janeiro; v. 4, n.7, jul.-dez.2003, p. 313-333.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). Patrimônio imaterial e biodiversidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 32, 2005.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e Identidade Territorial. In Sociedade & Natureza. Uberlândia nº22 p.165-180, 2010.

CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. Pesquisa Social e Fontes Orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo.

Revista Perspectivas Sociais, ano 1, n.1, p.125-135, Pelotas: UFPEL, Ano 1, N. 1, p. 125-135, março/2011

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local? In Revista História Unisinos. Vol. 8 nº 10 JUL/DEZ 157-17 2004.

DECRETO n. 12.254, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013. APROVA O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CAMPO GRANDE.

_____. DECRETO n. 12.680, DE 9 DE JULHO DE 2015.- PLANO DIRETOR DE DRENAGEM URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - MS.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CAMPO GRANDE/MS. IBGE, 2010.

_____. ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico do município de Campo Grande.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ELIADE, Mircea. Mito e realidade. Trad.: Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 2007 (Coleção Debates; 52).

ELIAS, Norbert. O processo Civilizador. Volume 2. Tradução da versão inglesa, Ruy Jungmann; revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC-IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise, p.p 111-119.

FONSECA, Maria Cecília Londres. "Os inventários nas políticas de patrimônio imaterial". In.: Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. Série Encontros e estudos, n.5. Rio de Janeiro: Funarte; CNFCP, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. "Para além da 'pedra e cal': por uma concepção ampla de patrimônio". In.:Tempo Brasileiro:Patrimônio Imaterial, Out-Dez, nº 147. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 2001.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. Cultura e Economia, n.4, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. Araújo. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil** – 2. Ed. rev. Ampl.Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005;

GASPAROLI, Paolo. **Le superfici esterne degli edifici: degradi, criteri di progetto, tecniche di manutenzione**. Firenze: Alinea, 2002. 499 p.

GONÇALVES. José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES. José Reginaldo Santos. O templo e o fórum : reflexões sobre museus , antropologia e cultura."In.:A invenção do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995

Guia de referências para a pesquisa em Patrimônio Cultural
Instituto Polis. < <https://www.patrimoniocultural.com.br/2017/08/08/guia-de-referencias-para-pesquisa-em-patrimoniocultural/> >.

GNECCO, Cristóbal; ZAMBRANO, Marta. Memorias Hegemónicas, Memorias Disidentes: El Pasado Como Política De La Historia. Bogotá: Universidad del Cauca, 2000.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura. In._____A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p.03-21.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, p. 143-179, 1989.

HOUAISS, **Grande dicionário Houaiss**. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0>. Acesso em 27 outubro de 2017.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, François. O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HORTA, Maria L. P. (et al.) ***Guia básico de educação patrimonial***. Brasília: Iphan — Museu Imperial, 1999.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Tradução TomazTadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

HOBBSAWN, Eric.; RANGER, Terence. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 25 mai. 2017a.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899>>. Acesso em 27 out. 2017b.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/275>>. Acesso em 27 out. 2017c.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>>. Acesso em 27 out. 2017.

ICOMOS. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance-The Burra Charter, 2013. Disponível em <http://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus bois: A trajetória da salvaguardado patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília: Brasília Artes Gráficas, 2006

JUSBRASIL. **Tombamento versus Inventário. A eficácia na proteção do Patrimônio Cultural**. Disponível em <<https://lucasvalladao.jusbrasil.com.br/artigos/204312226/tombamento-versus->

inventario-a-eficacia-na-protecao-do-patrimonio-cultural>. Acesso em: 11 de Julho de 2017.

JULIÃO, Letícia. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. Estudos Históricos, v.22, n.43, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jan-jul. 2009, p.141-161.

JOHNSTON, Chris. What is social value? A discussion paper. Australian Government Publishing Service, Canberra, 1992.

JULIÃO, Letícia. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.22, n.43, p.141-161, jan./jul. 2009.

KUPER, Adam. Introdução: guerras culturais. In: KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru: Edusc, p.21-42, 2002.

LIMA, Maria Margareth Escobar Ribas. **Ciclos econômicos e produção arquitetônica em Porto Murtinho**. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul: Life Editora, 2013.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Da Matéria ao Sujeito: inquietação patrimonial brasileira. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, V. 52 No 2, 200.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5 ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MASCARELLO, S.N.P.R. **Arquitetura Brasileira: elementos, materiais e técnicas construtivas**. São Leopoldo, RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1982.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. **Inventário**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. Entorno de Bens Tombados. Rio de Janeiro: IPHAN / DAF / Copedoc, 2010.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz R.(orgs). Inventários de Identificação. Rio de Janeiro:IPHAN, 1998

MARCHAND, Trevor H.J. Process over Product: Case Studies of Traditional Building Practices in Djenne, Mali and San'a', Yemen. In: TEUTONICO, J. M; MATERO, F., (eds.). Managing Change: Sustainable Approaches to the Conservation of the Built Environment. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, p. 137-159 2003.

NEDER, Alvaro. **Enquanto esse novo atravessa o litoral central: Platinidad, poéticas do deslocamento e (des) construção identitária na canção popular urbana de Campo Grande, MS.** Albuquerque: revista de História, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, v.3.n.6 p. 73-94. Campo Grande, MS, julho/dezembro, 2011.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.

OBSERVATÓRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO / UFMS. Relatório Final do Estudos de Densidade Urbana, Verticalização e Sustentabilidade em Campo Grande. UFMS, 2017.

ORTIZ, Renato. Estado, cultura popular e identidade nacional. In: ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, p.127-142, 1985.

PEDROSA, I. **Da cor a cor inexistente.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992, pp. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória Esquecimento Silêncio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007 pp. 3-15.

PRINS, Gwyn. História Oral. in BURKE, Peter (org.) A Escrita da História: Novas Perspectivas. Tradução de Magda Lopes 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional “Ante-Projeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”. In: __.Mario de Andrade.Org. Marta Rosseti Batista. nº 30, ano 2002

RIBEIRO, Wagner Costa, ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História, año/vol 26, nº51 2006 São Paulo: Associação Nacional de História, pp. 251-262

RICŒUR, Paul. A Memória a História o Esquecimento. Tradução: Alain François [et al.] – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I). Mana, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.41-73, abr. 1997.

SANTOS, Maria Christina de Lima Félix. **Patrimônio cultural no contexto territorial da Noroeste do Brasil - NOB: perspectivas de desenvolvimento local das comunidades estabelecidas na rota do trem do pantanal.** Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande: 2011.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. Revista Projeto. São Paulo, nº86, abr.1986.

SANT’ANNA, Márcia. Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – UFBA/Faculdade de Arquitetura, Salvador, 1995.

SANT’ANNA, Márcia. A cidade- atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. In: Cadernos PPG-AU/FAUFBA/ Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. – Ano 2, número especial, (2004) – Ana Fernandes, Paola Berenstein Jacques (org.). – Salvador, PPG-AU/FAUFBA, 2004. p.p 43-58.

SANT’ANNA, Márcia. “Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial”. In.: __Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares. Org. Falcão, A., Série Encontros e estudos, n.6. Rio de Janeiro:Funarte; CNFCP, 2005.

SAHLINS, Marshall. Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich. Tradução e apresentação: Fraya Frehse. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4#2>>. Acesso em 17 de julho de 2017.

SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas**. Escritório Internacional de Museus. Atenas, 1931. In: IPHAN. Cartas patrimoniais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 27 de outubro de 2017.

SISGRAN - Sistema Municipal de Indicadores Georreferenciados para o Planejamento e a Gestão de Campo Grande/MS. Disponível em: <<http://www.campogrande.ms.gov.br/sisgran/#/>>

UNESCO. Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília, 2003

URLAND, Andrea; BORRELLI, Ernesto. **Colour: specification and measurement**. Roma: Iccrom, 1999. 24 p. (ARC Laboratory Handbook).

VELHO, Gilberto. "Identidades nacionais e cultura popular: o dialogo entre a antropologia e o folclore". In.:__Cultura material: identidades e processos sociais. Série Encontros e estudos, n.3. Rio de Janeiro: Funarte; CNFCP, 2000.

VIANNA, Letícia. "Legislação e preservação do patrimônio imaterial." In.:Textos escolhidos de cultura e artes populares. Semana da Cultura Popular 2004.Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

VIANNA, Letícia. "Patrimônio Imaterial: legislação e inventários culturais. A experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular". In.:_Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica, perspectivas. Série Encontros e estudos, n.5. Rio de Janeiro: Funarte; CNFCP, 2004.

VIANNA, Letícia. "Preservando a pluralidade: relatos de uma experiência institucional recente". In:_ Experiências e perspectivas na proteção de expressões do folclore, artesanato e conhecimentos tradicionais – a experiência brasileira. Seminário internacional sobre Conhecimentos Tradicionais, Folclore e Artesanato, da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. São Luiz, 2002. Não numerado.

WARPECHOWSKI, Camila; MACHADO, Nara Helena Naumann; **Importância das cores para a qualificação da paisagem cultural.** 3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio E Projeto - Desafios E Perspectivas Belo Horizonte, de 15 a 17 de setembro de 2014.